

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Psicologia –Intervenções Clínicas e Sociais

Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ECOVILAS:
vida comunitária e comportamentos pró-ambientais**

Belo Horizonte

2020

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ECOVILAS:
vida comunitária e comportamentos pró-ambientais**

Tese de doutorado apresentada para conclusão do Programa de Pós-graduação em Psicologia – Intervenções Clínicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Psicologia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, a partir do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, na Universidade de Genebra na Suíça, com orientação da Profa. Marlyne Sahakian, durante o período de agosto de 2018 a agosto de 2019.

Orientador: Prof. João Leite Ferreira Neto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Área de concentração: Processos de subjetivação

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D812p Duarte, Luiz Guilherme Mafle Ferreira
Processos de subjetivação em Ecovilas: vida comunitária e comportamentos pró-ambientais / Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte. Belo Horizonte, 2020.
138 f. : il.

Orientador: João Leite Ferreira Neto
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Subjetividade. 2. Assentamentos humanos. 3. Agricultura familiar. 4. Movimentos sociais. 5. Terras - Divisão e demarcação. 6. Vida rural - Aspectos sociais. 7. Cooperativismo - Brasil. I. Ferreira Neto, João Leite. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 333.11

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito - CRB 6/2999

FOLHA DE APROVAÇÃO

Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ECOVILAS: vida comunitária e comportamentos pró-ambientais

Tese de doutorado apresentada para conclusão do Programa de Pós-graduação em Psicologia – Intervenções Clínicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Processos de subjetivação

Prof. Dr. João Leite Ferreira Neto (PUC Minas) (Orientador)

Profa. Dra. Cláudia Regina Barroso Ribeiro (PUC – MINAS)

Profa. Dra. Izabel Christina Friche Passos (UFMG)

Profa. Dra. Rebeca Roysen (UnB)

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Chiavegato Filho (UFSJ)

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2020

Dedico esta tese à minha família,
fonte de inspiração para lutar por um mundo melhor, e
a aqueles que se esforçam todos os dias para realizar esta saga.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Jonas e minha esposa Marina, que, além de inspirarem-me, apoiaram-me a alçar longos voos e suportaram as distâncias impostas com muito amor!

Aos meus pais, grandes exemplos de vida, por investirem tudo o que puderam para que eu alcançasse essa realização!

Agradeço de todo o coração ao meu orientador, por quem tenho grande admiração, Dr. João Leite Ferreira Neto, que, já em 2013, acreditou no meu potencial e acompanhou-me em todo esse percurso de amadurecimento, possibilitando-me realizar sonhos que nunca imaginei.

À minha orientadora no doutorado sanduíche, Marlyne Sahakian, que me acolheu calorosamente na Universidade de Genebra e lançou-me altos desafios que me motivaram no esforço diário e ajudou-me a acreditar no meu potencial.

Ao Bernard Buchet, que junto a Priscila e Fred, acolheu-me em sua casa e foi uma grande companhia de aprendizados nos momentos longe dos meus.

A todos os amigos das ecovilas que me acolheram com todo carinho e abertura de espírito, mostrando-me novos mundos e experiências que não poderia ter experimentado sem essa acolhida.

Ao grande amigo Ricardo Taoni, que reencontrei em Genebra e que tornou a estadia no exterior mais leve e divertida. E é quem também abriu meus olhos para outras áreas da ciência nunca imaginadas. “Eu Robô” já é quase uma realidade.

Aos leitores da tese: Dra. Izabel Christina Friche Passos, Dra. Rebeca Roysen, Dr. Luiz Gonzaga Chiavegato Filho e Dra. Cláudia Regina Barroso Ribeiro, pela disponibilidade em fazer uma leitura cuidadosa que eleva a qualidade do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pelos ensinamentos ao longo do doutorado e pelas trocas enriquecedoras e que me impulsionaram a ir além.

Aos queridos Marcelo e Diego, secretário e auxiliar administrativo da PUC-MG, pela solicitude e disponibilidade em todo o tempo.

À secretária da Universidade de Genebra, Sylvie, extremamente solícita em todos os instantes, facilitando sobremaneira a ida, volta, estadia e convivência na Suíça.

Aos pesquisadores assistentes da Universidade de Genebra, Vladimir, Maxime (UNIL), Gwen e Loïc, pela acolhida, orientações e momentos de descontração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa tanto no Brasil quanto na Suíça, dando-me a condição necessária para que eu pudesse investir em uma pesquisa de alta qualidade.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e comparar os processos de subjetivação que se desenvolvem nas ecovilas na Suíça e no Brasil, no que tange à vida comunitária e aos comportamentos pró-ambientais. A pesquisa está focada nas estratégias de governo, cuidado de si e práticas de si que se exercitam em três ecovilas situadas no oeste e norte da Suíça e no sudeste do Brasil. A metodologia utilizada foi a de observação participante, que ocorreu durante imersões em três ecovilas entre março e outubro de 2019. Tal modelo de pesquisa possibilitou estudos de casos comparativos que foram analisados à luz dos conceitos de processos de subjetivação, governo, práticas de si e cuidados de si propostos por Michel Foucault. As análises realizadas mostram que a organização de governos mais ou menos participativos nas ecovilas, acrescida ou não de práticas de si, influenciaram fortemente a vida comunitária e os comportamentos pró-ambientais dos moradores. No que diz respeito à vida comunitária, uma estratégia de governo mais verticalizada, que não gerava espaços de reflexão dos sujeitos quanto à sua própria subjetividade, ações e relacionamentos com os outros, exacerbava os conflitos e aumentava a rotatividade dos moradores. Quando o governo era mais horizontalizado, com encontros regulares para a autorreflexão e reflexão sobre vida comunitária, os moradores se dispunham mais à mudança de postura e a escutar mais aos posicionamentos dos outros. Quanto aos comportamentos pró-ambientais, a organização mais diretiva e que não promovia espaços de autorreflexão (individual ou coletivo) acabavam por produzir subjetividades que não transformavam a relação do indivíduo com a natureza. Já a presença de modelos de governo mais horizontais, que propunham a preservação do meio ambiente e promoviam espaços de práticas de si, transformavam o cuidado com o meio ambiente em um cuidado de si, modificando o engajamento de cada morador. Por fim, concluiu-se que as vidas em ecovilas apresentam potencial para contrapor o isolamento social vivido em grandes centros urbanos e a depredação do meio ambiente que promovemos na atualidade. Entretanto, isso se torna efetivo a partir das estratégias de governo das comunidades, da possibilidade e disponibilidade dos moradores trabalharem as suas subjetividades e relações com os outros, além da organização física de cada local.

Palavras-chave: Ecovila, Comunidade, Comportamento pró-ambiental, Processos de subjetivação, Michel Foucault

ABSTRACT

The present study aims to analyze and compare the processes of subjectification in ecovillages in Switzerland and Brazil, concerning community life and pro-environmental behaviors. The research focuses on government strategies, care for the self, and practices of the self exercised in three ecovillages located in the west and north of Switzerland and southeastern Brazil. The methodology used was participant observation during immersions in three ecovillages between March and October 2019. Such a research model enabled comparative case studies analyzed in the light of the concepts of subjectification processes, government, care for the self, and practices of the self proposed by Michel Foucault. The analyzes carried out show that the organization of more or less participatory governments in ecovillages, with or without added practices of the self, strongly influenced community life and residents' pro-environmental behavior. Concerning community life, a more verticalized government strategy that did not generate spaces for the subjects to reflect on their subjectivity, actions, and relationships with others, exacerbated conflicts, and increased the turnover of residents. When the government was more horizontal, with regular meetings for self-reflection and reflection on community life, residents were more willing to change their posture and listen more to others' positions. Regarding pro-environmental behaviors, the most directive organization did not promote self-reflection spaces (individual or collective), producing subjectivities that did not transform the individual's relationship with nature. The presence of more horizontal government models, which proposed preserving the environment and which promoted spaces for self-practice, transformed the care for the environment into a care for the self, changing the engagement of each resident. Finally, we concluded that lives in ecovillages could counter the social isolation experienced in large urban centers and the depredation of the environment human beings currently promote. This effort becomes effective when based on the community's governance strategies, the possibility of residents to work on their subjectivities and relationships with others, and each places' physical organization.

Key-words: Ecovillage, Community, \pro-environmental behavior, Processes of subjectivation, Michel Foucault

LISTA DE QUADROS

Quadro 1

Características das três ecovilas 17

Quadro 2

Características das três ecovilas 109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Relação entre uso dos recursos naturais no Brasil e na Suíça14

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Preservação Ambiental

EDE – Ecovillage Development Education

GEN – Global Ecovillage Network

ONG – Organização não-governamental

RPPN – Reserva Particular de Patrimônio Nacional

S/A – Sociedade Anônima

SUMÁRIO

1 Introdução	13
1.1 Metodologia	17
1.2 Processos de subjetivação	19
2 Estudos sobre modos de governo e processos de subjetivação em ecovilas: uma revisão integrativa	24
Resumo	24
2.1 Introdução	24
2.2 Metodologia	27
2.3 Resultados e discussão	28
2.3.1 Relações dos sujeitos com o coletivo	28
2.3.2 Relações dos sujeitos consigo mesmos	35
2.3.3 Relações dos sujeitos com o meio ambiente	38
2.4 Conclusão	40
3 O cuidado de si como estratégia de governo em comunidades: processos de subjetivação em ecovilas	42
Resumo	42
3.1 Introdução	42
3.2 Resultados	46
3.2.1 Estudo de caso 1: ecovila suíça	47
3.2.1.1 Estrutura, governo e demografia	47
3.2.1.2 Processos de subjetivação na ecovila	50
3.2.2 Estudo de caso 2: ecovila brasileira	57
3.2.2.1 Estrutura, governo e demografia	57
3.2.2.2 Processos de subjetivação na ecovila	61
3.3 Discussão final	68

4 Empoderamento em uma ecovila: desvelando o papel das relações de poder nas práticas sociais.....	71
Resumo	71
4.1 Introdução	71
4.2 Teoria e método	74
4.2.1 Práticas sociais, relações de poder e empoderamento	74
4.2.2 Método	77
4.3 Contexto empírico da ecovila	78
4.4 Resultados empíricos	79
4.4.1 Procedimentos e o contrato social	80
4.4.2 Compreensões - coletivo e individualidade	83
4.4.3 Engajamentos e relações de poder	88
4.5 Conclusão	92
 5 Práticas de si e comportamento pró-ambiental em ecovilas	95
Resumo	95
5.1 Introdução	95
5.1.1 Práticas de si.....	97
5.1.2 Metodologia	99
5.2 Análise dos dados	100
5.2.1 Estrutura e práticas de si	100
5.2.2 Processos de subjetivação e comportamentos pró-ambientais	110
5.3 Discussão	121
5.4 Conclusão	122
 6 Considerações finais.....	125
 Referências.....	129

1 Introdução

O interesse por esta pesquisa surge da intenção em desenvolver algum material que auxiliasse a enfrentar as crises econômicas e ambientais que o mundo pós-industrial tem vivido (Welzer & Leggewie, 2009) e o excessivo foco dado à individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002). Neste contexto, foram encontradas alternativas contra os efeitos societários na vida em comunidade (Merz-Benz, 2006), mais especificamente nas ecovilas.

As ecovilas têm se sobressaído por terem se transformado em um movimento social mundial, ao longo das últimas cinco décadas (Hall, 2015). Segundo dados atuais da Global Ecovillage Network–GEN (2020), as ecovilas contam com mais de 10.000 comunidades em todos os continentes ao redor do planeta. No Brasil, existem 41 ecovilas registradas (GEN, 2020).

O conceito *ecovila* foi criado por Robert Gilman (1991), quando essas comunidades começaram a se proliferar de forma mais contundente ao redor do mundo. O nome veio da intenção de se combinar o desenho ecológico com o das construções comunitárias, ainda ligados à ruralidade e a um afastamento e isolamento das cidades. Contudo, o conceito se expandiu e atualmente elas são descritas como "uma comunidade intencional, tradicional ou urbana que é projetada conscientemente através de processos próprios participativos e locais, nas quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica e econômica) para regenerar seus aspectos sociais e ambientes naturais" (GEN, 2020).

A Psicologia Social tem se aproximado nos últimos anos do campo das ecovilas para discutir como a vida em ecovilas representam novas ruralidades, produzindo novos estilos de vida (López & Prada, 2015; Whitaker, Souza & Whitaker, 2016). Outras pesquisas na área têm focado em como esse novo estilo de vida pode ser mais ecologicamente sustentável (Kirby, 2003; Diniz, 2016; Roysen, 2018).

As ecovilas, enquanto modelo de comunidades intencionais, visam reinventar os processos de subjetivação em torno da sustentabilidade, em quatro dimensões distintas e inter-relacionadas:

social, cultural, ecológica e econômica (GEN, 2020). As ecovilas são um terreno fértil para conhecer as transformações individual e coletiva e observar as ações em curso e seu desenvolvimento. Embora a Psicologia Comunitária estude a ligação entre indivíduos e comunidades (Kloos, *et al.*, 2012), a disciplina carece de estudos em torno de ecovilas e da noção de processos de subjetivação

Para fazer as análises ao longo da pesquisa dialogamos com a noção de processo de subjetivação de Michel Foucault (Foucault, 2000). Recusando uma perspectiva universal de subjetividade, sua preocupação foi entender como os seres humanos tornam-se sujeitos dentro de uma cultura. Nesse sentido, o processo de subjetivação dá-se no trabalho que os sujeitos fazem sobre si mesmos, criando diversas formas de existência (modos de pensar, sentir e agir), em um contexto determinado, a partir de um agenciamento de ideais, regras, espaço e práticas (Foucault, 2008; Prado Filho & Martins, 2007).

O objetivo desta pesquisa é analisar e comparar os processos de subjetivação que se desenvolvem nas ecovilas no Brasil e na Suíça, no que tange à vida comunitária e aos comportamentos pró-ambientais. A pesquisa está focada nas estratégias de governo, cuidado de si e práticas de si que se exercitam em três ecovilas situadas no sudeste do Brasil e no oeste e norte da Suíça.

A comparação entre os dois países se justifica, primeiramente, pela oportunidade de realizar o doutorado sanduíche na Suíça e também por lá se encontrar campo de pesquisa em ecovilas, possibilitando uma comparação transcultural. Segundo, pelo fato de ambos exacerbarem os limites considerados sustentáveis de seus recursos naturais, no intuito de atingir o bem-estar de sua população, como comprova o estudo *A Good Life For All Within Planetary Boundaries* (O’Neil, 2018), realizado na universidade de Leeds e apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

Relação entre uso dos recursos naturais no Brasil e na Suíça

Indicador Biofísico	Brasil	Suíça	Limites per capita	Unidade
Emissão de <i>CO2</i>	3	13.2	1.6	Toneladas de <i>CO2</i> por ano
Fósforo	1.8	6	0.9	Quilograma de <i>P</i> por ano
Nitrogênio	9.9	72.3	8.9	Quilograma de <i>N</i> por ano
Água potável	173	288	574	Metros cúbicos de <i>H2O</i> por ano
Uso do território	5	3.1	2.6	Toneladas de <i>C</i> por ano
Pegada ecológica	2.9	4.9	1.7	Hectare global por ano
Pegada material	14.2	31.3	7.2	Toneladas por ano

Fonte: <https://goodlife.leeds.ac.uk/countries/#Brazil>

Podemos constatar que, mesmo consumindo recursos em níveis distintos, ambos os países passam o limite per capita de consumo de recursos naturais, exceto no que diz respeito ao uso de água potável. Vale considerar que ambos os países possuem grande quantidade de mananciais, o que permite que o total de recurso disponível seja maior do que o existente em outras localidades.

Diante do exposto, este projeto mostra-se relevante pela temática, visto que as ecovilas tornaram-se estratégias para contrapor-se aos desafios ambientais e sociais do momento atual vivido no ocidente, apresentando dinâmicas particulares que merecem ser analisadas. Por outro lado, a pesquisa apresenta avanços teóricos, ampliando o diálogo entre Psicologia Social e questões

referentes a comunidades intencionais e meio ambiente, a partir da noção de processos de subjetivação.

A tese foi desenvolvida no formato de artigos a serem submetidos para publicação em periódicos científicos. Sendo assim, o material foi organizado da seguinte forma: na primeira seção, a metodologia da pesquisa e a teorização sobre processos de subjetivação em Michel Foucault foram apresentadas a partir dos conceitos de governo, cuidado de si e práticas de si.

Na segunda, foi apresentado o manuscrito *Estudos sobre processos de subjetivação em ecovilas: uma revisão integrativa*, no qual foi feita uma revisão integrativa de todo o material sobre ecovilas publicado em revistas científicas que abordam os processos de subjetividade nessas comunidades.

Na terceira seção, foi apresentado o manuscrito *O cuidado de si como estratégia de governo em comunidades: processos de subjetivação em ecovilas*, no qual foram desvelados os processos de subjetivação que emergem no cuidado de si e dos outros nas ecovilas, para contribuir com o desenvolvimento individual e comunitário. Neste manuscrito foi analisada a observação participante em duas das três ecovilas. Isso se deu pela possibilidade de comparação dessas comunidades, pois elas apresentavam tempo de existência (12 e 16 anos) e estabilidade semelhantes, quando comparadas com a terceira ecovila, que existia há um ano e meio e ainda apresentava muita rotatividade de moradores. Neste caso, a fragilidade das relações comunitárias inviabilizou a análise proposta no artigo. A análise da vida comunitária nesta ecovila foi apresentada no artigo da seção seguinte.

Na quarta seção, foi apresentado o manuscrito *Empoderamento em uma ecovila: revelando o papel das relações de poder nas práticas sociais*. Foi analisada neste artigo a afinidade entre relações de poder, práticas sociais e empoderamento presentes no cotidiano de uma ecovila. A análise foi feita em parceria com a Professora Marlyne Sahakian da Universidade de Genebra, a partir de outros referenciais teóricos que não são centrais nesta tese. Apesar de não possuir os

referenciais teóricos principais desta pesquisa, esse material serviu para analisar a vida comunitária em comparação com o artigo apresentado na seção três.

Na quinta seção está o manuscrito *Práticas de si e comportamento pró-ambiental em ecovilas*. Nele, foram analisadas as mudanças nos comportamentos dos habitantes das três ecovilas em relação ao meio ambiente a partir da noção foucaultiana de práticas de si.

Na sexta seção, foram expostas as considerações finais observadas a partir dos artigos trabalhados na tese.

Mesmo com a organização particular deste trabalho, foi decidido expor as referências em uma seção única no final.

1.1 Metodologia

Os trabalhos de campo ocorreram em três ecovilas, uma situada no oeste da Suíça, outra no norte da Suíça e a terceira no sudeste do Brasil (ver quadro 1). O processo envolveu de dez a oito semanas de imersão em cada campo de pesquisa (janeiro/março, junho/agosto e outubro/novembro de 2019, respectivamente), observações participantes e entrevistas (o roteiro se encontra no anexo 1). Os autores compartilharam os resultados da pesquisa com os participantes.

Quadro 1

Características das três ecovilas

Características	Ecovila 1	Ecovila 2	Ecovila 3
Localização	Oeste da Suíça	Norte da Suíça	Sudeste do Brasil
Acesso aos centros urbanos	Transporte público	Transporte particular, mas é próximo	Transporte particular, mas é distante
Construção	Casa construída para ser uma ecovila	Castelo do século XVIII	Casas individuais construídas ao longo do terreno de 46 hectares

			de terra
População	16	57	8
Língua falada	Francês	Alemão	Português
Grupo que a constituiu	Cooperativa	Grupos espirituais (Seguidores do Tantra de Osho, Contact improvisation, Budista, Sifi-Islã, espiritualistas sem um guia específico)	Grupo de amigos que viviam de forma comunitária e estudavam sobre ecovilas
Tempo de existência	Um ano e seis meses	16 anos	12 anos
Período de pesquisa	De Janeiro a Março de 2019 (visitas anteriores entre Outubro e Dezembro de 2018)	De Junho a Agosto de 2019	Outubro e Novembro de 2019
Número de entrevistas	16	13	5
Idade dos entrevistados	Entre 20 e 60 anos	Entre 35 e 65 anos	Entre 40 e 55 anos
Função exercida pelo pesquisador na ecovila durante a pesquisa	Voluntário - auxiliar de cozinha e limpeza	Voluntário – serviços gerais do Centro de Seminários	Visitante

Fonte: dados da pesquisa

O método de observação participante inclui o envolvimento nas atividades diárias de um grupo para aprender os aspectos explícitos e implícitos de suas rotinas e cultura (DeWalt & DeWalt, 2011). Conforme apontado por Aagaard e Matthiesen (2015), esse método vai além do uso exclusivo da linguagem para a análise dos dados. Outra ferramenta é prestar atenção ao mundo material, aos corpos humanos e a outros objetos para aprender os significados embutidos na vida em grupo.

Spreadly (2016) mostra que a observação participante permite comparar a subjetividade dos moradores e seus comportamentos, relatando suas crenças e ações. Ela nos ajuda a compreender os

contextos físicos, sociais, culturais e econômicos em que vivem os participantes. É possível testemunhar as relações entre pessoas, contextos, ideias, normas e eventos.

Os comportamentos e atividades das pessoas são outra fonte de dados: o que fazem, com que frequência e com quem. No entanto, Desmond (2014) aponta a necessidade de considerar o objeto de estudo como “processos que envolvem configurações de relações entre diferentes atores ou instituições” (p. 587). Além disso, também aplicamos o método para verificar mudanças pessoais na relação com o contexto.

Os dados analisados dizem respeito à estrutura física e administrativa de cada ecovila, e às relações dos moradores consigo, com os outros e com o ambiente. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente traduzidas. Para fins de análise, os dados selecionados foram codificados segundo os temas trabalhados especificamente em cada artigo (Creswell, 2014; Souza, 2019).

A análise dos dados foi realizada a partir de uma perspectiva etnográfica (Creswell, 2014), em que as interpretações foram realizadas baseadas na rotina e em eventos-chaves de cada comunidade, apresentando diferentes perspectivas dos participantes em relação a cada um deles. Para fazer a comparação intercultural entre ecovilas, aplicamos à análise do material empírico produzido pela observação participante a abordagem de estudo de caso, procurando semelhanças e diferenças entre os casos (Becker, 2014; Creswell, 2014).

Todos os moradores das ecovilas foram convidados a participar da pesquisa e os que aceitaram o convite assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, submetido e aceito pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob o código CAAE: 89152318.5.0000.5137.

1.2 Processos de subjetivação

Como já introduzido anteriormente, a subjetividade em Foucault não é tratada como uma essência de cada sujeito. Para ele, mais importante que descrever como as pessoas são, seu interesse era entender como os seres humanos tornam-se sujeitos dentro de uma cultura. A subjetividade passa a ser analisada como um processo que se dá a partir de práticas de coerção e/ou práticas de liberdade, no trabalho que os sujeitos fazem sobre si mesmos, criando diversas formas de existência, variando segundo o contexto e as interações nas quais esses se veem envolvidos (Foucault, 2008).

Esse conceito se mostra interessante para analisar as vivências nas ecovilas. Primeiro motivo se dá pelo fato de que se busca uma mudança de ambiente, de uma vida em grandes centros urbanos para relações mais próximas em ambientes mais distantes desses espaços. Segundo, porque nesses novos locais, o contato com outras pessoas e com o meio ambiente se intensifica, emergindo daí novas subjetividades.

Para além das intensificações das experiências, um aspecto determinante das ecovilas também são suas diferentes propostas de governo. Ao dizer “de governo”, parte-se da noção de que governar diz respeito, por um lado, sobre a gestão da população, e por outro, a um controle das estratégias que os indivíduos empregam para se relacionar consigo e uns com os outros (Foucault, 2007; Revel, 2005). E essa ideia lança luz, não apenas sobre a forma de tentar guiar os outros, mas também da importância do governo de si para ocupar-se da posição de governar (Foucault, 2010). Ou seja, diz tanto sobre a ação em direção à conduta alheia, quanto ao exercício de produção de subjetividades. A noção de governo em Foucault aponta para processos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que tem por eixo o movimento de conduzir a conduta de outros, ao mesmo tempo em que reconhece que são relações que comportam concomitantemente práticas de coerção, de liberdade e de cuidado de si (Foucault, 2004).

Como veremos adiante, a vida em ecovilas pode colocar esse exercício de governo sobre outra perspectiva. Mesmo que para algumas a verticalização possa estar presente, o ideal mais

comum é o de uma circularidade, na qual se exigiria de todos o governo de si e o governo dos outros, em todas as áreas da rotina diária. Essa demanda ressalta a importância, já anunciada por Foucault, de prestar atenção às práticas. Isso porque pensar produção de novas subjetividades e novos contextos, não é um processo abstrato, mas que se dá no exercício diário do convívio.

O foco do governo se dá, então, tanto nas práticas diárias, tais como alimentação, construção, convívio, preservação do meio ambiente etc., como nas práticas do sujeito consigo mesmo, nomeadas por Foucault (1998) como práticas de si. Para o autor, as práticas de si são as refletidas e voluntárias que os sujeitos exercitam tanto para fixar regras de conduta, quanto para se transformarem. É dessa forma que cada um pode constituir uma existência singular. Para ele, as consequentes subjetivações oriundas dessas práticas de si não ocorrem exclusivamente por meios simbólicos, mas também por práticas reais, historicamente analisáveis (Foucault, 1995). Elas são experiências relacionais, com dimensões individuais e sociais.

Contudo, esse modo de relação de si consigo, para além de uma forma de controle de si e dos outros, seria também um exercício de liberdade. O parâmetro de subjetividade deixa de ser as regras e passa a ser a maneira como o sujeito se constitui nas ações relacionadas a elas.

O primeiro efeito libertador que as práticas de si produzem é o conhecimento das problematizações que governam os nossos entendimentos sobre nós mesmos e o mundo (Han-Pile, 2016). Segundo a autora, com as práticas de si, o conhecimento das formas de inteligibilidade que nos governam tornam-se mais visíveis, abrindo espaço para mudanças pessoais e sociais. Aqui acrescentaremos a possibilidade de mudanças nos comportamentos pró-ambientais, visto que as ecovilas propõem mudanças não só nas relações interpessoais, como também com a natureza e tudo aquilo que ela pode significar.

Outra forma de liberdade promovida pelas práticas de si é a prevenção contra a identificação com qualquer aspecto do sujeito (Han-Pile, 2016). Com o exercício de desidentificação com uma

forma de subjetividade, cada indivíduo tem a possibilidade de construir novas subjetivações, sem necessariamente identificar-se e estagnar-se em nenhuma delas.

Contudo, cabe ressaltar que as práticas de si não são apenas exercícios que o sujeito realiza exclusivamente na quietude do seu interior. Elas são também esforços de articular diferentes formas de governo do sujeito com outras coisas, sejam eles o próprio indivíduo, outras pessoas, objetos ou o ambiente (Luxon, 2008). Nesse sentido, as práticas de si são mais que exercícios reflexivos. Elas são também performáticas. Como afirma Luxon (2008), em um determinado contexto, os sujeitos são o que eles fazem. Para desenvolver as suas próprias éticas, eles não devem se ater a um ideal, mas trabalhar a si mesmos nos contextos em que os ideais estão presentes. Ou seja, mais do que serem impulsionados a saber, os sujeitos são convidados a agir.

Pensar as práticas de si para além da condução de condutas através de práticas coercitivas, mas também como um exercício de liberdade, também é entendido pelo autor como práticas de si ou cuidado de si.

Ao ler o termo cuidado de si, como utilizado ao longo do texto, deve-se evitar entendê-lo como uma atitude centrada exclusivamente no sujeito. Não se trata de um sujeito que busca o prazer pessoal em qualquer circunstância, mas de alguém que se põe a trabalhar para mudar a si mesmo e ao outro (Foucault, 2000). Para Candiottto, (2008), o cuidado de si significa uma atitude diferente em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo. É uma forma de exercer vigilância sobre o que acontece nos pensamentos. Sugere ações exercidas de si mesmo sobre si mesmo para transformar-se. O cuidado de si necessita de um conjunto de ações árduas e exigentes, que muitas vezes implicam em custos pessoais (Ferreira Neto, 2017). O cuidado de si seria, por sua vez, a procura da criação de uma vida ética. Como aponta o próprio Foucault (2004), o cuidado de si, enquanto um *ethos* pressupõe relações complexas com os outros, além de ser uma maneira de cuidar destes. Seria a busca da construção da própria existência a partir das possibilidades existentes. Essa noção coloca

em jogo, algo que a proposta das ecovilas tem como princípio, que cada sujeito possa se construir à sua forma, mas levando em consideração os outros e tudo o que o cerca.

Podemos concluir que a subjetividade em Foucault possui três aspectos (Ferreira Neto, 2017): 1) ela pode se apresentar tanto como assujeitamento, quanto como atitude crítica ou prática de si; 2) “a prática de si não consiste em um trabalho intraindividual, mas coletivo e institucional” (p.14); e 3) nas duas formas de subjetivação existe uma relação com normas extraídas da cultura. Ou seja, todo o processo de subjetivação ocorre para além da interioridade individual, mas abrange as relações sociais e os contextos institucionais em que os sujeitos estão inseridos (Luxon, 2008). Perspectiva que se mostra bastante adequada para estudar as vidas em ecovilas, esses espaços que se propõem a criar novas éticas de existência que possam restaurar as relações interpessoais e com o meio ambiente.

2 Estudos sobre modos de governo e processos de subjetivação em ecovilas: uma revisão integrativa

Resumo

Diante das crises econômicas e ambientais que o mundo tem vivido e o excessivo foco dado à individualização, as ecovilas têm surgido como alternativas contra tais efeitos societários. O artigo tem como objetivo investigar como os estudos sobre ecovilas abordam os modos de governo e os processos de subjetivação existentes na relação dos sujeitos com o coletivo, consigo mesmos, e com o meio ambiente. A reflexão foi baseada na noção foucaultiana de governo de si e dos outros, para compreender os processos de subjetivação. Foi feita uma revisão integrativa de artigos com relatos de pesquisas empíricas. As análises apontam a relação entre governo e processos de subjetivação em ecovilas na medida em que cada aspecto analisado dessa relação implicasse o exercício do governo de si, do cuidado de si e das práticas de si para que os sujeitos se transformem a fim de atingir os objetivos específicos de cada contexto.

Palavras-chave: Ecovilas, Processos de subjetivação, Governo, Comunidade.

2.1 Introdução

Diante das crises econômicas e ambientais que o mundo pós-industrial tem vivido (Welzer & Leggewie, 2009) e o excessivo foco dado à individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002), a vida em comunidade tem surgido como alternativa contra esses efeitos societários (Merz-Benz 2006). Nesse contexto é que as ecovilas emergiram.

As ecovilas têm se sobressaído por terem se transformado, ao longo das últimas cinco décadas, em um movimento social mundial (Hall, 2015). Segundo dados atuais da Global Ecovillage Network –GEN (2020), as ecovilas contam com mais de 10.000 comunidades em todos os continentes ao redor do planeta. Deste total, 40 são brasileiras.

O conceito *ecovila* foi criado por Robert Gilman (1991) quando elas começaram a se proliferar de forma mais contundente. O nome veio da intenção de se combinar o desenho ecológico com o desenho das construções comunitárias, ainda ligados à ruralidade e a um afastamento e isolamento das cidades. Contudo, o conceito se expandiu e, atualmente, elas são descritas como “uma comunidade intencional, tradicional ou urbana, projetada conscientemente, por meio de processos participativos, de propriedade local, em todas as quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultura, ecologia e economia), para regenerar seus ambientes sociais e naturais” [tradução do autor] (GEN, 2020).

Essa tentativa de construir um modelo diferente de comunidade demonstra a intenção de criar o sentimento de algo comum, na promoção de valores comunitários, que permitam a total integração moral de seus membros. Porém, esse sentimento de comunidade baseado na unidade e na identidade nem sempre são passíveis de serem postos em prática, exigindo que se preste atenção também nas diferenças e nas contingências com um forte sentido de alteridade (Wetzel, 2016).

A Psicologia Social tem se aproximado, nos últimos anos, do campo das ecovilas para discutir como a vida em tais locais representam novas ruralidades, produzindo novos estilos de vida (López & Prada, 2015; Whitaker, Souza & Whitaker, 2016). Psicólogos sociais têm pesquisado como esse novo estilo de vida pode ser mais ecologicamente sustentável (Kirby, 2003; Diniz, 2016; Roysen, 2018).

Apesar de vários estudos sobre ecovilas abordarem as mudanças pessoais e coletivas de seus habitantes, ainda não existem revisões integrativas sobre o tema. O presente artigo tem como objetivo investigar como esses estudos abordam os modos de governo e os processos de subjetivação existentes na relação dos sujeitos com o coletivo, consigo mesmos, e com o meio ambiente.

Para analisar o material coletado, dialoga-se com a noção de processo de subjetivação de Michel Foucault (Foucault, 2000). Recusando uma perspectiva universal de subjetividade, sua

preocupação foi entender como os seres humanos se tornam sujeitos dentro de uma cultura singular. Neste ponto, agregou-se neste estudo o tema do meio ambiente à noção de cultura em Foucault, visto que o autor não trabalhava com essa perspectiva na sua época; os estudos atuais sobre processos de subjetivação carecem de aprofundamento no tema da sustentabilidade ambiental e a relação dos sujeitos com o meio ambiente; e que o tema da sustentabilidade ambiental é parte constituinte do cotidiano e das subjetivações na vida nas ecovilas.

O processo de subjetivação se dá no trabalho que os sujeitos fazem sobre si mesmos, criando diversas formas de existência (modos de pensar, sentir e agir), em um contexto determinado, a partir de um agenciamento de ideais, regras, espaço e práticas (Foucault, 2008; Prado Filho & Martins, 2007). Contudo, o autor aponta em *Segurança, território e população* (2008) que esse processo se dá a partir de determinadas estratégias de governo empregadas para a direção das condutas dos sujeitos. Ele acrescenta em seu último seminário *O governo de si e dos outros* (2010) que esse processo de governar não diz respeito só aos outros, mas a si, ao que ele denomina governo de si, mesmo também, enquanto exercício de produção de subjetividades. A noção de governo em Foucault aponta para processos ao mesmo tempo coletivos e individuais que têm por eixo o movimento de dirigir a conduta de outros, ao mesmo tempo em que reconhece que são relações que comportam concomitantemente práticas de coerção, de liberdade e de cuidado de si (Foucault, 2004).

Foucault tem se tornado uma forte referência para estudos em Psicologia Social no Brasil, sendo bastante citado em artigos publicados em periódicos da área, como *Psicologia & Sociedade* (Huning & Scisleski, 2018). Apesar de muitos estudos em torno deste teórico dizerem respeito aos processos de subjetivação em sociedade, a temática carece de pesquisas em contextos de comunidade, especialmente em ecovilas. Elas visam recriar as relações de poder e as subjetividades dos seus habitantes. O presente artigo visa aprimorar a abordagem foucaultiana ao promover novas leituras contextuais e testando os limites das interpretações oferecidas pelo autor.

A presente análise privilegiou um olhar sobre os aspectos em comum das diversas experiências, mesmo reconhecendo que cada ecovila estudada nas publicações possui suas singularidades, analisadas pelos diferentes pesquisadores. Foi identificada nessa revisão um compartilhamento de princípios em comum. Mesmo assim, exploramos tendências e processos divergentes que as pesquisas de campo abordaram em algumas ecovilas.

Na seção seguinte, será apresentada a metodologia desta pesquisa. Em seguida, serão analisados os artigos, realçando os modos de governo e os efeitos subjetivos existentes nas ecovilas analisadas. Por fim, serão expostas as conclusões.

2.2 Metodologia

Para atingir o objetivo do estudo foi utilizado o método de revisão integrativa. O método propõe reunir e resumir os resultados obtidos sobre algum tema ou questão, de forma ordenada e sistemática, visando integrar os resultados obtidos nas diversas pesquisas revisadas (Mendes, Silveira & Galvão, 2008).

A revisão seguiu os seguintes passos: estabelecimento da questão e do objetivo da revisão; determinar os critérios de inclusão e exclusão da literatura levantada; definição das informações relevantes ao tema a serem extraídos dos trabalhos; análise dos resultados; interpretação e discussão dos resultados; e conclusão.

Os critérios de inclusão dos artigos definidos para esta revisão integrativa foram: ser artigo completo de pesquisa de campo; estar publicado nos idiomas português, inglês ou espanhol; estar disponível eletronicamente e abordar a temática em estudo.

A busca do material foi realizada nas seguintes plataformas on-line: JSTOR, SAGE, ScienceDirect, Web of Science e Portal CAPES de Periódicos. Foram realizados diversos

cruzamentos de ferramentas de busca, pois a procura pelos termos “ecovillage”/”eco-village” AND “subject*”, “ecovila” AND “subjektiv*”, “ecoaldea” AND “sujet*”, “ecovillage”/”eco-village”/”ecovila”/”ecoaldea” AND “govern” atingiu apenas seis resultados. Adicionamos à busca o cruzamento dos termos “ecovillage”, “eco-village”, “ecovila” e “ecoaldea” com os termos “individ*”, “consc*”, “indent*”, “imagin*” e “percep*”. A inclusão destes termos justificou-se, porque eles representam formas de construções subjetivas de um sujeito na relação consigo e com os outros, dentro de um contexto histórico-cultural, como proposto pelo conceito de processos de subjetivação.

Após a seleção dos trabalhos, todos foram lidos para verificar se eles aprofundavam-se nos conceitos e os articulavam, excluindo os que utilizavam os termos sem trabalhá-los. Alcançamos assim vinte e um artigos.

O período das publicações variou de 2003 a 2019, sendo que dezessete delas se concentraram nos períodos entre 2015 e 2019. Dos vinte e um textos analisados, sete foram produzidos por psicólogos (as).

Após a codificação, os resultados foram divididos em três categorias: as relações dos sujeitos com o coletivo, consigo mesmos e com o meio ambiente.

2.3 Resultados e discussão

2.3.1 Relações dos sujeitos com o coletivo

As estratégias de governo e o processo de subjetivação coletiva das ecovilas demonstraram ser os principais focos das pesquisas sobre o tema. A governança das comunidades foi um ponto importante de análise dos pesquisadores. Segundo Vicdan e Hong (2018), a criação de identidade é um dos passos prioritários na criação, manutenção e governança das ecovilas. Alguns dos estudos analisados apontam que os ideais e as expectativas são condicionantes do desenvolvimento das identidades dessas comunidades. Nas pesquisas de Burke e Arjona, 2013, e de Lopez e Prada, 2015,

as ecovilas são caracterizadas como espaços coletivos que, de forma holística, reinventam a sustentabilidade em suas quatro dimensões: ecológica, econômica, comunitária e de visão de mundo.

Outros pesquisadores aprofundaram-se nessa perspectiva e constataram que apesar dos princípios originais baseados nas quatro dimensões de sustentabilidade, cada ecovila tem seu ideal original baseado em uma ou duas dimensões. Algumas formaram-se visando à sustentabilidade ecológica (Ergas, 2010, Rocha & Martins, 2019), outras econômicas (Burke & Arjona, 2013), outras sociais (Gonzales & Dans, 2018; Cavalcanti, 2019), outras mesclando diversos princípios (Kirby, 2003; Schifer, 2018) e outras que visam recriar novas perspectivas de interação homem/natureza (Whitaker et al. 2016; Muñoz-Villarreal, 2018).

Para além dos ideais, Ergas (2010), Lopez e Prada (2015) e Whitaker, Souza e Whitaker (2016) também apontam, em suas pesquisas, as expectativas do coletivo de coabitantes quanto aos engajamentos de cada sujeito. Espera-se que os habitantes sejam compromissados com a comunidade. Aposta-se em suas intenções de engajarem-se na recuperação do meio ambiente e na reconstrução das relações sociais, a partir da reflexão e do diálogo, produzindo novas mentalidades.

As práticas regulares foram ressaltadas como outros pontos cruciais na produção de novas subjetividades. A plantação e alimentação realizadas coletivamente podem gerar identidades de ecológicos e de compartilhadores (Brombin, 2015). A constante reflexão sobre a sustentabilidade promove a identificação com essa prática (Casey et al., 2017). Os encontros para refletir sobre as origens da população permitem que se mantenham conectados com a história local (Gonzales & Dans, 2018; Muñoz-Villarreal, 2018).

Por outro lado, ao longo do tempo, algumas ecovilas acabam por alterar seus objetivos coletivos iniciais. De um grupo mais coeso, ela pode assumir características mais individualistas privilegiando a privacidade ao contato social (Gonzales & Dans, 2018; Vicdan & Hong, 2018). A divisão do trabalho pode fazer com que se foque mais na tarefa do que no todo da comunidade

(Cunningham & Wearing, 2013). As pessoas podem se preocupar mais com as construções ecológicas do que com a vida social e os ideais do grupo (Cunningham & Wearing, 2013; Hong & Vicdan, 2015). Ou elas podem fortalecer seus laços com as comunidades e serviços das localidades em que vivem, necessitando menos dos grandes centros e reforçando suas novas identidades contraculturais (Lopez & Prada, 2015; Muñoz-Villarreal, 2018).

Como esses processos de subjetivação não se constituem de forma homogênea, os modos de governo também não seguem padrões preestabelecidos. As pesquisas mostram que algumas ecovilas fazem uso de regras estabelecidas (Kirby, 2003; Mychajluk, 2017; Rocha & Martins, 2019), ou de metas a serem atingidas (Casey et al., 2017), ou de obrigações de uma quantidade mínima de horas de contribuição para a comunidade (Schiffer, 2018). Outras utilizam processos de iniciação com o acompanhamento por veteranos (Mychajluk, 2017).

Nas pesquisas analisadas, o processo de tomada de decisão apresentou-se como um dos pilares da governança das ecovilas. Os seus métodos variam entre o consenso (Kirby, 2003; Cunningham & Wearing, 2013; Cavalcanti, 2019), a sociocracia – regramento por aqueles engajados em relações sociais comuns - (Muñoz-Villarreal, 2018), podendo chegar ao voto pela maioria presente ou uma decisão do proprietário (Ergas, 2010).

As formas de liderança eram analisadas em algumas pesquisas como outro pilar da governança. Algumas ecovilas decidiram pela ausência de líderes, evitando o modelo político convencional (Schiffer, 2018). Contudo, como aponta Ergas (2010), em sua pesquisa, mesmo não havendo uma liderança definida, em situações mais complexas a decisão final era do proprietário. Outras ecovilas decidiram ter líderes temporários, que, em geral, eram escolhidos entre os mais experientes (Lopez & Prada, 2015; Esteves, 2017).

Mesmo com formas diferentes de liderança e de processos de decisão, as formas de gestão assemelhavam-se em diversas ecovilas. Nelas criaram-se núcleos de trabalho, segundo a necessidade, e os habitantes se dividiam entre eles (Esteves, 2017; Muñoz-Villarreal, 2018). No

caso de Cloughjordan, eles pagavam a alguns moradores para ocupar cargos estratégicos, para promoverem coesão e sinergia na administração (Cunningham & Wearing, 2013).

Por fim, Kirby (2003) e Vicdan e Hong (2018) ressaltaram a importância do espaço físico na redefinição das práticas dos atores. Se de um lado a arquitetura auxiliou os moradores a terem mais contato e comprometimento com a comunidade, por outro, o aumento da vizinhança fez com que os residentes valorizassem mais os espaços privados que o coletivo. Porém, Kirby (2003) acrescenta que os habitantes se sentiam isolados da cidade, exagerando na pressão para serem ecológicos e sustentáveis.

Os processos de governança propostos pelas ecovilas nos trabalhos analisados remetem à noção cunhada por Foucault (2010) de governo de si e governo dos outros. Segundo o autor, os “procedimentos de governo podem mostrar de que modo o indivíduo constitui-se como sujeito na relação consigo e na relação com os outros” (p. 42). Contudo, nesse contexto comunitário, o governo dos outros mostra um enfoque diverso ao abordado pelo autor. Nas ecovilas, o governo não se origina de uma só pessoa ou de um poder central verticalizado, mas pode vir de diversos núcleos de poder ou de diversas pessoas que se encontram em nível horizontal de relação. Além disso, a tentativa de conduzir não busca apenas um nível de conformismo, mas incentivar a reflexão e a construção de novas margens de condutas.

Nessa nova complexidade que as ecovilas promovem, torna-se necessário que todos os habitantes estejam dispostos a fazer o exercício de autoconhecimento e não apenas o(s) líder(es). Como afirma Foucault (2010), para governar os outros é preciso que o sujeito governe a si mesmo e que se conheça também. Sendo assim, as pesquisas ressaltam a expectativa do coletivo de que todos os habitantes das ecovilas transitem entre as posições de governantes e governados, precisando realizar esse exercício com eles mesmos, tema que aprofundaremos na próxima categoria.

Para além das estruturas de governança, as pesquisas mostram que as ecovilas apostam na interação social cotidiana dos membros e no compartilhamento feito por eles, como meios para as

suas transformações subjetivas e comportamentais. Isso se dá pelo trabalho em equipe, solidariedade (Lopez & Prada, 2015) e a partilha de bens, como dinheiro, água, energia, alimento e solo (Esteves, 2017).

Dentre as práticas coletivas estudadas encontram-se a plantação coletiva (Kirby, 2003; Ergas, 2010; Burke & Arjona, 2013; Vicdan & Hong, 2018), cozinhar e comer juntos com algum rito para a comunhão do grupo (Brombin, 2015; Schiffer, 2018; Vicdan & Hong, 2018), reuniões regulares de tomadas de decisão e para informação (Ergas, 2010; Cunningham & Wearing, 2013; Roysen & Mertens, 2016; Roysen & Mertens, 2019), partilha de carros (Kirby, 2003; Casey, 2017; Vicdan & Hong, 2018), além da construção em conjunto da própria infraestrutura da ecovila, como casas, ruas, sistemas hidráulicos e painéis solares (Burke & Arjona, 2013; Vicdan & Hong, 2018).

De forma mais pontual, os estudos ressaltam que as reuniões regulares são utilizadas para a integração dos grupos. Eles fazem encontros, baseados em diversas tecnologias sociais, como a resolução de conflitos, a criação de objetivos comuns, comunicação não violenta, yoga etc., para que possam desenvolver suas relações interpessoais ou para a evolução pessoal e espiritual (Burke & Arjona, 2013; Esteves, 2017; Schiffer, 2018). Outra forma de interação são as reuniões para a transmissão das informações do que se passa na comunidade. Dessa forma, todos os habitantes compreendem de forma mais global o que se passa em suas ecovilas (Cunningham & Wearing, 2013; Roysen, 2018). Algumas reuniões também servem para a construção de identidades comuns, repassando novas maneiras de ver e fazer as atividades na ecovila, seguindo os preceitos da instituição (Gonzales & Dans, 2018).

Roysen e Mertens (2016; 2019) constataram, por sua vez, que, para melhorar a qualidade de vida, algumas ecovilas promovem ações que visam ao cuidado cotidiano, como no exemplo brasileiro do Cuidado Coletivo. A cada dia da semana um grupo ocupa-se dos cuidados da casa e dos outros habitantes.

Pesquisas como as de Ergas (2010), Esteves (2017), Mychajluk (2017) e Schiffer, (2018) também apontam o risco de atritos entre os habitantes devido às escolhas comunitárias de trabalho em conjunto e de haver maior contato pessoal entre seus membros. Os autores também ressaltam que os moradores utilizam diversas formas de tecnologias sociais para equilibrar as relações interpessoais dos habitantes. As principais dizem respeito à resolução de conflitos. Várias possuem práticas estruturadas nesse sentido, tais como *Gifting Circle*, *Forum* e “Comunicação não violenta”.

Os estudos apontam que os conflitos também são parte intrínseca da vida em ecovilas. Como o contato da vida comunitária é mais intenso, as emoções estão mais presentes e os habitantes participam mais de toda a estrutura, surgem conflitos. Eles podem ser gerados pelas questões cotidianas, tais como decidir quem cozinha o jantar, como lavar as louças, com qual cor deve-se pintar a casa ou qual música escutar (Burke & Arjona, 2013; Cavalcanti, 2019). E os conflitos podem surgir devido à desigualdade de poder nos processos de decisão e na governança (Cunningham & Wearing, 2013). Ocorrem também, devido às frustrações de não conseguir pôr em prática os ideais por falta de recursos (Ergas, 2010); pela diferença de comprometimento dos moradores nas atividades da vida comunitária (Hong & Vicdan, 2015); e pelas divergências ideológicas na construção e manutenção da comunidade (Gonzales & Dans, 2018; Schiffer, 2018).

Para auxiliar esse processo, os grupos aplicam as práticas baseadas nas suas tecnologias sociais, ajudando os habitantes a enfrentar situações de conflitos com mais compaixão e melhor escuta aos outros (Kirby, 2003; Bombrin, 2015; Mychajluk, 2017; Cavalcanti, 2019), gerar possibilidade para a realização de novas práticas coletivas (Roysen & Mertens, 2016; Roysen & Mertens, 2019; Schiffer, 2018) e produzir conhecimento para tomada de decisão e desenvolvimento sociocultural, econômico e tecnológico da comunidade (Esteves, 2017).

Contudo, cabe ressaltar que no nível social, o trabalho de Ergas (2010) aponta que existem em algumas ecovilas a persistência de divisão de trabalhos por gênero, e o de Roysen (2018) aponta que em outras permanece a divisão de classe nas tarefas.

Por fim, o bem-estar comum é um dos aspectos prioritários da vida em ecovilas. Para tal, os moradores buscam criar uma firme conexão uns com os outros, promovendo sentimentos mútuos de respeito à diversidade, confiança, igualdade e corresponsabilidade (Kirby, 2003; Lopez & Prada, 2015; Roysen & Mertens, 2016; Roysen & Mertens, 2019; Cavalcanti, 2019). Essa busca dinamiza a comunidade, recriando seus espaços físicos (Vicdan & Hong, 2018), promovendo novos papéis sociais para os habitantes, como a relação entre idosos e crianças e novos modos de a comunidade se relacionar com a natureza (Kirby, 2003; Ergas, 2010).

Como podemos constatar nas pesquisas, as relações entre modos de governo e os processos de subjetivação em ecovilas manifestam-se como modos de cuidado de si e dos outros (Foucault, 1978). Elas necessitam de um conjunto de ações árduas e exigentes, que frequentemente incorrem em custos pessoais (Ferreira Neto, 2017). A política de subjetivação é inseparável do trabalho que 'sujeitos individuais e coletivos' fazem sobre si mesmos, em um contexto específico. Nesse sentido, os pesquisadores apontam os esforços dos habitantes ao trabalharem a si mesmos em prol do coletivo. Como aponta o próprio Foucault (2004), o cuidado de si, enquanto um *ethos* pressupõe relações complexas com os outros, além de ser uma maneira de cuidar destes.

Em suma, o governo nas ecovilas indica um apelo ao governo de si para auxiliar no governo dos outros. Espera-se que os sujeitos se conheçam e empenhem-se na vida comunitária, visto que o papel de governar e ser governado se mostra flutuante nestas comunidades. Além disso, os processos de subjetivação nas ecovilas têm forte caráter de cuidado de si, visto que exige um grande trabalho dos sujeitos sobre si mesmos visando ao bem-estar coletivo.

2.3.2 Relações dos sujeitos consigo mesmos

Inicialmente, os estudos mostram que a decisão de viver em uma ecovila apresenta um duplo sentido para os sujeitos. Seria, ao mesmo tempo, o abandono de antigos modelos de vida e criação de novos. Como mostram os estudos de Lopez e Prada (2015) e de Whitaker, Souza e Whitaker

(2016), as pessoas que decidem viver em ecovilas, geralmente estão insatisfeitas com o modelo de vida promovido pela sociedade e buscam criar outros. Elas querem superar os moldes de consumo no qual foram criadas e querem ter maior contato com o mundo natural. Nos casos latino-americanos, isso significa o retorno à vida campesina abandonada após a modernização dos meios de produção (Lopez & Prada; 2015; Whitaker, Souza & Whitaker, 2016). Em casos europeus, as pessoas buscam a convivência em grupos e com menor impacto ecológico (Gonzales & Dans, 2018; Roux-Rosier et al., 2018). Contudo, quando se aprofunda o questionamento, muitos buscavam as ecovilas depois do fim de um relacionamento, do desencanto com o sistema educativo para seus filhos e de crises financeiras e no mercado de trabalho (Muñoz-Villarreal, 2018).

A partir da análise dos trabalhos, constata-se que a vida em ecovila envolve um processo ético. Como aponta Lefebvre (2017), ética refere-se ao relacionamento que o sujeito estabelece consigo mesmo em relação aos preceitos que constituem um código moral. Nesse sentido, os sujeitos insatisfeitos com os códigos e condutas morais construídos nos centros urbanos, buscam construir novos modos de existência que contenham modos de subjetivação éticos, transformando a relação consigo e com os outros, como aponta Foucault (1998).

A partir da análise dos trabalhos, constata-se que a vida em ecovila envolve um processo ético. Como aponta Lefebvre (2017), ética refere-se ao relacionamento que o sujeito estabelece consigo mesmo em relação aos preceitos que constituem um código moral. Nesse sentido, os sujeitos insatisfeitos com os códigos e condutas morais construídos nos centros urbanos, buscam construir novos modos de existência que, como aponta Foucault (1998), contém um modo de subjetivação ético.

Alguns pesquisadores, ao analisar a vida cotidiana, apontam o potencial da vida em ecovilas em promover independência, mudança nas práticas e aquisição de habilidades individuais.

No que tange aos aspectos ambientais e econômicos, as pesquisas de Ergas (2010), Burke e Arjona (2013) e Vicdan e Hong (2018) apontam que as práticas diárias dos moradores visavam

reduzir a dependência em relação aos grandes centros urbanos. Uma das formas de atingir esse objetivo era a política *do-it-yourself*, em que os habitantes buscavam uma vida mais simples, reduzindo o consumo, aprendendo como fazer seus próprios bens de uso diário, como roupas, casa, conserto de materiais etc. A plantação própria e o consumo de produtos dos produtores locais também foram apontados como uma forma de aumentar a própria autonomia (Kirby, 2003; Ergas, 2010; Lopes & Prada, 2015; Muñoz-Villarreal, 2018).

Pesquisas como as de Casey *et al.* (2017) e Roysen (2018) apresentam as mudanças nas representações sobre consumo. Nesses estudos, os habitantes não paravam, simplesmente, de comprar produtos distanciando-se da sociedade. Eles passaram a refletir melhor sobre o que consomem, valorizando mais as tecnologias ditas “verdes”, os trabalhos manuais e as atividades coletivas.

Contudo, os mesmos estudos ressaltam a lacuna valor-ação (*value action gap*) presente nas práticas nas ecovilas. Apesar do discurso ecológico, alguns habitantes continuavam a utilizar o carro particular (Ergas, 2010; Casey *et al.*, 2017; Roysen, 2018) e faziam alto uso de mídias populares, como televisão (Ergas, 2010).

Outros trabalhos descrevem as mudanças de cada sujeito em suas relações interpessoais. Nessas pesquisas, as pessoas relatavam melhorias na capacidade de escuta do outro (Hong & Vicdan, 2015); aprimoramento na capacidade de resolução de conflitos e de comunicação (Mychajluk, 2017); além de reduzir a introversão, melhorando a capacidade de interação social (Hong & Vicdan, 2015; Vicdan & Hong, 2018).

As mudanças nas relações sociais promovidas pela vida em comunidade extrapolavam o ambiente da ecovila. Roysen & Mertens (2016; 2019) ressaltam que as novas competências adquiridas na convivência podiam gerar conflitos com familiares que discordam do novo modelo de vida. Devido a isso, eles passavam a procurar novos círculos de relações com pessoas que compartilhavam os mesmos valores.

Essas pesquisas, ao analisarem as mudanças nas práticas cotidianas, ressaltaram que, no nível individual, o processo de viver em ecovilas exigia que seus habitantes desaprendessem antigos hábitos de vida e aprendessem novos. Eles precisavam abandonar um modelo “naturalizado” de consumo, privacidade e independência, construído nos centros urbanos, para adotar novas mentalidades e corporalidades menos consumistas, mais coletivas e cooperativas (Burke & Arjona, 2013; Whitaker, 2016; Mychajluk, 2017; Roysen, 2018). Contudo, exigia-se também a perda de expectativas e ideais sobre a vida comunitária para que se adaptassem às vicissitudes de cada contexto (Hong & Vicdan, 2015).

Esse processo de desaprendizagem/reaprendizagem promove mudanças nas subjetividades dos moradores, que são instados a desenvolverem uma prática transformadora sobre si. As mudanças atingiam as autoimagens física e mental das pessoas (Gonzales & Dans, 2018). Elas sentiam que possuíam mais conhecimento, mais força e estavam mais conscientes do que ocorria com elas e ao seu entorno (Brombin, 2015; Gonzales & Dans, 2018; Schiffer, 2018); elas desenvolviam novos interesses e diferentes respostas físicas e psicológicas a situações de ameaças e violência (Burke & Arjona, 2013); e eram mais independentes e capazes para construir e produzir seus próprios bens de consumo (Ergas, 2010; Burke & Arjona, 2013).

O conceito de cuidado de si também nos ajuda a entender esse processo de subjetivação individual presente nas pesquisas sobre ecovilas. Para Foucault (2008), o cuidado de si é uma forma de contraconduta. Nesse sentido, não se trata da simples negação de governo, mas da possibilidade de escolher a qual tipo de governo seguir e de avaliar os custos dessa escolha. Acompanhando o autor, nesse movimento o sujeito é alguém que não apenas fala da verdade, mas a vive. Eles tornam-se sujeitos quando seu estilo de vida expressa sua verdade. Significa afirmar que os sujeitos se ocuparão com o tipo de relacionamento que mantêm com o que é realizado. Sendo assim, as pesquisas apontam que a desconstrução e reconstrução das subjetividades dos moradores das

ecovilas exigem deles novos aprendizados e mudanças de concepções para que pudessem viver o ideal que almejavam.

Nas relações dos sujeitos com seus processos de subjetivação, as análises desvelam que a escolha pela vida em uma ecovila constitui-se de uma decisão ética e de contraconduta, na medida em que diz respeito à construção de novos modos de vida que se assemelham aos seus objetivos éticos. No que tange à vida cotidiana, as produções de subjetividade mostravam-se como um processo de cuidado de si na medida em que provinha de um trabalho dos sujeitos sobre si mesmos, para a mudança de práticas e de representações para alcançar os ideais que as levaram a morar na ecovila.

2.3.3 Relações dos sujeitos com o meio ambiente

Os processos de subjetivação advindos da relação dos sujeitos com o meio ambiente, foram os aspectos menos abordados nas pesquisas. Esses trabalhos apresentam que os próprios membros promovem momentos de trocas que induziam os próprios habitantes a reflexões sobre suas atitudes ecológicas, impulsionando a criação de novas estruturas (Hong & Vicdan, 2015; Casey et al., 2017). Dessa forma, tentava-se criar uma relação mais respeitosa com todos os seres vivos, eliminando a distinção entre humanos e natureza e reconhecendo a interdependência entre eles (Burke & Arjona, 2013; Lopez & Prada, 2015; Muñoz-Villarreal, 2018).

Em muitas ecovilas, esses processos são traduzidos como princípios da permacultura. Ela porta a ideia de uma cultura permanente que visa à utilização dos recursos naturais de forma a não os extinguir, podendo até mesmo renová-los. Contudo, para além dos aspectos práticos da agricultura, ela também é fonte de imaginários que agregam ecologia, justiça social, utopia e misticismo, formando novas relações sociais entre os humanos e humano/natureza (Diniz, 2016; Roux-Rosier, Azambuja & Islam, 2018).

As pesquisas de Brombin (2015), Lopez e Prada (2015) e Muñoz-Villarreal (2018) analisam como esse processo acontece na prática da produção de alimento. As pessoas alteram suas percepções devido ao fato de trabalharem com a terra nessa atividade. Elas sentem-se reconectadas ou em um estado de simbiose com a natureza.

Outra vertente para abordar a relação dos sujeitos com o meio ambiente se dá por uma perspectiva mais finalista. As pesquisas de Kirby (2003), Schiffer (2018), Vicdan e Hong (2018) analisam a arquitetura como estratégia para desenvolver modelos de vida mais sustentáveis social e ecologicamente. O uso do modelo de *cohousing* é o mais difundido entre as ecovilas. Ele visa à construção com materiais menos danosos ao ambiente e com design que diminua o uso de energia. Ao mesmo tempo, ela prioriza os espaços comuns, reduzindo o privado, promovendo o maior contato entre os habitantes.

Os ideais também reverberam no consumo sustentável. Por um lado, a abordagem crítica no cotidiano faz com que os habitantes se interroguem frequentemente sobre o que é sustentabilidade e problematizem a relação entre produção, consumo e dejetos, regulando assim o consumo (Casey *et al.*, 2017). Por outro, a satisfação com outras atividades diárias e com a convivência na comunidade torna o consumo uma necessidade secundária (Roysen, 2018).

Para compreendermos o processo de subjetivação na relação com o meio ambiente, vimos na noção de prática de si uma possibilidade de interpretação. Mesmo que os estudos foucaultianos não abordem a emergência dos sujeitos nas relações com o meio ambiente, o autor ventila que o sujeito é constituído não só por um sistema simbólico, mas também em práticas verdadeiras (Foucault, 1995). Partindo dessa premissa, o governo e o cuidado de si promovem novas subjetivações no que dizem respeito aos processos individuais e coletivos, mas é seu entrelaçamento com as práticas concretas que alteram as percepções dos habitantes em relação à natureza e os levam a promover novas práticas ambientalmente sustentáveis. Contudo, por não explorarem a fundo o tema da sustentabilidade nas ecovilas, as pesquisas analisadas não nos permitem afirmar se

as mudanças nas práticas de sustentabilidade ambiental sejam resultado da mudança nas percepções da interação ou da simbiose entre seres humanos e natureza.

2.4 Conclusão

A análise dos estudos permite identificar seis aspectos que constituem os processos de subjetivação nas ecovilas e sua relação com os respectivos modos de governo. Em nível coletivo, os trabalhos abordam o governo nas comunidades e as transformações individuais empregadas pelos moradores em prol do coletivo. Em nível individual, identificamos as funções dos ideais pessoais na escolha de viver em ecovilas bem como os esforços empregados pelos habitantes para transformarem-se e atingirem esses ideais pessoais. Por fim, na relação com o meio ambiente, os estudos apontam como as atividades cotidianas modificavam as percepções pessoais em relação à natureza e como as pessoas modificavam suas práticas buscando maior sustentabilidade ambiental.

Este estudo também traz evidências de que as noções foucaultianas de governo de si e dos outros, cuidado de si e práticas de si auxiliam no entendimento dos processos de subjetivação nos contextos das ecovilas. As análises baseadas nesses conceitos lançam novas perspectivas sobre o entendimento das dinâmicas psicossociológicas desse modelo de comunidade, no que diz respeito à subjetivação coletiva e individual, e cria a possibilidade de analisar os processos de subjetivação na relação dos sujeitos com o meio ambiente. Embora esse último aspecto tenha sido o menos explorado nos estudos consultados.

Os estudos, ao analisarem as governanças nas ecovilas, evidenciam a necessidade de um governo de si por parte de todos os habitantes. Espera-se que eles sejam autorreflexivos e engajados com a vida comunitária. Nesse movimento, os moradores auto infligem-se um processo de cuidado de si, visando transformações para também promoverem o cuidado do outro.

As práticas de si ou cuidado de si mostraram-se conceitos de análise úteis para entender os processos de subjetivação em relação ao meio ambiente. Isso se deve ao fato de os conceitos

abordarem a constituição do sujeito para além do sistema simbólico, evocando as práticas diárias como premissa. Nas pesquisas, os habitantes das ecovilas mudam a sua relação com a natureza a partir das práticas que realizam em seu cotidiano, em contato direto com o meio ambiente circundante. Inclusive alterando a sua percepção e sentimentos quanto à própria existência. As práticas de si mostraram-se um bom conceito de análise germinal para entender os processos de subjetivação em relação ao meio ambiente. Isso se deve ao fato de que o conceito aborda a constituição do sujeito para além do sistema simbólico, evocando as práticas diárias como premissa. Nas pesquisas, os habitantes das ecovilas mudavam a sua relação com a natureza a partir das práticas que realizavam em seu cotidiano, em contato direto com o meio ambiente circundante. Inclusive alterando a sua percepção e sentimentos quanto a própria existência.

Como esse artigo trata da análise de diferentes pesquisas, sem contato direto com o campo de pesquisa, ele apresenta o limite de não conseguir analisar mais profundamente as peculiaridades de cada comunidade. Outro limite é que os artigos analisados trabalhavam apenas termos diretamente relacionados com o referencial analítico. Mesmo considerando que assuntos como engenharia, biologia e ecologia pudessem ser considerados, de forma ampla, como estratégias de governo e poder, não apresentavam material suficiente que os enquadrassem nos escopos aqui analisados. Assim podemos apontar a necessidade de mais estudos que integrem as noções de relações de poder, as práticas e as subjetividades dentro das ecovilas.

3 O cuidado de si como estratégia de governo em comunidades: processos de subjetivação em ecovilas

Resumo

Viver em ecovilas implica o desenvolvimento e exercício de práticas, visando ao cuidado de si e dos outros. A partir de observações participantes conduzidas em duas ecovilas, uma na Suíça e outra no Brasil, o objetivo deste artigo é desvelar os processos de subjetivação que emergem no cuidado de si e dos outros nas ecovilas, para contribuir com o desenvolvimento individual e comunitário. A análise que realizamos levou aos seguintes resultados: 1) o cuidado de si e dos outros era uma estratégia de governo das ecovilas; 2) os processos de subjetivação que emergiram do cuidado de si eram singulares em cada ecovila; 3) a infraestrutura e a demografia eram importantes para compreender os processos de subjetivação nas comunidades. Essa análise dos casos também indica que algum nível de governo é crucial para conduzir as pessoas ao cuidado de si. Apenas o fato de viverem perto não foi suficiente para os moradores das ecovilas desenvolverem habilidades interpessoais e tratar as questões subjetivas de cada habitante. Os moradores precisaram fazer um trabalho árduo consigo mesmos (em grupo ou individualmente) para atingir esses objetivos.

Palavras-chave: Ecovila, Comunidade, Cuidado de si, Governo.

3.1 Introdução

O estudo do autodesenvolvimento e das práticas de si é um campo crescente de investigação para melhorar e consolidar as comunidades. Projetar, construir e morar em ecovilas é um campo relevante de estudo em torno desta temática, pois implica no desenvolvimento e exercício de práticas, visando ao cuidado de si e do outro, conceitos desenvolvidos por Foucault (2000).

As ecovilas, enquanto modelo de comunidades intencionais, visam reinventar os processos de subjetivação em torno da sustentabilidade, em quatro dimensões distintas e inter-relacionadas: social, cultural, ecológica e econômica (GEN, 2020). As ecovilas são um terreno fértil para conhecer as transformações individual e coletiva e observar as ações em curso e seu desenvolvimento. Embora a Psicologia Comunitária estude a ligação entre indivíduos e comunidades (Kloos, et al., 2012), a disciplina carece de estudos em torno de ecovilas e da teoria do cuidado de si e dos outros. Por um lado, a maior parte dos estudos sobre o cuidado de si e dos outros abordam objetivos governamentais e econômicos, com menos atenção à exploração dos processos de subjetivação em comunidades intencionais. Por outro lado, a maioria dos estudos de Psicologia Comunitária enfoca as consequências da vida comunitária e o empoderamento dos indivíduos e do grupo, sem atenção aos esforços de autoaperfeiçoamento dos indivíduos para desenvolverem a comunidade.

As pesquisas em torno do cuidado de si abordaram diversas áreas, como educação (Zembylas & Fendler, 2007; Tennant, 2006), saúde (Randall & Munro, 2010; Macedo & Dimenstein, 2009), política (Myers, 2008; White & Hunt, 2000) e outros. No entanto, poucos estudos enfocam a Psicologia Comunitária (Lawford & Ramey, 2017), e menos ainda a relação entre os esforços individuais para o aprimoramento das ecovilas, discussão que será desenvolvida aqui.

O objetivo deste artigo é trazer à luz os processos de subjetivação inseridos no cuidado de si e dos outros nas ecovilas, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento individual e comunitário. Os nossos focos foram as reflexões individuais ocorridas no cotidiano da comunidade sobre as relações interpessoais e os processos de autoconhecimento.

As pesquisas sobre os processos de subjetivação da vida em ecovilas avançaram nos últimos anos. Alguns estudos analisaram o desenvolvimento da autonomia dos habitantes (Ergas, 2010; Burke & Arjona, 2013; Vicdan & Hong, 2018), o desenvolvimento de suas habilidades sociais

(Mychajluk, 2017; Hong & Vicdan, 2015) e seu processo de reaprendizagem (Burke & Arjona, 2013; Whitaker, 2016; Mychajluk, 2017; Roysen, 2018). Outros enfocam as mudanças de atitude cognitiva (Brombin, 2015; Gonzales & Dans, 2018; Schiffer, 2018), mas nenhum estudo visa aos processos de subjetivação dos habitantes das ecovilas como um processo de cuidado de si e dos outros, assunto cuja proposta é avançar neste artigo.

Na próxima seção será explicado o referencial teórico e, a seguir, o método utilizado para esta pesquisa. Posteriormente, serão analisados os dados coletados e apresentadas as conclusões.

3.1.1 Processos de subjetivação, governo e cuidado de si

Este artigo dialoga com a noção de processos de subjetivação de Michel Foucault (Foucault, 2000). O autor recusa uma perspectiva universal da subjetividade. Sua preocupação era entender como o ser humano torna-se sujeito em uma determinada cultura. Ele afirma que o sujeito não é uma substância, mas um processo que depende da relação que se tem consigo mesmo e com os outros (Fornet-Batencourt et al., 1987). Em cada contexto, o sujeito estabelece diferentes modos de relacionamento consigo mesmo.

Para Foucault (2007), o sujeito é alguém que não só fala da verdade, mas a vive. Ele se torna sujeito quando seu estilo de vida expressa sua verdade. Significa afirmar que os sujeitos vão se ocupar com o tipo de relação que têm com o que é realizado.

Os processos de subjetivação ocorrem no trabalho que os sujeitos fazem sobre si mesmos, criando diferentes formas de existência (modos de pensar, sentir e agir), em um determinado contexto, a partir de uma agência de ideais, regras, espaço e práticas (Foucault, 2007; Prado Filho & Martins, 2007). No entanto, o autor aponta em 'Segurança, Território e População' (2007) que esse processo ocorre a partir de estratégias específicas de governo utilizadas para conduzir a conduta dos sujeitos. Ele acrescenta em 'O governo de si e dos outros' (2010) que esse processo de governar não

afeta exclusivamente os outros, mas também diz respeito a si mesmo como exercício de produção de subjetividades.

A noção de governo em Foucault aponta para processos que são, ao mesmo tempo, coletivos e individuais. O poder é o movimento de condução da conduta dos outros. São relações que realizam, simultaneamente, práticas de coerção, liberdade e cuidado de si (Fornet-Batencourt, 1987).

Deve-se evitar entender o cuidado de si como uma atitude centrada exclusivamente no sujeito. Não se trata de um sujeito que busca o prazer pessoal em qualquer circunstância, mas de alguém que se põe a trabalhar para mudar a si mesmo e ao outro (Foucault, 2000). Para Candiottto, (2008), o cuidado de si significa uma atitude diferente em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo. É uma forma de exercer vigilância sobre o que acontece nos pensamentos. Sugere ações exercidas de si mesmo sobre si mesmo para transformar-se. O cuidado de si necessita de um conjunto de ações árduas e exigentes, que muitas vezes implicam em custos pessoais (Ferreira Neto, 2017). A política da subjetividade é indissociável do trabalho que os sujeitos individuais e coletivos fazem sobre si mesmos, em um contexto específico. Conforme aponta Foucault (Fornet-Batencourt, 1987), cuidar de si, como *ethos*, pressupõe relações complexas com os outros, além de ser uma forma de cuidado consigo.

3.1.2 Metodologia

A coleta de dados ocorreu em duas ecovilas. Uma situada no norte da Suíça e outra no sudeste do Brasil, que envolveu oito semanas de imersão em cada campo de pesquisa (junho/agosto de 2019 e outubro/novembro de 2019, respectivamente), observação participante e treze entrevistas na primeira e cinco entrevistas na segunda. Essa variação no número de entrevistas ocorreu em função da população de cada local que descreveremos a seguir.

Estudamos a estrutura física e administrativa de cada local, a relação interpessoal dos moradores e a relação de cada um consigo mesmo. Todas as entrevistas foram gravadas. Nós as traduzimos para o português. Os dados foram codificados dedutivamente em dois eixos: (1) estrutura, governo e demografia; e (2) processos de subjetivação. Os autores compartilharam as descobertas da pesquisa com os participantes por observações a receber o *feedback*.

Nesta pesquisa, foram realizadas observações participantes. O método envolveu a participação nas atividades diárias de um grupo para aprender os aspectos explícitos e implícitos de suas rotinas e cultura (DeWalt & DeWalt, 2011). Conforme apontado por Aagaard e Matthiesen (2015), esse método vai além do uso exclusivo da linguagem para analisar os dados. Outra ferramenta era prestar atenção ao mundo material, aos corpos humanos e a outros objetos, aprendendo os significados incorporados na vida em grupo. Jorgensen (2015) afirma que ao longo da observação participante, é possível pesquisar as experiências, pensamentos, sentimentos e atividades dos participantes, alcançando suas implicações para a população específica. Spreadly (2016) mostra que a observação participante possibilita a comparação entre o subjetivo dos participantes e seu comportamento, relatando suas crenças e ações. O método ajuda a compreender os contextos físicos, sociais, culturais e econômicos em que vivem. Com ele é possível testemunhar as relações entre pessoas, contextos, ideias, normas e eventos. Os comportamentos e atividades das pessoas são outra fonte de dados: o que fazem, com que frequência e com quem. No entanto, Desmond (2014) aponta a necessidade de considerar o objeto de estudo como “processos que envolvem configurações de relações entre diferentes atores ou instituições” (2014, p.587). Além disso, também aplicamos o método para verificar mudanças individuais na relação com o contexto.

Aplicamos na pesquisa a abordagem de estudo de caso para fazermos uma comparação intercultural entre as ecovilas (Becker, 2014).

3.2 Resultados

3.2.1 Estudo de caso 1: ecovila suíça

3.2.1.1 Estrutura, governo e demografia

Esta ecovila localiza-se em um castelo do século 18, a três quilômetros do centro da cidade em que ela se encontra, no Norte da Suíça. Os fundadores da comunidade foram cinco grupos espirituais distintos, que se reuniram com o objetivo de criar uma comunidade que promovesse "Encontros e Autoconsciência", conforme apresentado em sua entrada. Eles também tinham um Centro de Seminários, onde promoviam oficinas relacionadas ao tema do autodesenvolvimento.

A estrutura da ecovila consiste em cinco grandes edifícios e dois menores. Neles ficavam os apartamentos dos habitantes (com banheiros e cozinhas privativos e compartilhados); uma casa para os visitantes; o Centro de Seminários, com três salões, banheiros e chuveiros, além de cozinha e refeitório (localizados no prédio principal do castelo); uma escola formal de ensino fundamental (também estruturada em sua pessoa jurídica) para crianças de toda a cidade, com 34 alunos; vários estúdios de arte, utilizados pelos próprios moradores; uma sala de reuniões comunitárias; a 'casa do silêncio', para meditação; uma lavanderia comunitária; e um ambiente para encontro dos adolescentes no porão. Além disso, possuíam um jardim de permacultura, uma área de camping, uma praia particular em frente, um bistrô, um bosque nos fundos do castelo e vários jardins e espaços para rituais ao longo do terreno.

Para administrar o terreno e os prédios, os moradores criaram uma sociedade anônima S/A (*Aktiengesellschaft*). A diretoria é composta por quatro moradores da comunidade e dois membros externos. Eles são eleitos anualmente para o cargo.

A população da ecovila era multigeracional (variando de 1 a 65 anos) e multicultural. Mais da metade dos habitantes eram alemães, seguidos pelos suíços da região alemã do país. Naquela época, eram 57 residentes, 34 adultos e 23 crianças. A minoria dos adultos ganhava a vida

trabalhando no Centro de Seminários. A maioria dos moradores trabalhava fora da comunidade ou estava aposentada.

Os residentes estimaram que recebiam aproximadamente 6.000 visitantes ao longo do ano. Seja por conta do Centro de Seminários ou pela vontade de as pessoas conhecerem a comunidade.

A comunidade tinha regras, mas ninguém as monitorava. Cada um era responsável pela sua autoavaliação. Uma das regras dizia respeito ao processo de tornar-se um membro. Os entrevistados relataram que os processos de adesão variaram em cada caso. Em geral, duravam um ano. Nesse período, as pessoas viviam e participavam de atividades comunitárias, mas não tinham direito a voto. Elas podiam opinar, mas não votar nas decisões da ecovila. Os procedimentos variavam, passando por reuniões regulares para fornecer feedback, festas ou trabalho em conjunto. Nada era obrigatório, mas tudo estava sujeito à avaliação. Após um ano, eles realizavam uma reunião para decidir, por consenso, se a pessoa poderia tornar-se um membro ou não. Cada habitante avaliava o futuro membro subjetivamente. A aceitação dependia da concordância de 90% dos moradores. Só então o novo morador poderia se tornar acionista e morar lá. Mesmo que recusada, a decisão poderia ser revertida em um segundo momento, conforme apontado por um dos entrevistados, que foi rejeitado em um primeiro encontro, mas posteriormente aceito.

Outra “obrigação” era o trabalho voluntário na comunidade. Eles tinham um acordo de que todos os residentes adultos deveriam dedicar nove horas de trabalho voluntário por mês à comunidade, mas ninguém os controlava. Eles acreditavam um no outro. Essas horas de trabalho podiam variar entre trabalho de manutenção, gerenciamento da ecovila ou suporte de relacionamento interpessoal.

As reuniões da comunidade eram consideradas uma parte crucial da organização social da ecovila. Ela possuía vários tipos de reuniões, que incluíam encontros apenas para membros, e outras também com pessoas de fora. Nenhum residente precisava participar dessas reuniões. No entanto, a comunidade esperava a participação da maioria dos moradores.

Três são as reuniões internas. A primeira é o encontro semanal, que acontecia nas noites de terça-feira, dedicada à autorreflexão e a discussões sobre relacionamento interpessoal. A segunda, mensal, é uma reunião que realizam, para discutir questões práticas e de gestão da ecovila. O último encontro é denominado “períodos intensivos”. Ao longo do ano, eles realizam três encontros, com duração de quatro dias cada. Durante esse período, eles geralmente convidam alguém de fora da comunidade para treiná-los em alguma nova técnica de autorreflexão. Além disso, todas as manhãs, às 10 horas, eles têm um grupo de troca chamado “Morning Circle”. Todas as pessoas presentes na comunidade podiam participar, de acordo com sua vontade.

Para grupos fora da comunidade, os entrevistados relataram dois tipos de encontros. O primeiro era a '*Ecovillage Development Education*' (EDE). Era um mês em que os visitantes viviam na comunidade e aprendiam a construir uma ecovila, vivenciando todos os processos que a comunidade propunha. A outra reunião era a 'Semana Intensiva', uma semana de intensos processos de autorreflexão e participação na vida comunitária. Os participantes podiam conhecer e viver os processos da ecovila. Geralmente, se alguém queria entrar na comunidade, deveria participar dessa imersão.

O governo na ecovila suíça visava conduzir a conduta de cada habitante em direção ao seu autogoverno (Foucault, 2010) e à melhora das relações interpessoais. A estratégia para manter a ecovila era o investimento e o controle de cada indivíduo sobre si. Conforme afirmado por Speer e Hughey (1995) e Maton (2008), existe uma relação recíproca entre o empoderamento da comunidade e o empoderamento de seus membros. Para investir nesses aprimoramentos, eles não priorizaram a vigilância de um sobre o outro, mas a autovigilância e a qualidade da interação entre os moradores. Os grupos de encontro tinham um papel crucial nesses processos. Eles apostavam que o autoaperfeiçoamento era o ponto chave para melhorar toda a comunidade. Além disso, difundiam essa filosofia entre os visitantes da ecovila.

3.2.1.2 Processos de subjetivação na ecovila

Os processos de subjetivação na ecovila suíça aconteceram em dois níveis: 1) o aprimoramento das relações interpessoais; e 2) o processo de trabalhar sobre si mesmo. Em relação ao aprimoramento das relações interpessoais, os entrevistados apontaram que o fato de viverem juntos era um facilitador para encontros espontâneos. Eles relataram que aconteciam muitas conversas quando se viam no caminho. Uma das recém-chegadas disse: "Percebi que sempre quando volto das férias, é assim: 'Oh, oi!' E todo mundo diz: 'Como foi?' Então é tipo 'uau' muitas pessoas aqui sabem onde eu estive, e estamos felizes".

Observamos que os moradores da ecovila promoviam diversos eventos. Algumas festas, como a chegada ou saída de alguém ou a conclusão de processos, como o fim da 'Semana Intensiva'. Ocorriam eventos abertos ao público externo, como shows. Às vezes, eles reuniam-se em seus pequenos grupos para ter festas mais restritas, como a confraternização de um grupo de trabalho ou batismos. Além disso, promoviam pequenas atividades de entretenimento, como jogos de futebol para jovens e adultos, ou visitas às montanhas ou cachoeiras.

Por causa do Centro de Seminários, a movimentação de pessoas da comunidade era intensa. Alguns moradores sentiam isso, acolhendo muitos no verão. Podia ser exaustivo, mas trazia novas energias e mais vida para a ecovila. "Muitas pessoas podem não ver isso, mas acredito que, para esta comunidade, é muito inspirador ter todos os grupos dos seminários chegando. Às vezes, é cansativo no verão, mas eles trazem muita energia renovada".

Kirby (2003) encontrou um processo semelhante de subjetivação na Ecovila de Ithaca. O autor concluiu que as relações face a face, criadas pela arquitetura da ecovila, promoveram capital social para os habitantes. Assim, em ambas ecovilas, eles poderiam criar vários eventos em conjunto, com a ajuda mútua. Além disso, na ecovila suíça, eles sentiam-se recompensados e revigorados pela intensa circulação de visitantes dentro da comunidade, mesmo que isso exigisse muita energia.

Viver na comunidade exigia que os habitantes compartilhassem espaços. Alguns precisavam dividir o uso da cozinha e do banheiro, o que era novidade para eles. Eles também compartilhavam áreas comuns, como o jardim. Para alguns, mudou-se a noção de “meu” para a de “nosso”. Uma psicóloga que morava lá disse: “Você sabe que, para viver com outras pessoas, não se deve se apegar ao seu próprio ego. Você precisa reconfigurar sua mente em um 'nós' em vez de 'eu'. E se isso acontecer, tudo influencia. Não é 'meu'. É o 'nosso' jardim. É 'nosso' lugar. É 'nossa' comunidade. É a 'nossa' vida aqui. É 'nossa' responsabilidade”.

Apesar de construir relações mais intensas, o coletivo dividia-se em pequenos grupos a partir da proximidade e afinidade entre as pessoas. Dentro de todo o grupo, eles tinham seus amigos mais próximos e aqueles de quem não gostavam muito. Uma das cofundadoras declarou: “Acho que todos na comunidade têm sua própria comunidade. Cada um faz seu próprio grupo, e cada um tem sua vida”. E embora houvesse encontros regulares entre os residentes, algumas pessoas não se encontravam ou raramente se viam. A mais idosa da comunidade dizia: “Sentada aqui, percebo que há algumas pessoas com quem não tenho contato. Eu os vejo às vezes no círculo matinal, superficialmente”.

A ecovila é um território que possibilita a criação de novos projetos. Embora fosse uma necessidade para o coletivo prosperar, era também a chance de encontrar e criar atividades com as quais cada um se identificasse. E foi nessa variedade que a comunidade ganhava mais vigor. Uma das senhoras mais velhas da comunidade disse:

Eu coloco no projeto o que posso. É minha paixão cuidar do jardim. Mas eu não pulo no projeto com o que as pessoas querem que eu traga. Não, eu não posso fazer isso. Eu aprecio que todas as pessoas tragam outras coisas. Acho que isso é o mais poderoso. Você vai para o projeto e está trazendo muitas pessoas para o projeto e outras pessoas fazem outros. Você tem diversidade e muito poder.

Porém, o investimento na comunidade demandava energia dos moradores. Nem todos podiam se dedicar exclusivamente à vida comunitária. Os adultos que tinham família e trabalhavam fora achavam um desafio estar presente nos momentos coletivos. Um dos entrevistados disse: “Viver em comunidade também pode trazer bastante sobrecarga. Se você agora tem uma família com 3, 4 filhos, você ainda precisa trabalhar, tem que fazer isso, depois a comunidade e talvez algum tipo de dificuldade interpessoal”.

Com o tempo e com a estabilidade do empreendimento, alguns moradores sentiram-se desestimulados em continuar investindo energia no projeto e passaram a investir mais em si mesmos. Um dos cofundadores assumiu: "Por um lado, estou totalmente confiante, que não tenho que controlar o que está acontecendo. Por outro lado, meu interesse ou minhas intenções... meu fogo não está realmente ali, então também estou colocando minha atenção nas minhas coisas”.

O cuidado de si e dos outros (Foucault 2005) era necessário tanto para a ecovila quanto para cada um. Quando alguém cria um projeto, pode se sentir realizado com as atividades, ao mesmo tempo em que ajuda a melhorar a comunidade. No entanto, como aponta Ferreira Neto (2017), o cuidado de si e dos outros acarreta ações árduas e exigentes e custos pessoais. Para alguns habitantes, este investimento energético não era possível ou deixou de ser um desejo.

Durante as entrevistas, os eventos e as conversas informais na ecovila, as pessoas relataram que o conflito era uma questão sempre presente na vida comunitária. A principal fonte de conflitos eram as relações interpessoais. Quase todos os participantes apontaram que tiveram conflitos com outra pessoa. Para alguns, essas dificuldades persistiram durante toda sua permanência na comunidade. Um deles disse: “Nem sempre é fácil assumir toda a responsabilidade no conflito. Ainda tenho conflitos com algumas pessoas aqui. Já tinha há sete anos atrás os mesmos conflitos. Eu não saio disso. Existem pessoas aqui que realmente mexem comigo. São duas ou três pessoas que desencadeiam isso em mim”.

Também ocorriam conflitos entre antigos membros e novos residentes. Daí surgiam discussões sobre a aceitação de novas ideias ao mesmo tempo em que precisavam manter a estrutura que já haviam construído. Uma das moradoras contou sobre a sua entrada na comunidade: “Quando cheguei aqui, eles eram muito fixos em comunicação. Acabei criando um novo círculo. Algumas pessoas não gostaram disso. Eu criei um novo tipo de círculo de comunicação, e então algumas pessoas disseram: 'não queremos você na comunidade por causa disso'. E isso foi difícil para mim. Foi uma experiência. As pessoas ficaram com medo de que todo o sistema colapsasse por minha causa”.

As relações de poder também geraram conflitos quando a relação entre a individualidade e o coletivo entrou em cena. Quando esses dois interesses estavam em jogo, os residentes tendiam a trocar vários e-mails com acusações. Aconteceu quando alguém decidiu tomar iniciativas para mudar sua caravana de lugar sem consultar os outros membros da comunidade.

Para os entrevistados, a capacidade de os moradores resolverem conflitos melhorou com o tempo. Eles creditam essa mudança tanto à maturidade da comunidade quanto ao aprendizado de novas ferramentas e estratégias de comunicação para mediar os conflitos. Um dos entrevistados pontua que:

Muitas pessoas ainda têm com esse espírito, 'é meu' ou 'você não fez direito'.
Conversa um com o outro desejando ferir. E eu acho que nos últimos cinco anos, nós, como uma comunidade, aprendemos a dar feedback uns aos outros sem nos machucar. Como encontrar solução sem lutar. Sim, essa comunicação não violenta aconteceu.

Porém, ao longo de sua história, a ecovila soube se reinventar. O processo de autorreflexão ocorrido no nível individual também esteve presente no nível coletivo. Quando a primeira crise aconteceu, os membros da comunidade decidiram separar a ecovila do Centro de Seminários. Abriram-se mais para as famílias, criando um novo ambiente, que consideram ter trazido mais

estabilidade ao cotidiano. Quanto às crianças, mesmo precisando de muitas obras, elas passaram a ser mais aceitas e a participar mais da comunidade. Durante o período da pesquisa, as pessoas com mais de sessenta anos refletiam sobre suas necessidades específicas, por conta da idade. A comunidade precisava criar estratégias para tornar o local sustentável para os idosos, seja pela modificação da estrutura física ou pela criação de um suporte social consistente.

Os conflitos também fomentaram processos de subjetivação. Por conta do autogoverno, os moradores tiveram que trabalhar suas questões pessoais envolvidas nos conflitos. Às vezes, não chegavam a uma solução e eles tinham que suportar a situação e desenvolver novas habilidades em prol do equilíbrio da comunidade. Este exercício possibilitou a transformação da comunidade mesmo enfrentando momentos difíceis. Conforme afirma Chavis (2001), as coalizões comunitárias podem transformar o conflito em mudança social.

Quanto ao processo de trabalhar sobre si mesmo, a vida na ecovila induzia as pessoas a lidarem com seus problemas. Como muitas pessoas procuraram morar na comunidade com a intenção de ter mais relacionamento interpessoal, acabaram enfrentando a solidão. Uma das cozinheiras do Centro de Seminários disse: “Muitas pessoas se sentiram iludidas com a vida na comunidade. Elas achavam que chegariam aqui e nunca se sentiriam sozinhas. Não é verdade. Já vi pessoas se sentirem solitárias na comunidade”.

Ao lidar com seus momentos de solidão, as pessoas precisavam lidar com seus problemas psicológicos. Alguns procuravam novos modos de vida. Outros, inconscientemente, tinham que trabalhar suas questões infantis não solucionadas. Uma das senhoras mais idosas da comunidade observou que: "Existem duas coisas diferentes, minha motivação consciente: o que eu quero agora, e minha motivação inconsciente. Essa é minha última luz, que é urgente em última instância. Há também uma expectativa de que alguém pode resolver histórias de infância não resolvidas". Outros habitantes descreveram as três fases pelas quais os recém-chegados passaram: euforia, depressão e recuperação de energia.

Muitos estão procurando novas direções. Eles chegam na comunidade e têm um momento de euforia, depois caem em um momento depressivo, aí voltam a ter energia. Ficam empolgados com os primeiros momentos, mas depois enfrentam sua solidão e suas dúvidas e, quando conseguem resolvê-los, se sentem melhor novamente. Mas nem todo mundo consegue.

Algumas pessoas entendiam a comunidade como um lugar de autorreflexão. Eles procuraram trabalhar em questões pessoais nas quais não haviam trabalhado anteriormente. Foi um processo de autodescoberta e autoconstrução. Para isso, eles consideravam crucial ter a coragem de enfrentar as suas características desconhecidas e negativas, que eles chamavam de sombra. Um entrevistado disse: "As pessoas descobrem algo sobre si mesmas e depois partem. Muitas delas. É algo que ajuda as pessoas a desenvolverem sua personalidade". Um dos primeiros a chegar à ecovila acrescentou como a comunidade poderia contribuir para esse processo: "Também aprendi muito nessas situações. É um tesouro quando se pode viver em comunidade. Ela oferece tantos cenários, tantos eventos nos quais você descobre quem você é".

O autoconhecimento também foi vivenciado nas relações com os outros. Nessas relações emergiam a intimidade dos envolvidos. Um dos membros do conselho de administração disse: "Acho que aprendi muito a falar sobre meu mundo interior. Isso também ajuda nos relacionamentos. Aceito as sombras melhor do que antes. Sombra significa qualidades e dificuldades que tenho comigo mesmo e outras pessoas". A reflexão ocorre por meio do processo que eles chamam de espelhamento, quando aprendem com suas próprias projeções, que é o ato de lançar sobre os outros os conteúdos pessoais desconhecidos. O mesmo morador disse: "E então entramos em uma comunidade. Somos espelhados nessa comunidade. Em outras palavras, aqui aprendo, por exemplo, o que havia aprendido anteriormente e não avancei".

As reuniões semanais e os períodos intensivos foram outros momentos de significativa transformação pessoal por meio do relacionamento com os outros. Durante os 'períodos intensivos',

os participantes aprenderam novas ferramentas que melhoraram as suas competências sociais e, durante as reuniões semanais, eles experimentaram as suas aprendizagens. Ambos os momentos mobilizaram os sentimentos dos presentes, exigindo deles energia e coragem para lidar com as questões pessoais que surgiram durante os encontros. A responsável pelo jardim de permacultura declarou: "Temos esses treinadores todos os anos. Temos ferramentas diferentes com treinadores diferentes. E alguns desses treinadores podem realmente levá-lo ao ponto". Além disso, outra habitante apontou: "Nos grandes círculos, eu achei muito difícil quando tive que me posicionar diante de todas as pessoas presentes. Até mesmo das pessoas com quem eu não me sentia tão aceita, ou que pensei que não gostava muito de mim. Para isso sempre tive muita coragem".

Com o tempo, os residentes entenderam que precisavam se preocupar principalmente com suas individualidades. Primeiro, os entrevistados disseram aprender a dizer não. Era necessário impor limites às demandas dos outros. "Eu aprendi a dizer não, de forma melhor. Parece estranho este processo de aprendizagem. Alguns são muito radicais em olhar para si. Esta é uma coisa que eu tentei aprender, a dizer não". Esse aprendizado de focar nas próprias demandas também foi necessário para que eles pudessem realizar as atividades propostas. Um dos recém-chegados disse: "Acho que você precisa ser mais focado e claro sobre o que quer ou o que eu quero falar sobre mim".

Havia três aspectos que impuseram sobre os habitantes a necessidade de governar e cuidar de si mesmos (Foucault, 2005, 2010). A organização da ecovila promoveu espaços e aprendizados para esses processos. A vida em comunidade gerava solidão, exigindo de cada um o enfrentamento de suas questões pessoais. Porém, todos os participantes mencionaram a necessidade de criar limites para não se perder na vida comunitária. Como um deles disse: "comunidade é criar fronteiras". Eles precisaram trabalhar sua subjetividade individual para lidar com a vida comunitária.

Os processos de subjetivação na ecovila suíça entrelaçam o cuidado de si e o governo de si. Cada indivíduo trabalhou sua subjetividade em busca do empoderamento individual e coletivo ao

mesmo tempo. O cotidiano potencializou o contato entre os moradores, o autoconhecimento e a chance de criar novos projetos. No entanto, também desencadeou conflitos e solidão. Essas idiossincrasias transformaram tanto os indivíduos quanto a comunidade, criando momentos coletivos de prosperidade e restrições, baseados na decisão de cada um trabalhar seus problemas ou deixar a comunidade.

3.2.2 Estudo de caso 2: ecovila brasileira

3.2.2.1 Estrutura, governo e demografia

Um grupo de amigos criou esta ecovila brasileira. Antes da criação do lugar, eles já realizavam diversas atividades comunitárias, como dividir quartos e refeições e criar um bazar. A certa altura de suas histórias, eles decidiram estudar o modelo de vida das ecovilas, que se expandia mundialmente.

A ideia original era criar a comunidade e produzir vários eventos, que ocorreriam dentro e fora da comunidade, facilitando o diálogo com a sociedade no entorno. Os membros gostariam de criar um modelo de vida em que pudessem morar na ecovila e se sustentar com o trabalho no local. Tal fato teria a função de sensibilizar as pessoas para uma nova visão de mundo.

A ecovila é uma Organização não-governamental – ONG e fica em uma Área de Preservação Ambiental–APA, com quarenta e seis hectares. Está localizada a dezesseis quilômetros do centro da cidade. O único acesso à ecovila é de carro, e não existe asfaltamento. A estrada é repleta de mata virgem, e a comunidade tem uma nascente em suas terras.

Os habitantes dividiram a terra em três círculos. O círculo inferior era considerado a parte comum, com a entrada, a cozinha comunitária, a casa de hóspedes e as plantações. No círculo central, mais alto, nas montanhas, ficavam as residências. No círculo superior, os residentes não podiam fazer alterações, pois era o topo da montanha que, de acordo com a lei, não podia sofrer interferência humana.

A comunidade possuía sete casas residenciais (uma específica para hóspedes). Na hospedagem, havia dois banheiros externos de compostagem. Havia também uma construção com a cozinha e a despensa comunitária. Acima da pousada havia uma sala de reuniões e próximo a ela ficava a sauna. Em um dos prédios, havia uma escola, desativada por falta de crianças na comunidade no período da pesquisa. Apenas a primeira casa, onde era localizada a cozinha comunitária, não foi construída com base nos princípios da bioconstrução. Todos os outros edifícios seguiam esse modelo.

Legalmente, a maior parte das terras, 31 hectares, pertencia à ONG que gerenciava a comunidade, e o grupo de moradores tinha direito a 15 hectares. Cada morador era responsável pelo espaço da casa onde morava (900 m²). O coletivo decidia o que poderia ser feito nas áreas comuns. Eles eram livres para decidir o que fazer em sua área específica. Porém, essa liberdade obedecia a limites acordados pelo grupo. Uma das mais antigas moradoras pontuou:

Portanto, temos essas diretrizes. Também temos acordos que irão orientar o tamanho da nossa casa, a altura da nossa casa, os materiais que iremos utilizar. Então, algumas diretrizes vão ditar a área que podemos ocupar. Temos acordos para qualquer coisa que seja construção.

Dentro da comunidade, havia uma divisão entre membros e residentes. O processo de adesão era: 1) manter contato com a comunidade há pelo menos dois anos; 2) morar lá há pelo menos seis meses. Somente as pessoas com status de membro que tinham o direito de cuidar de parte do terreno, de construir sua casa e de participar das decisões da comunidade. No entanto, se um residente fosse responsável por um projeto, ele poderia participar das decisões.

O grupo que criou a ecovila estabeleceu que todas as decisões seriam tomadas por meio de acordos, evitando a estruturação de um contrato de convivência. Tudo o que eles quisessem fazer, que fosse interferir de alguma forma no coletivo, precisava de um acordo prévio. Para organizar a ecovila em uma liderança horizontal, elegiam um presidente, a cada dois anos, dentre os membros.

Eles dividiam as tarefas em Grupos de trabalho - GT, e realizavam o processo de tomada de decisão baseado em *consenso menos um*. O que significa que quem quisesse vetar um projeto precisaria ter sua decisão reverberando em ao menos mais uma pessoa para que o veto fosse aceito.

Durante a observação participante, 11 pessoas consideravam-se residentes da ecovila, mesmo que não tivessem o endereço fixo na comunidade. Destas, oito eram membros da ONG. Dez eram brasileiros e um estrangeiro. A maioria delas tinha mais de 40 anos e uma era uma criança. No ano anterior, eles eram 23 residentes, nove deles crianças e 14 adultos, mas por motivos de adoecimento e dificuldade de aprendizagem dos filhos e por mudança no projeto de vida, algumas pessoas se mudaram da ecovila.

A ecovila recebe várias visitas ao longo do ano. Todos os meses, eles realizam pelo menos um evento, que acolhe de dez a 60 pessoas. Eles também são visitados por pessoas que só querem conhecer o local ou tirar alguns dias para descansar.

Um dos principais eventos promovidos pela comunidade é o *Gaia Education*. Esse curso é realizado uma vez por mês, de quarta a domingo, durante cinco meses, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Ao longo do ano, eles promovem, dentro da comunidade, diversos estágios de quatro dias como parte da grade curricular do curso. Este estágio oferece uma experiência condensada dos processos aprendidos durante o curso e vividos pelos membros da ecovila.

A ecovila também é um ponto cultural, com desenvolvimento de eventos ligado às artes, e recebe investimentos públicos para a realização de projetos. Eles promovem diversos encontros, tanto na comunidade quanto na cidade, que giram em torno de processos criativos e de autoconhecimento. Esses eventos são: residências artísticas, que acontecem duas vezes por ano, nos meses de janeiro e julho e com duração de 30 dias cada; colônia de férias para crianças; trabalhos corporais; estudos sobre feminino /masculino e ecologia profunda; e visitas para produções musicais e trabalhos de permacultura nas plantações.

Quando moravam mais crianças na ecovila, a comunidade tinha, inicialmente, uma escola Waldorf, de nível fundamental, e depois implantaram o processo de ecoalfabetização de Fritjof Capra. A escola recebia apenas crianças da comunidade. A ideia era aprender com a experiência prática com o meio ambiente. Com a saída da maioria das crianças, a escola foi desativada.

Os processos sociais visavam não só ao pragmatismo do cotidiano da comunidade, mas também ao desenvolvimento do indivíduo e das relações interpessoais. Quando havia mais residentes ou quando realizavam um evento, os moradores promoviam reuniões com o objetivo de promover o autodesenvolvimento de todos os presentes.

O grupo de residentes percebeu que não era capaz de lidar com todas as questões que surgiam. Além das técnicas que praticavam, de tempos em tempos, convidavam especialistas para auxiliar nos processos do grupo. Eles também perceberam que algumas questões eram muito individuais. Por isso, cada um tinha que escolher um procedimento para tratar suas questões, tais como: psicoterapia, ioga, reuniões espirituais e outros.

Por fim, eles utilizavam as refeições como um processo social. Quando havia mais moradores na ecovila, eles promoviam almoços coletivos e compartilhavam atividades, como cozinhar e organizar a cozinha. Assim, cada um fazia refeições e organizaria a cozinha uma vez a cada quinze dias. Era também um momento de troca e reflexão para os moradores. Eles repetiam a mesma organização quando realizavam os eventos, incluindo os participantes nas atividades.

Diferentemente da ecovila anterior, as estratégias de governo (Foucault, 2010) da ecovila brasileira centravam-se mais na autonomia da comunidade, mesmo que também atentassem ao autodesenvolvimento dos indivíduos. A ecologia tinha um papel predominante, mas eles também buscavam melhorar sua organização econômica e social. Para tanto, promoviam momentos para o contato entre os moradores, as tomadas de decisões, o autoconhecimento e a alimentação.

Podemos afirmar que, nessa ecovila, o cuidado de si (Foucault, 2005) fazia parte do governo de si (Foucault, 2010). Por meio desse processo, eles poderiam apoiar a ideia original da

comunidade para criar e divulgar uma nova visão de mundo. No entanto, antes que eles pudessem mudar os outros, eles teriam que se transformar individualmente.

3.2.2.2 Processos de subjetivação na ecovila

Os processos de subjetivação na ecovila brasileira ocorreram em três níveis: 1) na variação do contato interpessoal; 2) no processo de reaprendizagem de si mesmo e dos outros; e 3) desafios estruturais.

Sobre a variação contato interpessoal, o ambiente da ecovila permitia reuniões mais espontâneas e atividades no ambiente, como caminhadas ecológicas, passeio em cachoeiras ou mesmo uma conversação ao ar livre. Eles cuidavam juntos da horta. Iam juntos à sauna, onde realizavam atividades de canto, organizavam seus trabalhos ou apenas relaxavam.

Ao longo da história da ecovila e de seu cotidiano, o contato interpessoal variou muito dependendo da ocorrência ou não de eventos e do número de residentes. Quando possuíam mais residentes, os entrevistados relataram que realizavam reuniões regulares, tanto para realizar atividades como para comer. Essas reuniões eram mais frequentes em dias de eventos do que em dias normais. No entanto, durante o período de observação participante, os residentes disseram não estar muito ativos e os encontros, fora dos períodos de eventos, ocorriam de forma mais esporádica. Aconteceu de não haver ninguém na ecovila por até uma semana. Um membro que não tinha a ecovila como seu único endereço informou:

Desde o início, sempre fomos muito sazonais. Houve momentos em que tínhamos mais residentes permanentes. Muito mais. Porém, os residentes fixos viajam muito. No início, havia sete ou oito residentes quando estávamos lá, mas, na prática, muitas vezes ficava sozinho com minha família.

A arquitetura influenciava as interações entre os residentes. Por um lado, ter reservado o círculo inferior do terreno como área comum, facilitava o contato de residentes e visitantes. Por

outro lado, a construção das casas na altura média das montanhas desequilibrava a comunicação entre os habitantes. Para os vizinhos, o contato era mais intenso. No entanto, os encontros eram mais esporádicos entre os moradores que viviam em lados opostos do vale. Um dos participantes cuja casa era mais isolada de um lado do vale afirmou:

A estrutura física e conceitual orienta muito o que vai acontecer. Temos o desafio de ter as casas um pouco afastadas umas das outras. Isso acentua um problema de isolamento, quando sabíamos que tínhamos de andar dez minutos para chegar à casa do outro.

Essa limitação do contato social na vida diária era dolorosa para alguns. Em geral, as pessoas que tinham companheiros e familiares estabeleciam-se com mais facilidade. Porém, quando os residentes estavam ausentes ou na época em que o acesso aos vizinhos se tornava difícil, alguns entrevistados sentiam-se sozinhos, mesmo próximos de seus familiares.

Embora as estratégias de governo visassem o contato social, elas dependiam do número de pessoas e da estrutura física. O relacionamento interpessoal fazia parte do cuidado de si (Fornet-Batencourt et al., 1987) dos moradores, pois era uma das motivações que os levaram a morar na ecovila. Conforme apontado por Renzaho, Richardson e Strugnell (2012), a satisfação com a vida tem uma relação positiva com as conexões com a comunidade. Quando a comunidade estava cheia de pessoas, elas se sentiam bem porque encontravam-se com frequência. Porém, quando eram menos moradores, o esvaziamento, a distância das casas e a falta de reuniões geravam solidão para alguns.

Em relação ao processo de reaprendizagem de si e dos outros, a observação participante demonstrou que a vida na ecovila permitia trocas e aprendizagem. Nos encontros diários, houve momentos de conversa sobre diversos assuntos, desde questões práticas e rotineiras até as mais subjetivas e relacionais. Ocorriam sobre alimentação, medicina natural, bioconstrução, sonhos, projetos de vida, relacionamentos, entre outros.

As práticas com a vida selvagem trouxeram outros entendimentos sobre a realidade. Eles não viam mais o ser humano como o fim da cadeia alimentar, mas como parte de um ciclo mais amplo da natureza. A ex-professora da comunidade afirmou:

É essencial ensinar às crianças que elas fazem parte do ciclo de vida de algo maior que a Terra. Quando me deparei-me com essa ideia, isso trouxe um sentimento de pertencimento. Quando penso que minha mãe se alimenta da terra para a qual voltará quando morrer, tenho uma ideia de continuidade que existe há milhões de anos e de conexão entre todos os seres.

As atividades de autoconhecimento foram outros momentos de reaprendizagem. Técnicas como o Fórum, processos terapêuticos, espelhamento e trabalho com contradições ajudaram a tomar consciência de seus padrões de comportamento. Eles descobriram como os outros os viam, abrindo suas feridas, revisitando suas histórias e entendendo seus aspectos negativos. Um dos entrevistados fala sobre o processo de desilusão:

Eu disse para um amigo: 'Eu sou um desiludido com o movimento das ecovilas'. Não é pensar que desilusão é uma coisa horrível, mas agora vivi e sei o que é. Não há mais ilusão. Estou vivendo na prática o que é possível. Depois de se mudar para a ecovila, você fica desiludido.

A maioria dos entrevistados destacou sentimentos de autorrealização. Lá eles se sentiram em casa, cumprindo sua missão de construir uma realidade que influenciasse outras pessoas. Na ecovila, promoveram um espaço onde pudessem desenvolver a coerência em relação à própria vida. Lá eles poderiam praticar o que imaginaram, testar se as escolhas feitas deram certo e vivenciar os limites entre individualidade e o coletivo. Uma das cofundadoras apontou:

As pessoas perguntam: 'Você está adaptada aqui?'. Eu falo: 'Não, adaptada eu estava na minha cidade. Aqui me encontrei'. Estou sentindo minha missão na terra. Acho que sim, é isso que me traz a este espaço. Ser coerente para mim é

um grande valor e sentir-me consistente com o que acredito e o que faço de uma forma que não terceirize as coisas. Não quero que ninguém seja como eu. Porém, pelo menos é possível ensinar, passar algo para os outros. Também é possível influenciar o estilo de vida das pessoas.

Os moradores apontaram que os novos habitantes tinham dificuldades em experimentar esta subjetivação proposta pela comunidade. Como não participaram do processo de construção da ecovila, sentiram mais o impacto da mudança de uma subjetividade urbana e mais isolada para um contato mais intenso com a comunidade. Além disso, outros procuravam escapar de seus problemas indo morar na ecovila. No entanto, eles diziam que precisavam perceber que o problema não era o mundo, mas como eles viam o mundo. Um habitante disse:

Além disso, muitas pessoas vão para a ecovila pensando que estão fugindo de alguma coisa. Então, se a pessoa chega assim, ela continuará a fugir na vida até aprender que não precisa fugir de nada. O que está errado não é o mundo. O que está errado é como você vê o mundo. Você tem que trabalhar as coisas dentro. Ter um confronto consigo mesmo.

O processo de cuidado de si potencializado pela convivência em comunidade trouxe diversos benefícios para os participantes. Eles afirmavam que ressignificaram sua relação com o meio ambiente, aprenderam novas práticas, aprimoraram seu autoconhecimento. No entanto, conforme afirma Ferreira Neto (2017), existem alguns custos pessoais que nem todos são capazes de sustentar.

Aprender sobre os processos de grupo foi outro fenômeno da vida em ecovila. Os participantes descobriram que a impressão inicial de que compartilhavam a mesma ideia não se concretizou. Eles entenderam que tentar fazer isso produzia sofrimento para os outros. A mais antiga moradora disse: “Tínhamos a idealização de que somos todos iguais. Nós somos todos um.

Além disso, estávamos naquele espaço onde ficávamos e não andávamos. Porque eu tive essa ideia então, querendo colocar todos na mesma regra quando não estão”.

Eles entenderam a necessidade de acolher a diferença. Ao morar na comunidade, os participantes sentiram que as opiniões individuais deveriam ser confrontadas com o coletivo constantemente. Eles afirmavam que não podiam apenas fazer o que queriam e precisavam aprender a ouvir os outros.

Essa adaptação com o coletivo é o maior desafio aqui, para mim. Viver com todos e cada um diferente, entendendo sua atuação dentro do grupo e vendo como ela repercute no outro. Alguns acordos são importantes para viver em comunidade. Você tem que se rasgar e abrir-se para que a outra pessoa saiba o que você está pensando, porque se você não fizer isso, as coisas não acontecerão e a gente vai reproduzindo o que está lá fora.

A aprendizagem também se dava por meio de estudos e análises diárias. A partir dos conhecimentos adquiridos com os grupos de estudo, eles os exercitavam na prática e viam o que acontecia. No processo, entenderam os papéis que existem dentro dos grupos. Eles foram capazes de analisar os arquétipos grupais que surgiam na vida cotidiana e como eles se cristalizavam nas pessoas.

Começamos a entender essa coisa sobre papéis. Nós somos muito psicanalíticos aqui. Nós percebemos que, nos grupos, sempre tem a pessoa que faz o papel de vítima, a pessoa que faz o policial, quem faz o rei e a rainha, o palhaço. Esses arquétipos ainda estão vivos.

A vida comunitária na ecovila promoveu mudanças nas relações sociais com as pessoas que viviam dentro e fora dela. A convivência com pessoas que viviam na comunidade tornou-se mais intensa. Com alguns amigos que eles tinham anteriormente, o contato diminuiu. Uma das

fundadoras disse: "Os relacionamentos intensificaram-se muito com quem estava aqui e distanciaram muitas das pessoas que não estão."

Sentiam que a rede de conhecidos em outros espaços expandia-se por um lado devido às novas pessoas que conheceram no curso *Gaia Education*. Por outro lado, limitou-se, devido à distância da cidade. O movimento na comunidade trouxe o prazer de conhecer novas pessoas e também trouxe um nível de tristeza ao vê-las partir.

A solidariedade também estava muito presente entre os moradores. Durante a observação, pode-se verificar que cada vez que alguém ia a um centro urbano, perguntava aos outros se precisavam de algo ou se queriam ir juntos. Essa atitude reduzia a necessidade de locomoção das pessoas. Esses favores diziam respeito à compra de alimentos, ida ao banco, envio de cartas, entre outros.

O relacionamento interpessoal exigia novas posições subjetivas. Os habitantes deveriam se governar para se abrir a novas ideias. O governo de si era uma maneira de cuidar dos outros. Eles sentiam que não podiam impor sua opinião, mas precisavam discutir e compartilhar seus pontos de vista. Eles consideram que com esse trabalho, todos puderam se sentir aceitos no grupo, aprenderam sobre a dinâmica de funcionamento de grupo e mudaram seus círculos de relacionamento e aumentaram sua solidariedade.

A partir da decisão de morar na ecovila e criar sua ética individual, rompendo com alguns padrões do sistema social, eles depararam-se com desafios estruturais que impactaram na escolha das pessoas em permanecer na ecovila. A distância dos centros urbanos e o acesso apenas por estrada de terra foram aspectos fundamentais dessas dificuldades.

Era necessário que tivessem carro devido à ausência de transporte público que acessasse o local. Quem não tinha veículo dependia de favores ou gastava com táxi para chegar aos centros urbanos. O carro também era fundamental para que alguns moradores pudessem chegar em casa

com mais facilidade, pois a ecovila ficava em um vale e era preciso subir montanhas para ter acesso às casas.

A dificuldade de acesso também interferia em três outras áreas: educação, saúde e finanças. A escola não tinha estrutura suficiente para atender crianças com dificuldades de aprendizagem. O semelhante ocorria em relação à saúde. O difícil acesso a hospitais fez com que alguns pais tivessem medo de cuidar dos filhos na comunidade e por causa da necessidade de recorrer aos serviços de saúde em caso de emergência.

Com menos pessoas presentes devido aos fatores acima, o suporte financeiro era um desafio para quem morava lá. Além do envolvimento com o *Gaia Education* ou com o ponto de cultura, não era fácil encontrar outra fonte que gerasse renda para as pessoas viverem lá.

Para os novos moradores, a ecovila não tinha casas que se adaptassem bem às suas necessidades. Era necessário construir mais casas, com melhor estrutura, para torná-las atraentes para não-membros da ONG. Como disse um morador: “As pessoas acham que é fácil tomar essa decisão, mas foi preciso abrir mão de muitas coisas porque morar aqui é ficar longe de tudo. O acesso é complicado”.

Dentro da ecovila, o cuidado de si e dos outros não era apenas uma questão de vontade pessoal. Sua estrutura era determinante para o exercício ético (Fornet-Batencourt et al., 1987) entre os residentes. O cuidado de si era o objetivo das estratégias de governo da ecovila e do ideal dos moradores, mas a falta de estrutura social o restringia. Conforme afirmado por Buikstra et al. (2010), infraestrutura e serviços de apoio e uma economia diversificada e inovadora são componentes significativos da resiliência comunitária e individual. No contexto pesquisado, esses componentes determinaram a decisão de alguns moradores de deixar a comunidade.

Os processos de subjetivação da ecovila brasileira visavam à autonomia da comunidade. Era o foco principal, mais do que o desenvolvimento individual. Este esteve muito presente, mas como um efeito colateral da estratégia da comunidade para se empoderar. Visavam ao relacionamento

interpessoal, o que gerava o autoconhecimento de cada indivíduo. No entanto, a arquitetura de moradia dificultava o contato interpessoal, e a falta de serviços comunitários era um obstáculo para algumas pessoas morarem lá. Concluindo, alguns componentes do contexto poderiam trazer o sentimento de autorrealização, mas outros fragilizaram a ecovila enquanto comunidade.

3.3 Discussão final

A análise que realizamos leva às seguintes conclusões: 1) o cuidado de si e do outro era uma estratégia de governo das ecovilas; 2) os processos de subjetivação presentes no cuidado de si eram singulares em cada ecovila; 3) a infraestrutura e a densidade habitacional eram importantes para entender os processos de subjetivação nas comunidades.

Este artigo forneceu evidências de que o cuidado de si pode ser usado como uma estratégia de governo comunitário. Ambas as ecovilas promoviam espaços de autodesenvolvimento, visando o empoderamento do grupo. O cuidado de si e o governo de si estavam entrelaçados nas duas comunidades. O autoconhecimento foi necessário para manter o equilíbrio do grupo. Além disso, trouxe sentimentos de realização e bem-estar para os indivíduos.

O presente estudo elucida a relação entre os conceitos de cuidado de si e governo. Dependendo da governança da comunidade, o uso do cuidado de si tinha diferentes significados. Na Suíça, o trabalho sobre a subjetividade individual era o foco principal dos moradores. O coletivo era fundamental para sustentar o processo dos indivíduos, o que mantinha o equilíbrio da comunidade, mesmo quando havia conflitos. Na ecovila brasileira, a autonomia da comunidade era o foco principal. Promoviam atividades coletivas regulares e, por causa das disputas que isso fomentava, precisavam trabalhar suas questões pessoais, em grupo ou individualmente. Mesmo com objetivos diferentes, ambas as estratégias exigiam que os moradores se governassem a si mesmos para sustentar a comunidade.

A análise de casos indica que algum nível de governo é crucial para conduzir as pessoas a cuidarem de si mesmas. Não era um processo que acontecia de forma espontânea, mas dependia da estrutura social das comunidades, com seus encontros.

Além disso, esses achados fornecem informações adicionais sobre a influência controversa da estrutura e da demografia nos processos de subjetivação. A organização das edificações e a densidade populacional da ecovila suíça intensificaram o contato entre seus moradores, enquanto no contexto da ecovila brasileira, limitaram a interação entre seus membros. Porém, em ambas as comunidades, os entrevistados afirmaram ter melhorado suas habilidades interpessoais. No entanto, alguns participantes mencionaram a sensação de solidão, mesmo com muito contato diário.

As descobertas do presente ensaio são importantes para a Psicologia Comunitária, lançando uma nova luz sobre a necessidade da comunidade em investir no cuidado de si por parte de seus membros. O fato de morar perto uns dos outros não era suficiente para desenvolver habilidades interpessoais e tratar questões subjetivas. Os moradores precisavam fazer um trabalho árduo consigo mesmos (em grupo ou individualmente) para atingir esses objetivos.

Foi confirmada também a constatação anterior de que a infraestrutura e os serviços de suporte eram cruciais para a manutenção de uma comunidade intencional. Quando os moradores tinham suas necessidades básicas de moradia, educação, saúde e trabalho preenchidas, havia mais chances de permanecer na comunidade em comparação com o contexto em que tais condições não existiam.

Dada a abrangência deste trabalho, não foi possível verificar a interferência das práticas ecológicas e econômicas nos processos de subjetivação dos habitantes das ecovilas. Embora esses aspectos sejam parte intrínseca da vida das ecovilas, sua análise extrapola o escopo do estudo. A metodologia utilizada foi útil para conhecer o contexto individual, interpessoal e organizacional e as suas interações. No entanto, com base na observação participante, esse resultado não é facilmente generalizável. Novos estudos devem desenvolver as pesquisas sobre processos de subjetivação em

ecovilas, para verificar se é replicável em outros locais. Além disso, futuras pesquisas devem desenvolver ainda mais os estudos sobre processos de subjetivação incorporados nas práticas econômicas e ambientais nas ecovilas.

4 Empoderamento em uma ecovila: desvelando o papel das relações de poder nas práticas sociais

Resumo

Projetar, construir e viver em ecovilas implica o desenvolvimento e a reinvenção de práticas por parte das pessoas comuns. Envolve novas formas de produção, consumo, organização social e constituição subjetiva, visando ao objetivo normativo de alcançar maior 'sustentabilidade'. Com base em observação participante conduzida em uma ecovila situada no oeste da Suíça, o foco deste artigo é descobrir a relação entre relações de poder, práticas sociais e empoderamento no cotidiano de uma ecovila. Fornecemos evidências de que as relações de poder são cruciais na constituição das práticas sociais e promovem resultados diferentes em relação ao empoderamento. Procedimentos, entendimentos e engajamentos individuais constituíram a base das práticas sociais; entretanto, as relações de poder foram a causa ou a limitação do rearranjo das práticas que promoveram o empoderamento individual e comunitário.

Palavras-chave: Ecovila, Práticas sociais, Relações de poder, Empoderamento.

4.1 Introdução

O estudo dos padrões e práticas de consumo das pessoas comuns é um campo crescente de investigação sobre o objetivo normativo de alcançar maior 'sustentabilidade'. É possível entendê-la em sua dimensão social, privilegiando a coesão social e diminuindo as desigualdades; e em sua dimensão ambiental com a redução de impactos ambientais negativos, incluindo mudanças climáticas e perda de biodiversidade. Projetar, construir e morar em ecovilas é um campo de estudo interessante sobre esse tema, pois implica no desenvolvimento e reinvenção de práticas, envolvendo novas formas de produção, consumo e organização social.

As ecovilas, como uma tendência das comunidades intencionais, visam alcançar mudanças nas práticas em direção à sustentabilidade nas diferentes e inter-relacionadas dimensões: sociais,

culturais, ecológicas e econômicas (GEN, 2020). As ecovilas são um terreno fértil para observar as ações em andamento e seu desenvolvimento coletivo. Seguindo Barr (2005), a abordagem deste campo é um aspecto essencial para melhorar o estudo da teoria da prática dentro da disciplina de desenvolvimento comunitário. No entanto, as publicações de desenvolvimento comunitário carecem de estudos sobre ecovilas e teoria das práticas sociais, e a maioria dos estudos de práticas sociais aborda exclusivamente objetivos ambientais, com menos atenção à exploração de como os objetivos comunitários e individuais funcionam na prática.

Se por um lado vale a pena estudar as práticas relacionadas à vida em ecovilas, também é preciso analisar as relações de poder presentes nas práticas e sua relação com o empoderamento. Embora pesquisadores do desenvolvimento comunitário tenham estudado a dinâmica do poder (Hyman, Higdon & Martin, 2001; Ayres, 2012), existe uma lacuna na literatura sobre o tema das relações de poder vivenciadas no cotidiano das ecovilas e qual o papel que desempenham nas práticas sociais e empoderamento individual e coletivo.

As teorias das práticas baseiam-se em vários contextos teóricos, mas a maioria dos trabalhos enfoca como funcionam e recrutam novos praticantes. Por exemplo, existem estudos empíricos que se envolvem com práticas sociais na descrição de mudanças ao longo do tempo (Shove & Pantzar, 2005; Sahakian & Wilhite, 2014; Labanca, 2018); estudos que envolvem emoções como parte das práticas (Sahakian & Bertho, 2018); e como a introdução de novos objetos e tecnologias mudam as práticas (Hargreaves, 2011). A dinâmica do poder é um campo crescente de investigação sobre a teoria das práticas sociais (Rouse, 2007; Warde, 2014; Denegri-Knott, Nixon, & Abraham, 2018) com o qual a presente investigação pretende contribuir.

Este artigo concentra-se em descobrir a analogia entre relações de poder, práticas sociais e empoderamento no cotidiano de uma ecovila. Para isso, a pesquisa enfoca as muitas práticas que acontecem em uma comunidade situada no oeste da Suíça.

Conforme afirma Pigg (2002), é possível analisar o empoderamento em três níveis: individual, que tem como foco o autodesenvolvimento; mútuo, que visa o relacionamento interpessoal; e social, que ilumina a ação social coletiva. Por conta da abordagem utilizada nesta pesquisa, as análises serão limitadas sobre o empoderamento individual e mútuo e como a ecovila os desenvolveu ou não.

As pesquisas sobre relações sociais e aprimoramento individual em ecovilas têm avançado nos últimos anos. Este tema é um assunto crucial para essas comunidades, especialmente para suas versões intencionais. Alguns estudos analisaram o desenvolvimento de práticas, como autoconhecimento (Mychajluk, 2017; Roysen e Mertens, 2016), resolução de conflitos (Litfin, 2014) e tomada de decisão (Chitawere, 2017). Outros enfocam as práticas cotidianas, como o trabalho (Burke & Arjona, 2013) e o consumo de alimentos (Brombin, 2015), sem abordar as relações de poder nelas embutidas.

Na seção dois, é explicado o referencial teórico e o método utilizado para esta pesquisa. Na seção três, apresentamos a estrutura da ecovila. Na seção quatro, os dados coletados são explicados e apresentadas as conclusões.

4.2 Teoria e método

Este artigo apresenta uma estrutura conceitual e abordagem metodológica para pesquisar as relações de poder nas práticas que ocorrem nas ecovilas e como isso afeta o empoderamento individual e comunitário. A seguir, detalha-se a base conceitual, seguida do desenho da pesquisa e dos métodos testados neste estudo.

4.2.1 Práticas sociais, relações de poder e empoderamento

Como um dispositivo heurístico, consideramos as práticas na ecovila como unidades de análise nas quais as relações de poder e empoderamento desenrolam-se. As práticas sociais são “um

tipo de comportamento rotinizado que consiste em vários elementos, interligados entre si” (Reckwitz, 2002, p. 249, tradução do autor), constituindo um 'bloco' que existe apenas pela interação dos seus elementos. Seguindo Warde (2005), foi utilizada neste artigo a noção de práticas como performances. Na interpretação de Warde (2005), as práticas são constituídas por: (1) entendimentos; (2) procedimentos; e (3) engajamentos, com base no argumento de Schatzki (1996):

Dizer que as ações e dizeres que formam uma prática constituem um nexó é dizer que eles estão ligados de certas maneiras. Três vias principais de ligação estão envolvidas: (1) por meio de entendimentos, por exemplo, do que dizer e fazer; (2) por meio de regras, princípios, preceitos e instruções explícitos; e (3) por meio do que chamarei de estruturas 'teleoafetivas' que abrangem fins, projetos, tarefas, propósitos, crenças, emoções e estados de espírito (Schatzki, 1996, p. 89, tradução do autor).

Warde (2014) aponta como as relações de poder e as ações são mutuamente ajustadas dentro das práticas. Ele enfatiza que elas “contêm as sementes da constante mudança. Elas são dinâmicas por sua lógica interna de operação, à medida em que pessoas adaptam-se, improvisam e experimentam em inúmeras situações” (2005, p.141, tradução do autor). “Se, por um lado, alguns querem inovar, por outro, existem aqueles que pretendem “sustentar e manter padrões relativos de desempenho” (2005, p.141, tradução do autor). Assim, partimos do pressuposto de que as relações de poder podem restringir ou possibilitar a transformação das práticas.

Segundo Foucault (1983), as relações de poder representam uma tentativa de conduzir a conduta dos outros. Ele entende as relações de poder baseadas em dois níveis: como governo, e como jogos estratégicos (Lemke, 2002). O primeiro “refere-se a modos de poder mais ou menos sistematizados, regulados e refletidos (uma 'tecnologia') (...) seguindo uma forma específica de raciocínio (uma 'racionalidade') que define o *telos* da ação ou os meios adequados para alcançá-la” (2002, p. 53, tradução do autor). A segunda “é uma característica ubíqua da interação humana na

medida em que significa estruturar o campo possível de ação dos outros” (2002, p. 53, tradução do autor). É uma forma de conduzir uma conduta e estruturar um campo de ação possível, criando oportunidades para atingir os objetivos pretendidos e seguir caminhos determinados (Castro-Gomez, 2016).

O estudo das relações de poder foi importante para analisar como as práticas desdobram-se em termos de sustentabilidade social, mas não foi suficiente. Para alcançar esse objetivo, foi necessário compreender as formas de engajamento dos indivíduos nas práticas. É preciso averiguar como os moradores da ecovila relacionam-se entre si e com a comunidade. O poder pode restringir a ação, promovendo relações de submissão (Foucault, 1987; Lemke, 2002), ou pode, como vimos no artigo, empoderar os indivíduos. Denigri-Knot e colaboradores (2018), ao analisar o regime de práticas e dispositivos em uma comunidade ecológica, concluíram que as práticas produzem subjetividades diferentes, ou seja, relações diferentes de cada indivíduo consigo mesmo e com os outros.

A subjetividade pode se manifestar como submissão, com a aceitação dos modos de conduta impostos, ou como cuidado de si (Foucault, 1997a). Este último exige um conjunto de ações laboriosas e exigentes, que frequentemente implicam custos pessoais (Ferreira Neto, 2017). A política de subjetivação é indissociável do trabalho que os 'sujeitos individuais e coletivos' realizam sobre si mesmos, em um contexto específico.

Essa modalidade de cuidado de si não é uma noção essencial, anárquica e rebelde, que se opõe a todo governo. Não questiona o fato de ser governado, mas a forma e os custos exigidos por um determinado governo e tenta criar o governo que será obedecido (Foucault, 1997a). Por um lado, a prática pode conduzir os indivíduos e assemelhar-se à espontaneidade—“muitas vezes nem plenamente consciente nem reflexiva” (Warde, 2005, p. 140, tradução do autor) — por outro, defende que também pode suscitar o cuidado de si.

Com base nos conceitos foucaultianos, Feldman e Orlikowski (2011) analisam as práticas sociais por meio da interdependência das ordens sociais (estruturas, instituições, rotinas, etc.) e agência. A ordem social não pode ser concebida sem a compreensão do papel da agência, que “pelo contrário, deve ser entendida como sempre já configurada por condições estruturais” (2011, p. 1242). No entanto, destacam que as relações são “carregadas de capacidades ou ações assimétricas, acesso diferenciado a recursos e conflitos de interesses e normas” (2011, p. 1242).

Defendemos que as práticas são tanto meios para conduzir os indivíduos, quanto uma possibilidade para os praticantes trabalharem sobre si mesmos, transformando tanto as práticas quanto os outros (Foucault, 2000). A natureza da relação entre esses elementos é a base do empoderamento da comunidade.

Entendemos empoderamento como a capacidade de fazer escolhas (Pigg, 2002). Uma das suas dimensões são os recursos individuais (habilidades e atitudes) e os sociais (uma rede de relacionamentos). A segunda dimensão é a agência. “Agência refere-se à habilidade que as pessoas têm de definir suas metas e objetivos e agir de acordo com eles”. (Pigg, 2002, p. 110, tradução do autor).

No entanto, as relações de poder têm um papel crucial no processo de empoderamento. Toomey (2011) analisou que as relações horizontais ou verticais entre líderes e profissionais trazem resultados diferentes, promovendo maior ou menor participação no processo comunitário, respectivamente.

Nossa estrutura conceitual nos permitirá analisar como as práticas, as relações de poder e o empoderamento relacionam-se entre si e seus efeitos na vida diária da ecovila.

4.2.2 Método

A coleta de dados ocorreu em uma ecovila situada no oeste da Suíça, que envolveu seis meses de imersão em campo (outubro de 2018 / março de 2019), análise documental e observação

participante, além de dezesseis entrevistas. Foi analisado o seguinte conjunto de práticas: consumir alimentos (comprar, cozinhar e comer); limpeza; engajamento em atividades de lazer; e tomada de decisão. Eram práticas nas quais foi possível observar a relação de poder enquanto os praticantes buscavam trabalhar seu empoderamento.

Como os interlocutores não queriam ser gravados, todas as entrevistas foram capturadas em extensas notas, feitas em francês. As notas da entrevista foram traduzidas para o português pelos autores. Para fins de análise, os dados selecionados foram codificados dedutivamente em torno de três eixos (Creswell, 2014; Souza, 2019): (1) compreensão; (2) procedimentos; e (3) engajamentos, com base na definição de práticas sociais de Warde. Os autores compartilharam as descobertas da pesquisa com os participantes para seu feedback.

A principal abordagem utilizada neste estudo foi a observação participante. Tal método inclui o envolvimento nas atividades diárias de um grupo para apreender os aspectos explícitos e implícitos de suas rotinas e cultura (DeWalt & DeWalt, 2011). Conforme apontado por Aagaard e Matthiesen (2015), esse método vai além do uso exclusivo da linguagem para a análise dos dados. Outra ferramenta é prestar atenção ao mundo material, aos corpos humanos e a outros objetos para apreender os significados embutidos na vida em grupo.

Spreadly (2016) mostra que a observação participante permite comparar a subjetividade dos participantes e seus comportamentos, relatando suas crenças e ações. Ela ajuda a compreender os contextos físicos, sociais, culturais e econômicos em que vivem os participantes. É possível testemunhar as relações entre pessoas, contextos, ideias, normas e eventos.

Os comportamentos e as atividades das pessoas são outra fonte de dados: o que fazem, com que frequência e com quem. No entanto, Desmond (2014) aponta a necessidade de considerar o objeto de estudo como “processos que envolvem configurações de relações entre diferentes atores ou instituições” (2014, p. 587). Além disso, também foi aplicado o método para verificar mudanças pessoais na relação com o contexto.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma perspectiva etnográfica, em que as interpretações foram realizadas baseadas na rotina e em eventos-chaves de cada comunidade, apresentando diferentes perspectivas dos participantes em relação a cada um deles (Creswell, 2014).

4.3 Contexto empírico da ecovila

A ecovila era uma comunidade intencional localizada em uma casa de campo no oeste da Suíça. Eles tinham fácil acesso a transportes públicos e centros de cidades distintas. O grupo tornou-se membro oficial da GEN ao cumprir os pré-requisitos: 1) implementar soluções em pelo menos uma das dimensões da sustentabilidade (social, cultural, econômica, ecológica); 2) ter uma população de pelo menos oito habitantes; e 3) ter pelo menos dois anos de existência (GEN, 2020).

A comunidade servia de vitrine para anunciar uma marca cooperativa de construção ecológica e estilo de vida comunitário. A cooperativa anunciava o estilo de vida da ecovila como uma forma de 'salvar o planeta', com base na mudança de atitude das pessoas em relação ao que denominavam 'decrecimento feliz'. Para isso, desejavam investir no desenvolvimento comunitário, ampliando o número de encontros, apoiando sua demografia variada (idade, gênero, profissão e nacionalidade), e esperando que os moradores assumissem responsabilidades junto à comunidade. Ao lado da preocupação com a sustentabilidade ambiental, eles também estavam ocupados com o empoderamento mútuo (Pigg, 2002), com foco no relacionamento interpessoal.

A intensificação do relacionamento com os moradores fortaleceria a comunidade como um todo. No entanto, não havia investimento em empoderamento individual ou social. Não tinham práticas voltadas para o autodesenvolvimento dos moradores ou engajamento político de grupo. Eles não desenvolviam recursos individuais para terem melhores relações entre eles ou para participar de movimentos políticos.

Uma cooperativa administrava a casa, que envolvia uma estrutura de construção parcialmente financiada por investidores privados (20%) e um empréstimo bancário (80%). Cada habitante pagava aluguel para usar seu quarto e as áreas comuns. A cooperativa usava o dinheiro para pagar ao banco e aos investidores, aos empregados e algumas necessidades básicas da casa (limpeza, lavanderia e algumas compras de alimentos, como vegetais e temperos).

A população da casa girava em torno de 16 habitantes, considerando a rotatividade. Ao final do período de observação deste estudo, quatro moradores residiam há mais de seis meses na casa. A idade dos moradores variava de 1 a 60 anos.

No momento da observação, dois membros da cooperativa residiam na casa. Somente eles tinham o status do que denominaram de '*corresponsáveis*'. Eles formavam um casal e estavam entre aqueles que construíram a comunidade desde o início. Aqueles que tinham esse status de '*corresponsável*' deveriam manter a conformidade dos moradores em relação às regras e aos regulamentos e manter a ecovila financeiramente estável. Eles possuíam contrato por tempo indeterminado para morar na casa e podiam tomar decisões estratégicas para o grupo. Esse status era alcançado após um período de experiência que pode durar de 6 a 24 meses. Após esse período, os '*corresponsáveis*' avaliavam se o morador, o chamado 'membro do coletivo de usuários', poderia ser um novo membro '*corresponsável*' da comunidade.

4.4 Resultados empíricos

Esta seção relata a interpretação das relações de poder que ocorrem nas práticas da ecovila e seu efeito no empoderamento individual e comunitário. Foram analisados aqui os procedimentos, compreensões e engajamentos que constituem os elementos de cada prática.

4.4.1 Procedimentos e o contrato social

Por procedimentos, entendemos as regras, princípios, preceitos e instruções explícitos que constituem as práticas (Schatzki, 1996; Warde, 2005), com um conjunto de regras envolvendo um contrato social desenvolvido pelos cooperados.

Cada habitante precisava assinar o contrato social antes de viver na ecovila. O contrato continha:

- a distinção entre os *membros do coletivo de usuários e corresponsáveis*,
- a governança entre os *corresponsáveis*,
- as responsabilidades financeiras dos *corresponsáveis*,
- o processo de integração dos recém-chegados à comunidade,
- o processo de resolução de conflitos, e
- as obrigações de cada habitante.

O objetivo principal do contrato social era desenvolver uma noção de comunidade que "tivesse bases comuns, uma intenção comum e se adaptasse a contextos diferentes". A cooperativa pretendia criar um estilo de vida pelo qual as pessoas quisessem viver na ecovila por toda a vida, reduzindo o consumo, consumindo o necessário e sabendo a origem do produto.

Para melhorar a interação social e a autonomia da comunidade, o contrato previa o engajamento dos associados em atividades voluntárias. Eram obrigatórias a participação na reunião mensal de gestão e a contribuição de, pelo menos, cem horas anuais de trabalho voluntário para a comunidade.

Para passar no período de teste, era necessário seguir as regras e tê-las como parte de suas crenças, intenções e objetivos. No entanto, mesmo quando se tornasse um *corresponsável*, se alguém parasse de frequentar as reuniões comunitárias ou tivesse qualquer conflito não resolvido com outros membros, a cooperativa poderia cancelar o contrato.

Martinez-Cosio e Bussel (2012) apontaram que o empoderamento de comunidades potencializava as práticas existentes e a criação de novas. Para promover esse empoderamento coletivo, fortalecendo as práticas rumo ao ideal da cooperativa, eles usavam as regras como estratégia de governo, seguindo Hustedde e Ganowicz (2002) que afirmaram que as normas desempenham um papel essencial nos processos de mudança. A escolha de modo de governo da cooperativa, para organizar a vida comunitária, assemelha-se ao conceito foucaultiano de governamentalidade. O autor entende governamentalidade “no sentido amplo de técnicas e procedimentos para direcionar o comportamento humano. Governo das crianças, governo das almas e das consciências, governo de uma casa, de um estado ou de si mesmo” (Foucault, 1997b, p. 2).

O processo de tomada de decisão era baseado em projetos. Cada projeto tinha um responsável e outros ajudantes; este grupo baseado em projetos tomava decisões sobre as tarefas sob sua responsabilidade. Por exemplo, as pessoas que trabalham na cozinha tomam decisões sobre a cozinha. O mesmo em relação à horta. Pelo menos um *corresponsável* era integrante de cada projeto. Um deles disse:

Optamos por ter um responsável por projeto para garantir que o projeto seja realizado. Quando um grupo decide fazer as coisas junto, isso é legal, mas quando algo precisa ser feito, ninguém faz nada supondo que os outros já tenham feito.

Com base nas observações e entrevistas, a maioria dos moradores não gostava ou concordava com esse modelo de governo. Afirmavam que esses procedimentos centralizavam o poder de decisão dentro do grupo de *corresponsáveis*. Quando essas discussões surgiam durante as reuniões, os *corresponsáveis* reforçavam que o processo de tomada de decisão estava no contrato social. Eles justificavam essa escolha dizendo: "Não podemos permitir que os recém-chegados tomem decisões que mudem toda a comunidade".

Por exemplo, antes de iniciar uma reunião, dois cooperados (um morador e outro que cuidava da parte técnica) anunciaram que modificariam o equipamento de aquecimento porque o atual estava aquecendo pouco. Eles criticaram a atitude dos moradores. Alguns tentaram questionar, pois não tiveram oportunidade de discutir o assunto, mas os cooperados responderam que os responsáveis pelo projeto de aquecimento tomavam as decisões.

A maioria dos moradores queixava-se de não conseguir escolher as prioridades da comunidade. O representante da cooperativa decidia os temas a serem discutidos e eles deveriam segui-los. “Quando cheguei, gostaria de fazer algo para ajudar a comunidade, mas nunca sei como. Às vezes, quem não mora aqui tem mais poder do que nós”. Uma consequência do modelo de gestão baseado na normatividade vertical era a crescente insatisfação entre os moradores da cooperativa, ocasionando alta rotatividade dos habitantes.

A cooperativa defendia a tomada de decisões baseada em projetos e não em consenso, para preservar o tempo e a energia dos moradores e ter a certeza de que eles dariam conta da tarefa até o fim. Um *corresponsável* disse: “Às vezes, quando as pessoas tentam o consenso, eles podem se sentar todos juntos, gastar muito tempo e não chegar a qualquer conclusão”, e “se algo der errado, nós sabemos de quem cobrar”.

A cooperativa visava criar um novo estilo de vida, no qual haveria novas práticas em torno de cozinhar, comer, organizar ou decidir. No entanto, eles usavam um processo de tomada de decisões diferente dos praticados em outras ecovilas. Conforme apresentado por Suh (2018), a maioria das ecovilas usa a tomada de decisão baseada em consenso. A atual ecovila o fez por meio de estratégias mais verticais. Por meio do contrato social e das normas expressas, os cooperados procuravam reger a conduta dos moradores, mudar o fazer e o dizer do cotidiano para um estilo de vida mais sustentável, entendido em suas dimensões social e ambiental.

Com a cooperativa focada em seu objetivo, os moradores encontravam-se em uma relação de submissão, consentida em certa medida. Eles não tinham a sensação de que poderiam tomar

parte nas decisões em direção aos seus próprios objetivos. Eles tinham as habilidades para isso, mas a estratégia de governo limitava os recursos para experimentá-lo.

4.4.2 Compreensões - coletivo e individualidade

Foi desenvolvido o conceito de compreensão quanto ao conhecimento do que dizer ou fazer (Schatzki, 1996; Warde, 2005) no contexto de ecovilas. Diferente dos procedimentos descritos acima, compreensão envolve a maneira como as pessoas entendem como se engajar nos procedimentos.

Quando a observação participante começou, o autor principal deste artigo chegou à casa da ecovila e observou que os moradores usavam a cozinha compartilhada para o café da manhã em alguns dias. À noite, eles cozinhavam lá e voltavam para comer em seus quartos ou nas áreas de compartilhamento de apartamentos. Aqueles que tinham suas próprias cozinhas cozinhavam e comiam no próprio quarto. Às vezes, alguns residentes faziam refeições juntos, à noite. O pesquisador viu alguém trabalhando sozinho na horta, protegendo o solo para o inverno, e duas pessoas trabalhando na manutenção da casa.

A cozinheira disse que “alguns moradores trabalham o dia todo. Às vezes, em mais de um trabalho. Chegam tarde e cansados, sem energia para dividir o tempo com a comunidade”. Além disso, um *corresponsável* disse que “precisávamos de mais trabalho comunitário para melhorar o relacionamento entre nós. Se pudéssemos comer juntos apenas uma vez por semana, seria muito melhor”. O sentimento de desunião na comunidade era visível, tanto através das observações, quanto nas entrevistas. Por mais que fosse o ideal da comunidade, isso não se concretizava. E mesmo que os moradores constatassem essas incongruências, eles não conseguiam gerar atividades mais integrativas.

Uma estratégia de governo era garantir que as compreensões desejadas sempre estivessem presentes na comunidade. A cooperativa contratava algumas pessoas de fora da comunidade para

práticas estratégicas, visando preservar a permanência da ecovila e garantir que as atividades do dia a dia ocorressem sem problemas. Portanto, um contratado cuidava da cozinha, comprava alimentos e limpava os espaços comuns. Dois construíam e reformavam a casa e outro recebia as pessoas e mostrava como utilizá-la. Os três primeiros trabalhadores também moravam na casa. Os *corresponsáveis* deveriam melhorar as interações entre os moradores. Alguns recém-chegados cuidavam de práticas menos estratégicas, como jardinagem, limpeza do sistema de aquecimento, ajuda nas festas e buscar os legumes, o que demonstrava uma hierarquização tácita no local. Apesar da proposta de criar relações que se distinguissem da sociedade, o modelo aplicado para governar a comunidade ainda repetia os moldes societários de contrato de mão de obra doméstica para manter a organização da casa enquanto os moradores ocupam-se das suas rotinas particulares.

Uma *corresponsável* assinalou que “acreditar que cada pessoa é responsável por cuidar da casa não funciona no início do projeto. Algumas pessoas devem ser pagas para fazer certos trabalhos. Devemos esperar de 3 a 5 anos para estabilizar a comunidade”. Após esse período, a cooperativa esperava que grande parte dos moradores passasse a ser *corresponsável*, compartilhando a liderança, a responsabilidade pelas práticas estratégicas e pelo dinheiro da comunidade. Um representante da administração da cooperativa disse: “Gostaríamos que todos assumissem mais responsabilidades para aumentar a autonomia da casa. Assim, eles poderiam administrar o dinheiro da cooperativa para cuidar da casa sem a nossa intervenção”. Podemos constatar que, por um lado, embora a cooperativa dissesse promover uma cultura diferente, com dinâmicas sociais mais horizontalizadas, para manter o controle sobre os processos, acabava aplicando estratégias verticalizadas de governo.

Embora a intenção fosse melhorar o contato e as responsabilidades dos moradores durante as refeições e outras atividades, a abordagem empregada pelos cooperados reforçava o *habitus* de algumas pessoas de comer e trabalhar sozinhas em seus espaços e não ajudava na autonomia da comunidade. A intenção de fazer refeições comunitárias era criar novos hábitos alimentares que

envolvessem fazer refeições em conjunto e consumir menos alimentos de origem animal. Os moradores faziam isso quando necessário, mas voltavam ao padrão alimentar preexistente quando estavam sozinhos.

Warde, Cheng, Olsen e Southerton (2007) afirmaram que hábitos sociais, rotinas e convenções dificultam mudanças rápidas. Em nosso exemplo, as relações de poder entre cooperativa e moradores também constrangiam a transformação das práticas. As pessoas não gostavam de envolver-se em atividades da ecovila. Revell e Dinnie (2020) afirmaram que o sentimento de empoderamento, de fazer sua própria escolha, é essencial para os indivíduos agirem nas questões da comunidade e utilizar todos os seus recursos. Em termos de relações de poder, significaria o estabelecimento de novas dinâmicas relacionais que promovessem novas subjetividades, mais engajadas nas práticas comunitárias. O resultado era que sem o estímulo contínuo da cooperativa para a mudança, os hábitos de comer e trabalhar sozinho permaneciam.

O encontro da comunidade era um espaço de informação. Nessas reuniões, os *corresponsáveis* apresentavam os projetos em que cada um estava engajado, pediam a contribuição pessoal, calculavam e expressavam as necessidades da casa solicitando voluntários que pudessem assumir essas tarefas. Cada habitante que se sentia confortável assumia um projeto. Às vezes, o responsável não tinha conhecimento da atividade, mas buscava aprender as habilidades necessárias, construindo assim novas competências. Certa vez, o morador mais velho da casa disse: “Não sei sobre jardinagem, mas faço o possível para ajudar”.

Quando alguém questionava alguma decisão durante a reunião, os *corresponsáveis* afirmavam que este não era o lugar para discutir. Somente os responsáveis pelos projetos poderiam decidir. Para alguns moradores, o processo de decisão fazia parte do aprendizado e era essencial para se adequar aos objetivos da ecovila. Para outros, isso era autoritário, não deixando espaço para opinião e individualidade.

A cooperativa anunciava que estimulava o fluxo de responsabilidades na comunidade e o desenvolvimento de novas habilidades. No entanto, a centralização das decisões nas mãos de alguns *corresponsáveis* desencorajava a participação de alguns dos recém-chegados. Por um lado, as demandas de cuidar da comunidade impulsionavam a intenção dos moradores no sentido do cuidado de si (Foucault, 2005), para que as pessoas pudessem trabalhar sobre si mesmas para desenvolver novas práticas de empoderamento da comunidade. Por outro lado, gerava conflitos com as estratégias de governo. Os moradores tentavam se constituir como sujeitos diante das demandas do governo da ecovila enquanto questionavam as regras que deveriam seguir.

Durante a imersão, as relações de poder dentro da ecovila mudaram e, consequentemente, as práticas. Em dezembro, três moradores, que estavam em conflito com a cooperativa, deixaram a casa e, nos últimos três meses do período da pesquisa, os *corresponsáveis* ficaram afastados por dois períodos de vinte dias cada. Durante esses períodos de ausência, as práticas mudaram na ecovila para os demais moradores. Nos primeiros quinze dias, eles começaram a comer juntos todas as noites. Um dia, um morador decidiu organizar uma refeição coletiva para toda a comunidade.

Para esse evento, os moradores se organizaram, dividindo quem iria limpar e cortar as verduras, cozinhar, fazer a sobremesa e servir a mesa. Alguns disseram que foi a primeira vez na comunidade que todos comeram juntos em uma situação informal. Um disse que “quando procurei aqui, procurava este tipo de situação comunitária. Podemos fazer coisas espontaneamente, sem programar tudo”.

Depois, quando os dois *corresponsáveis* retornaram, eles foram menos diretivos sobre como os *membros do coletivo de usuários* deveriam usar a casa. As atitudes dos outros membros em relação à prática de cozinhar e comer mudaram. Eles cozinham juntos, compartilhando seus alimentos, e ajudavam a limpar a louça. Os trabalhadores, incumbidos pelos *corresponsáveis* de vigiar os demais moradores, decidiram reduzir a vigilância.

Os moradores passaram a conceber suas ações em uma mentalidade comunitária. Eles cozinhavam coletivamente, separando alimentos para os que chegassem mais tarde. Eles limpavam a cozinha à noite, evitando incomodar a cozinheira. Cada vez que alguém viajava, trazia algo diferente para comer e compartilhava com os outros.

Outra mudança nas relações de poder e nas práticas foi que os cooperados passaram a se preocupar menos em direcionar a conduta dos moradores para o seu objetivo e deixar que cada um usasse a casa como quisesse, apoiando suas reuniões. Por conta dessa estratégia menos diretiva de condução da vida comunitária, os moradores sentiam-se autoconfiantes e queriam investir mais nas relações interpessoais. Como disse um morador: “Hoje em dia gosto de cozinhar com os outros, separar um pouco de comida para eles. Gosto de fazer coisas para os vizinhos. Isso me dá prazer. Não tinha esse sentimento no ano passado”.

Em algumas comunidades intencionais (Markle, Rodgers, Sanchez & Ballou, 2015), incluindo a pesquisada aqui, a estrutura social facilita as interações, como nas refeições comunitárias. Essas reuniões promoveram novas discussões, novas regras e novas práticas. O ato de comer e cozinhar juntos criou um efeito indireto que afetou outras práticas. Para Warde (2005), as práticas não são fechadas em si mesmas. Conforme apontado por Roysen e Mertens (2016), algumas práticas têm o potencial de criar novas. Na ecovila, esse efeito de transbordamento promoveu novas formas de cuidar de si. O plantio que antes era feito por apenas uma pessoa, agora foi feito por quinze. A limpeza da casa antes era feita exclusivamente pela cozinheira, agora era assumida por alguns habitantes, na ausência da responsável.

Mesmo mantendo os procedimentos, as relações de poder mudaram as compreensões. O governo estava menos centrado na normatividade. As relações de poder passaram a se basear na confiança mútua, criando novas formas de realizar as práticas e melhorando o empoderamento individual e comunitário. Quando o poder estava centrado nos *corresponsáveis* e a vigilância mútua era exigida, os moradores faziam suas práticas basicamente sozinhos e havia mais conflitos e menos

investimento na comunidade pelos *membros do coletivo de usuários*. Quando o poder circulou entre os moradores, eles exerceram o cuidado de si com mais liberdade, tiveram a chance de escolher como usar a casa, investiram mais na vida comunitária e criaram novas práticas para melhorar suas vidas. Conforme apontou Foucault (1987), as relações de poder requerem práticas de liberdade e pode-se afirmar que o aprimoramento do autodesenvolvimento resultou no empoderamento da comunidade como um todo, potencializando as relações dentro dela.

4.4.3 Engajamentos e relações de poder

Engajamentos são a interpretação de Warde (2005) do conceito de Schatzki (1996) de estruturas “teleoafetivas” e os fins, projetos, tarefas, propósitos, crenças, emoções e humores individuais. Analisamos os engajamentos e como os moradores das ecovilas se constituíram como sujeitos durante as práticas e se constituíram em relações de poder específicas.

Usando a estratégia de governo proposta pela cooperativa, os *corresponsáveis* acreditavam que morar na comunidade mudaria o engajamento dos moradores a partir do exemplo. Um deles disse:

Todos nós devemos nos engajar o mínimo nas atividades da comunidade, mas sabemos que isso muda com o tempo. Quanto mais as pessoas engajam-se nas atividades dentro da comunidade, mais sentem-se encorajadas a ingressar nela. Isso torna a comunidade mais forte. No entanto, devemos respeitar a vontade de todos.

Apesar dessa afirmação, a impressão foi que os moradores não investiram energia suficiente na casa nem todos se interessaram por ela. A *corresponsável* dizia que “viver em uma comunidade não é um mundo cor-de-rosa. É uma vida dura, como qualquer outra. Não é um lugar para onde você vai para receber coisas. É mais um exercício de dar”. A cozinheira acrescentou: “No final do

ano passado, algumas pessoas pensavam que só precisavam pagar e então podiam fazer tudo o que quisessem. Não pode ser assim”.

As estratégias governamentais da cooperativa não eram suficientes para gerar nos moradores o ânimo necessário para investir na ecovila. A vontade pessoal e a qualidade das relações eram peças essenciais para a promoção das práticas. Brown e Baker (2019) apontaram que confiança, transformação dirigida por residentes, senso de comunidade, coesão, engajamento, ação coletiva e abertura à transformação predizem o investimento pessoal em comportamentos necessários para a comunidade.

Embora todos os que morassem ali desejassem uma vida comunitária, suas intenções em relação a ela eram diferentes. O *corresponsável* mais antigo se via como o “braço operativo” da cooperativa. Ele costumava dizer que representava a cooperativa. Ele declarava: “Vejo a comunidade como uma criança de um ou dois anos, que preciso ensinar a fazer as coisas antes de deixá-la sozinha”.

Para ele, seu duplo papel era difícil de equilibrar e administrar: “É difícil para todos entenderem minha dupla posição aqui. Ao mesmo tempo em que jantamos juntos, tenho que dizer o que está errado, e isso torna nosso relacionamento difícil”. Os *membros do coletivo de usuários* concordaram com isso. Diziam que “parece que eles (os *corresponsáveis*) não se beneficiam da casa e dos encontros” e “não me sinto muito confortável com eles (*corresponsáveis*) porque não sei se estou conversando com os representantes da cooperativa ou com meus vizinhos”.

Essa impressão era semelhante na hora das refeições, como uma moradora afirmou: “O almoço é diferente quando os *corresponsáveis* estão presentes” e outro morador dizia: “Na presença deles, os encontros se tornam mais profissionais”. No entanto, após as mudanças na comunidade, as atitudes dos *corresponsáveis* e as percepções dos moradores transformaram-se. Eles tinham mais tempo de lazer juntos dentro e fora de casa. Um dos *membros do coletivo de usuários* apontou depois de um jantar que: “Desde que eu estive aqui, esta foi a primeira vez que nós (*membros do*

coletivo de usuário e corresponsáveis) comemos juntos e conversamos sobre nossas vidas pessoais mais espontaneamente. Eu fico feliz com isso. Foi diferente”.

Aqui podemos ver como as relações de poder interferem no engajamento dos praticantes e impactam o empoderamento da comunidade. Quanto menos a cooperativa orientava os moradores, mais eles se engajavam em atividades comunitárias e reuniam-se para que as práticas melhorassem o relacionamento entre os membros dentro da ecovila. Toomey (2011) destacou que as relações horizontais empoderaram as comunidades mais do que as verticais.

Alguns habitantes procuraram uma residência onde pudessem morar com outras pessoas e se dedicar ao trabalho regular fora da ecovila. Eles não queriam morar sozinhos em um apartamento em uma cidade grande e queriam compartilhar suas vidas, tendo mais contato com a natureza. Eles ressaltavam que a comunidade estava bem do jeito que estava: “Aqui dá certo. Quando tenho algum problema, só preciso mandar um recado e as pessoas que trabalham aqui resolvem em um dia. Na cidade não é a mesma coisa. Pode demorar até duas semanas para resolver”, e “vejo aqui como uma plataforma de encontros. Com essa estrutura, é mais fácil nos encontrarmos”.

Os três trabalhadores que moravam na casa compartilhavam dessa opinião. Para eles, a casa não tinha problemas significativos para resolver. Era silenciosa. Ninguém tinha conflitos significativos com outras pessoas e os habitantes tinham tudo de que precisavam. Por isso, achavam que os *corresponsáveis* forçavam situações, trazendo estresse desnecessário.

A maioria dos novos moradores que chegaram durante o período da pesquisa queria fazer algum trabalho para a comunidade. Mesmo quando não eram proficientes nas habilidades necessárias, eles queriam desenvolvê-las: “Eu gostei muito do jardim. Gostaria de aprender sobre permacultura e plantar aqui”, disse um recém-chegado. Eles queriam ter mais práticas coletivas, mas algumas regras da comunidade restringiam isso. Uma reclamação comum sobre a comunidade que mencionamos anteriormente: o *membro do coletivo de usuários* não podia escolher as prioridades da ecovila. Uma segunda reclamação eram as responsabilidades que sobrecarregavam

os indivíduos. Um deles afirmou: “Gosto da exigência de assumir responsabilidades pela comunidade, mas faço tudo sozinho, não tenho vontade para isso e tenho outras prioridades. Quando as responsabilidades são coletivas, fico mais disposto, e fazemos as coisas mais rápido”.

A ecovila deparava-se com uma contradição entre o projeto comunitário e a autonomia individual. Por um lado, a cooperativa e os *corresponsáveis* focavam nas regras prescritas, nas necessidades da comunidade e no comportamento de cada habitante, frente às práticas cotidianas. Esses eram o código moral e a conduta moral prescrita (Lefebvre, 2017), pontos cruciais da governamentalidade. Pretendia fomentar uma ética que fizesse da comunidade o objetivo de todas as ações. Por outro lado, a maioria dos habitantes gostaria de aprender novas habilidades, tomar decisões e assumir a responsabilidade pela ecovila como um processo ético (Lefebvre, 2017). As práticas comunitárias podiam ser exercícios de cuidado de si, em que cada um pudesse trabalhar a sua transformação para tornar melhor a vida da comunidade. Seguindo Wardes (2005), as práticas apresentam tendências tanto para se renovar quanto para manter. No caso em apreço, as tendências dessas práticas dependiam das relações de poder entre cooperativa e moradores.

Dentro desse tipo de relação, os moradores da ecovila decidiam investir parcialmente no projeto; vários habitantes diziam: “Aqui eu uso dois capacetes, um para a comunidade, outro para a minha individualidade”, e: “Eu vou sempre manter o meu livre arbítrio. Eu quero investir mais como *corresponsável*, mas se isso não acontecer, eu posso desistir”.

As estratégias de governo promoveram diferentes engajamentos na ecovila. Cada um tinha meios particulares para lidar com as normas culturais propostas (Ferreira Neto, 2017) e seus “fins, projetos, tarefas, propósitos, crenças, emoções e humores” (Schatzki, 1996, p. 89). Elas proporcionavam relações distintas consigo e com os outros, melhorando ou reduzindo o comprometimento dos integrantes com as práticas do dia a dia. Mesmo que os compromissos entre *corresponsáveis*, trabalhadores e recém-chegados fossem diferentes, eles eram complementares.

Porém, manter e executar o projeto exigia esforços físicos e psicológicos para quem pretendia investir sua energia ali.

Após as mudanças ocorridas na casa no final do ano, a prática de cozinhar e comer juntos promoveu o cuidado mútuo e mudou os engajamentos. A cozinha compartilhada tornou-se o ponto de encontro da comunidade. Lá, eles trocavam experiências, se apoiavam emocionalmente e organizavam festas. Essa nova atmosfera ajudava a integrar os recém-chegados e despertava sentimentos de cooperação. Como disse um morador: “É muito bom ser recebido com todos aqui juntos, mas tenho vergonha de não poder ajudar em nada”.

As relações de poder, o cuidado de si (Foucault, 1987) e os engajamentos (Wardes, 2005) estavam entrelaçados nas práticas, apoiando ou dificultando-as. As estratégias de condução dos moradores impactavam na vontade de cada um de trabalhar a si mesmo, de melhorar suas habilidades para se relacionar e realizar práticas que apoiassem a comunidade. A cooperativa e os *corresponsáveis* tinham que resolver o paradoxo de criar uma estrutura na qual todos pudessem desejar viver livremente em favor da comunidade.

A plataforma criada pela cooperativa possibilitava diversos engajamentos dentro da comunidade. Dependendo das estratégias de governo, cada indivíduo sentia-se mais ou menos empoderado, com a possibilidade de decidir como guiaria sua vida no cotidiano da ecovila. Isso interferia em suas vontades e intenções de investir nas práticas comunitárias, empoderando ou não a ecovila, para se sustentar por muito tempo.

4.5 Conclusão

Este artigo forneceu evidências adicionais de que as relações de poder influenciam muito as práticas sociais e o empoderamento nas ecovilas. Essa abordagem revelou-se uma ferramenta útil para explicar os processos em andamento, suas transformações na estrutura organizacional e seus efeitos subjetivos envolvidos nas práticas.

O contrato social e a estrutura física da comunidade promoviam espaços onde os moradores pudessem experimentar novas formas de realizar práticas sociais, como cozinhar, cuidar da horta, comer e tomar decisões. Durante essas práticas, os encontros estreitavam os laços entre os praticantes e geravam discussões sobre como eles estavam fazendo as atividades. Esses processos impulsionavam mudanças em algumas práticas e transformavam outras por meio do efeito de transbordamento.

Os procedimentos estabelecidos no contrato social e na estrutura da casa serviram de base para a mudança das práticas de individualistas para coletivas. Os engajamentos dos moradores estavam alinhados à visão da cooperativa. Eles queriam viver na comunidade, compartilhar bens e atividades e aprender novas práticas, enquanto reduziam seu impacto sobre o meio ambiente (consumindo cada vez mais consciente). A cooperativa também demonstrava as melhores compreensões sobre o que fazer e dizer para reduzir o consumo e melhorar o relacionamento entre os associados dentro da comunidade. No entanto, eram as relações de poder que possibilitavam ou restringiam o rearranjo das práticas.

A presença de uma governança rígida, direcionando cada indivíduo para o objetivo comunitário, promoveu práticas individualizadas e reduziu o senso de cooperação. Quando o poder fluía mais livremente entre os moradores, eles se sentiam empoderados, fazendo escolhas sobre como orientar suas vidas dentro da casa e ressignificando suas práticas. Essa mudança empoderou a comunidade como um todo, transformando as práticas existentes de individuais em coletivas e criando outras, como desfrutar momentos de lazer juntos.

O empoderamento produzido na comunidade possibilitou processos de cuidado de si. Os indivíduos trabalhavam para aumentar sua simpatia uns pelos outros e pela comunidade e investindo no projeto.

Essas descobertas lançaram uma nova luz sobre a relação entre práticas sociais, relações de poder e empoderamento. As performances de práticas sociais, entrelaçadas a relações de poder

fluidas, potencializam o empoderamento individual e comunitário, promovendo a solidariedade, o apoio mútuo e a participação. Os moradores aumentaram a frequência das reuniões e aprimoraram o relacionamento entre os membros, gerando confiança, colaboração e abertura.

Dado o escopo deste trabalho, não foi possível verificar sua importância para a análise de práticas rotinizadas. Essa metodologia parece útil quando é possível averiguar o contexto social e os momentos de mudanças em que os praticantes questionam as relações de poder e as práticas sociais. Quando tanto as relações de poder quanto as práticas sociais são estabelecidas, as mudanças nas atitudes e reflexos não são visíveis, ou quando o acesso às informações contextuais é limitado, esse tipo de análise não é possível.

Novos estudos sobre relações de poder, práticas sociais e empoderamento precisariam aprofundar o conhecimento sobre a sustentabilidade ecológica e econômica e como elas se entrelaçam com a dimensão social.

5 Práticas de si e comportamento pró-ambiental em ecovilas

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre práticas de si e os comportamentos pró-ambientais no cotidiano das ecovilas. Este trabalho baseia-se na noção foucaultiana de práticas de si para compreendermos as mudanças nos comportamentos dos habitantes das ecovilas em relação ao meio ambiente. Foram realizadas observações participantes em duas ecovilas da Suíça e uma no Brasil. As análises mostram que em cada comunidade a presença ou ausência das práticas de si fizeram emergir diferentes modos de subjetivação pró-ambientais: *passiva-estrutural*; *ativa-individual*; e *ativa-estrutural*. A partir dessas diferentes posições, cada comunidade conseguiu diferentes graus de preservação do meio ambiente. Os resultados provêm evidências de que as práticas de si são fatores relevantes para que os habitantes de ecovilas desenvolvam comportamentos pró-ambientais.

Palavras-chave: Comportamento pró-ambiental, Ecovila, Meio ambiente, Subjetividade, Michel Foucault.

5.1 Introdução

Com a escalada da degradação ambiental, a discussão sobre comportamentos pró-ambientais tem ganhado destaque nas ciências que discutem o assunto. Dentre elas, duas têm se sobressaído, a Psicologia Ambiental e as teorias das práticas sociais.

A primeira se ocupa da interação entre os indivíduos e os ambientes naturais e construídos (Steg & Groot, 2018). No que tange aos comportamentos pró-ambientais, seus estudos giram em torno das análises dos motivos que levam a este tipo de comportamento, tais como influências familiares, normas e contato com a natureza (Grønhøj & Thøgersen, 2017, Coelho, Pereira, Cruz, Simões & Barata, 2017, Martin, et. al, 2020). Outros focam diversos aspectos individuais que servem como previsores de comportamentos pró-ambientais, tais como: identidade (Withmarsh &

O'Neil, 2010), afeto (Coelho, et. al, 2017), valores (Ruepert, Keizer, Steg, 2017) e auto-afirmação (Graham-Rowe, Jessop & Sparks, 2019). Existem ainda estudos que apresentam as intervenções que intencionam alterar o comportamento pró-ambiental dos indivíduos (Steg & Groot, 2018; Steg & Vlek, 2009).

As pesquisas que relacionam práticas sociais e comportamentos pró-ambientais focalizam mais nas práticas e menos nos indivíduos. Hargreaves (2011) e Anantharaman (2018) pontuam a importância de se considerar: as relações entre diversas práticas; a infraestrutura material, legal e social; além das relações de poder, como fatores condicionantes dos comportamentos pró-ambientais. Aspectos individuais, como emoções (Sahakian, 2019; Sahakian, Godin & Courtin, 2020), corpo e comportamento (Roysen, 2018; Ginev, 2019) e motivações (Johannes, 2017) também são abordados pelas teorias das práticas. Contudo, como afirmam Schatzki (1996) e Reckwitz (2002), os praticantes e seus aspectos individuais, são apenas uma parte das práticas. Diversos outros fatores devem ser modificados para os comportamentos pró-ambientais se alterarem (Warde, 2014).

Porém, ambas as perspectivas teóricas apresentadas carecem de discussão sobre as práticas que os sujeitos fazem sobre si mesmos e seus consequentes resultados em relação aos comportamentos pró-ambientais. Estudos sobre esta temática têm surgido (Pisters, Vihinen & Figueiredo, 2019) e o conceito de práticas de si (Foucault, 1995) mostra-se promissor para avançar no tema.

Para Foucault (1998), as práticas de si são as refletidas e voluntárias que os sujeitos exercitam tanto para fixarem regras de condutas, como para transformarem-se. É dessa forma que cada um pode constituir uma existência singular. Para o autor, as consequentes subjetivações oriundas dessas práticas de si não ocorrem exclusivamente por meios simbólicos, mas também por práticas reais, historicamente analisáveis (Foucault, 1995).

Seguindo essa reflexão, as ecovilas têm se mostrado bons campos de pesquisa para estudar as mudanças de comportamentos e atitudes direcionadas ao meio ambiente (Kirby, 2003; Roysen & Mertens, 2019). As ecovilas são descritas como “uma comunidade intencional, tradicional ou urbana, projetada conscientemente, por meio de processos participativos, de propriedade local, em todas as quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultura, ecologia e economia), para regenerar seus ambientes sociais e naturais” [tradução do autor] (GEN, 2020).

Entretanto, Pratt (2012) ressalta que os ideais de sustentar projetos de coesão comunitária e preservação do meio ambiente, raramente são efetivos, seja pela dissolução dos grupos ou pela dificuldade de atingir os objetivos ambientais. Tais constatações apontam a importância de estudar a relação existente entre a vida comunitária, as práticas que os indivíduos exercem sobre si mesmos, os consequentes processos de subjetivação e seus comportamentos pró-ambientais.

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre práticas de si e os comportamentos pró-ambientais no cotidiano das ecovilas. O foco deste trabalho está na comparação dos processos de subjetivação que emergem das práticas de si em diferentes ecovilas e suas correlações com a preservação do meio ambiente.

Na subseção seguinte será apresentada a teoria das práticas de si. Em seguida, descrita a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Na seção seguinte, será analisado o material coletado a partir das estruturas físicas, os regulamentos e as práticas de si presentes nas ecovilas, os comportamentos pró-ambientais e os processos de subjetivação que emergiram em cada uma delas e as consequências em relação à preservação do meio ambiente. Por fim, serão expostas as conclusões.

5.1.1 Práticas de si

As práticas de si são um dos aspectos presentes nos processos de subjetivação, como apontados por Foucault (1998). Segundo Lea (2009), os sujeitos constituem-se nos contextos

institucionais, organizando as relações, as possibilidades de consumo, as rotinas de trabalho, as práticas de fé, os cuidados infantis, a educação, os investimentos, a segurança e as punições. Nesse sentido, as práticas de si possuem papel crucial no engajamento dos sujeitos com o mundo.

As práticas de si são explicadas por Foucault (1998) como sendo trabalhos éticos que os sujeitos efetuam sobre eles mesmos, na intenção de se transformarem. Elas são experiências relacionais, com dimensões individuais e sociais. Para o autor, esse modo de relação de si consigo seria um exercício de liberdade. O parâmetro de subjetividade deixa de ser as regras e passa a ser a maneira como o sujeito se constitui nas ações relacionadas a elas.

O primeiro efeito libertador que as práticas de si produzem é o entendimento das problematizações que governam os nossos entendimentos sobre nós mesmos e o mundo (Han-Pile, 2016). Segundo a autora, com as práticas de si, o conhecimento das formas de inteligibilidade que nos governam tornam-se mais visíveis, abrindo espaço para mudanças pessoais e sociais. Aqui foi acrescentada a possibilidade de mudanças nos comportamentos pró-ambientais.

Outra forma de liberdade promovida pelas práticas de si é a prevenção contra a identificação com qualquer aspecto do sujeito (Han-Pile, 2016). Com o exercício de desidentificação com uma forma de subjetividade, cada indivíduo tem a possibilidade de construir novas subjetivações, sem necessariamente identificar-se e estagnar-se em nenhuma delas.

Contudo, cabe ressaltar que as práticas de si não são apenas exercícios que o sujeito exerce exclusivamente na quietude do seu interior. Elas são também esforços de articular diferentes formas de governança do sujeito com outras coisas, sejam elas o próprio indivíduo, outras pessoas, objetos ou o ambiente (Luxon, 2008). Nesse sentido, as práticas de si são mais que exercícios reflexivos. Elas são também performáticas. Como afirma Luxon (2008) em um determinado contexto, os sujeitos são o que eles fazem. Para desenvolver as suas próprias éticas, eles não devem se ater a um ideal, mas trabalhar a si mesmos nos contextos em que os ideais estão presentes. Ou seja, mais do que serem impulsionados a saber, os sujeitos são convidados a agir.

Podemos concluir que práticas de si promovem novos processos de subjetivação não apenas em nível reflexivo, mas também performático. Ou seja, ocorre tanto em um sistema simbólico quanto nas práticas que se exercita (Foucault, 1995). Elas geram espaço para que a transformação ocorra, desidentificando-se com uma única forma de ser, para construir outras.

Ferreira-Neto (2017) aponta que a subjetividade em Foucault possui três aspectos: 1) pode se apresentar tanto como assujeitamento, quanto como atitude crítica ou prática de si; 2) “a prática de si não consiste em um trabalho intraindividual, mas coletivo e institucional” (p. 14); e 3) nas duas formas de subjetivação existe uma relação com a norma extraída da cultura. Ou seja, todo o processo de subjetivação ocorre para além da intimidade individual, mas abrange as relações sociais e os contextos institucionais em que os sujeitos estão inseridos (Luxon, 2008).

5.1.2 Metodologia

A coleta de dados ocorreu em três ecovilas, uma situada no oeste da Suíça, outra no norte da Suíça e a terceira no sudeste do Brasil. O processo envolveu de dez a oito semanas de imersão em cada campo de pesquisa (janeiro/março, junho/agosto e outubro/novembro de 2019, respectivamente), observações participantes e entrevistas. Os autores compartilharam os resultados da pesquisa com os participantes.

O método de observação participante envolve a participação nas atividades diárias de um grupo para aprender os aspectos explícitos e implícitos de suas rotinas e cultura (DeWalt & DeWalt, 2011). Conforme apontado por Aagaard e Matthiesen (2015), esse método vai além do uso exclusivo da linguagem para a análise dos dados. Outra ferramenta é prestar atenção ao mundo material, aos corpos humanos e a outros objetos para aprender os significados embutidos na vida em grupo.

Spreadly (2016) mostra que a observação participante permite comparar a subjetividade dos participantes e seus comportamentos, relatando suas crenças e ações. Ela ajuda a compreender os

contextos físicos, sociais, culturais e econômicos em que vivem os participantes. É possível testemunhar as relações entre pessoas, contextos, ideias, normas e eventos.

Os comportamentos e atividades das pessoas são outra fonte de dados: o que fazem, com que frequência e com quem. No entanto, Desmond (2014) aponta a necessidade de considerar o objeto de estudo como “processos que envolvem configurações de relações entre diferentes atores ou instituições” (2014, p. 587). Além disso, também foi aplicado o método para verificar mudanças pessoais na relação com o contexto.

Os dados analisados dizem respeito à estrutura física e administrativa de cada ecovila, as relações dos moradores consigo, com os outros e com o ambiente. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente traduzidas. Para fins de análise, os dados selecionados foram codificados dedutivamente em torno de três temas (Creswell, 2014; Souza, 2019): (1) estrutura e práticas de si; (2) processos de subjetivação em relação aos comportamentos pró-ambientais; e (3) os efeitos dos comportamentos no meio ambiente.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma perspectiva etnográfica, em que as interpretações foram realizadas baseadas na rotina e em eventos-chaves de cada comunidade, apresentando diferentes perspectivas dos participantes em relação a cada um deles. Para fazer a comparação intercultural entre ecovilas, aplicamos à análise de perspectiva etnográfica, a abordagem de estudo de caso, procurando semelhanças e diferenças entre os casos (Becker, 2014; Creswell, 2014).

5.2 Análise dos dados

5.2.1 Estrutura e práticas de si

Nesta seção, analisamos a estrutura das ecovilas, suas estratégias para gerirem a sua população para a convivência e para a promoção de comportamentos pró-ambientais. Além disso, verificamos como cada uma promovia as práticas de si.

A primeira ecovila é uma comunidade intencional, gerida por uma cooperativa. A comunidade localiza-se em uma casa na região oeste da Suíça, com fácil acesso ao transporte público e aos centros urbanos. Durante a observação, a população da casa era composta por 16 habitantes, em média, levando em consideração a rotatividade. Dentre todos os moradores, um era membro da cooperativa. No final do período de observação deste estudo, quatro dos dezesseis habitantes moravam há mais de seis meses na casa. A idade dos moradores variava de um a 60 anos.

A casa serve como vitrine para anunciar a própria marca de bioconstrução e estilo de vida comunitário promovidos pela cooperativa. Os cooperados afirmavam que essa proposta era uma forma de “salvar o planeta”, reduzindo o consumo de recurso por parte das pessoas e produzindo uma vida mais plena de sentido. Eles denominavam esse processo de “decrecimento feliz”.

Todos os habitantes precisavam assinar um contrato social antes de morar na ecovila. O objetivo principal do documento era desenvolver uma noção de comunidade que “tenha bases comuns, uma intenção comum e se adapte a diferentes contextos”. Por outro lado, eles pretendiam criar um estilo de vida que as pessoas desejassem adotar e, também, ir viver na ecovila, reduzindo o consumo, consumindo o necessário e conscientes da origem dos produtos.

A cooperativa desejava que os habitantes da ecovila desenvolvessem comportamentos pró-ambientais a partir de normas prescritivas. Eles utilizavam do contrato social e instruções coladas nas paredes, indicando como utilizar a casa de forma mais eficiente energeticamente e instruções diretas dos membros da cooperativa. Como apontado por Fornara, Carrus, Passafaro e Bonnes (2011), a normatividade apresenta grande potencial de promover comportamentos pró-ambientais. Contudo, para evitar o efeito analisado por Pratt (2012), sobre a falha de projetos comunitários que visam à sustentabilidade ambiental, a ecovila desejava entrelaçar a normatividade para a redução de consumo e a bioconstrução com a normatividade direcionada à coesão comunitária.

Nas observações e entrevistas, foi verificado que nem todos gostavam ou concordavam com o modelo aplicado pela cooperativa. As reuniões comunitárias, que ocorriam uma vez ao mês, eram

um espaço informativo. Durante os encontros, era repassado o que ocorria na comunidade. Não existiam situações que poderíamos denominar de práticas de si (Foucault, 1998), tais como reuniões para a discussão sobre as relações dos sujeitos com o ambiente, com os outros ou consigo mesmos. A abordagem mostrava-se mais preocupada com a técnica para redução de consumo do que em promover a reflexão por parte dos habitantes.

Os entrevistados disseram que esses procedimentos centralizavam o poder de tomada de decisão nos cooperados. Isso mostrou-se presente durante uma reunião. Antes de iniciá-la, dois representantes da cooperativa (um morador e outro que cuidava da parte técnica) anunciaram que o equipamento de aquecimento seria modificado, porque o atual aquecia pouco. Eles criticavam a atitude dos moradores. Alguns tentavam questionar que não tiveram a chance de discutir sobre o assunto, porém eram rebatidos, com afirmações de que os responsáveis pelo projeto de aquecimento decidiam.

Quando discussões surgiam durante as reuniões, os representantes da cooperativa reforçavam que o processo de tomada de decisão estava no contrato social. Eles justificavam essa escolha dizendo: “Não podemos deixar que todos os novos moradores tomem decisões que possam mudar toda a comunidade”. Para participar da tomada de decisão era preciso morar na comunidade há, pelo menos, seis meses.

A maioria dos habitantes queixava-se de não poder escolher as prioridades da comunidade. O representante da cooperativa decidia os temas a serem discutidos, e eles tinham que seguir. “Quando cheguei, gostaria de fazer algo para ajudar a comunidade, mas nunca sei como. Existem momentos em que as pessoas que não moram aqui têm mais poder do que nós que vivemos”. Algumas consequências do modelo de gestão baseado na normatividade vertical gerava uma insatisfação crescente entre os habitantes da cooperativa, ocasionando uma alta rotatividade de moradores.

O objetivo da cooperativa era criar um estilo de vida, no qual realizariam novas práticas em torno de cozinhar, comer, organizar e decidir. Eles fizeram isso através de diferentes estratégias de governo. Como apontado por Rose, O'Maley e Valverde (2006), o governo preocupa-se com aqueles que não podem ser controlados por uma lei simples. Por meio do contrato social e de regras expressas, os membros da cooperativa tentavam governar a conduta dos habitantes, com a intenção de promover um estilo de vida mais sustentável, entendido em suas dimensões sociais e ambientais.

A ecovila incorporou uma contradição entre o projeto da comunidade e a autonomia individual. Por um lado, a cooperativa e seus representantes concentravam-se nas regras prescritas, nas necessidades da comunidade e no direcionamento do comportamento de cada habitante durante as práticas diárias. Esses formavam o código moral e a conduta moral prescrita (Lefebvre, 2017), pontos cruciais do governo das condutas. Eles pretendiam fomentar uma ética que tornasse a comunidade o objetivo de todas as ações dos moradores. Por outro lado, a maioria dos habitantes gostaria de aprender novas habilidades, tomar decisões e assumir a responsabilidade pela ecovila como um processo ético (Lefebvre, 2017). Porém a comunidade não fomentava espaços coletivos para o exercício de práticas de si.

A segunda ecovila, situada no norte da Suíça, foi formada por cinco grupos espirituais distintos (veja quadro 2) que se uniram com a intenção de criar uma comunidade que promovesse “Encontros e consciência de si” sem terem um guia espiritual e disponíveis para qualquer forma de reflexão proposta. Também criaram um Centro de Seminários onde promoveriam *workshops* relacionados ao tema de desenvolvimento pessoal. Mesmo tendo um enfoque maior na sustentabilidade social e no autoconhecimento, alguns moradores consideram que a estrutura da ecovila atinge, em maior ou menor grau, as quatro dimensões de sustentabilidade proposta pela *Global Ecovillage Network* (ecológica, social, cultural e econômica).

A população da ecovila era multigeracional (variando de 1 a 65 anos) e multicultural. À época, eram 57 moradores, 34 adultos e 23 crianças, que viviam na comunidade há 8 anos, em

média. Para além dos moradores, a comunidade recebia aproximadamente 6000 visitantes ao longo do ano, seja por conta do Centro de Seminários, ou pelo desejo de conhecerem o local.

A comunidade encontra-se em um castelo do século XVIII, a três quilômetros do centro da cidade. Não possuem acesso fácil ao transporte público, precisando ir para a cidade de carro ou de bicicleta para acessar ônibus e trens. A estrutura da ecovila era constituída de cinco prédios de grande porte e dois menores, dentro dos quais se distribuíam os apartamentos dos habitantes (que possuíam tanto banheiros e cozinhas privativos quanto compartilhados); uma casa para os visitantes; o Centro de Seminários, com três salas, banheiros e chuveiros, além de cozinha e refeitório (que se encontram no prédio principal do castelo); uma escola para crianças de toda a cidade, com 34 alunos; diversos ateliês de artes, utilizados pelos próprios moradores; sala de reunião comunitária; a ‘casa do silêncio’, para meditação; uma lavanderia comunitária; e uma sala para os adolescentes, no porão. Além disso, possuíam uma horta de permacultura, uma área de *camping*, uma praia particular (no lago Constance) com um bistrô, uma floresta ao fundo do castelo e diversos jardins e espaços para rituais ao longo do terreno.

Para gerir a comunidade, os moradores criaram uma Sociedade Anônima – S/A. Cada membro da comunidade adquiria uma parte na sociedade e pagava um valor para manutenção do espaço. Essa sociedade era composta por um grupo de gestores, dentre eles quatro moradores da comunidade e duas pessoas externas a ela. Todos eram eleitos anualmente para o cargo.

Eles também possuíam regras, como horas de trabalho para a comunidade, e encontros regulares. Contudo, ninguém era responsável por checar o seu cumprimento. Cada um era responsável por essa autoavaliação. Três eram as principais reuniões dos membros. A primeira era o círculo semanal que ocorria às terças-feiras à noite, dedicado à autorreflexão e às discussões sobre as relações interpessoais. Em uma semana acontecia um ‘grande círculo’, no qual todos os moradores encontravam-se e na outra semana eram os encontros dos ‘pequenos círculos’, nos quais

as pessoas se dividiam em grupos segundo os seus interesses para conversar. Uma vez por mês, eles faziam um encontro para a discussão de questões administrativas da ecovila.

O último modelo de encontro dos membros eram os ‘períodos intensivos’. Ao longo do ano eles realizam três encontros, com duração de quatro dias. Nesse período, os moradores convidam alguma pessoa de fora da comunidade para promover uma capacitação em alguma nova técnica para autorreflexão.

O autor principal pode participar de algumas cerimônias junto aos habitantes. Uma delas foi a despedida de uma moradora. O encontro começou com as pessoas sentadas em círculo cantando uma música. Em seguida, a homenageada falou sobre sua experiência na comunidade. Ela contou o quanto a comunidade a ajudou a se desenvolver através do apoio dos outros moradores. Depois, alguns habitantes contaram a sua experiência com a homenageada e como o contato com ela fez diferença em suas vidas particulares. Parecia tanto um trabalho para o luto individual devido à partida, como uma forma de reforçar a união dos habitantes. Depois do momento de fala, o grupo realizou uma encenação da partida dela. Ela atravessava a sala até uma porta imaginária. Vários moradores uniram-se ao redor dela, com imposição de mãos. Durante o processo todos cantavam juntos.

Em outro encontro, sobre *Possibility Management* (encontros para autoconhecimento, criado por Clinton Callahan), uma das habitantes havia recebido a notícia de que precisaria deixar o país devido à nova legislação nacional para estrangeiros. Durante a reunião, ela estava com raiva e queria culpar os governantes. A pessoa que conduzia o grupo pediu que ela expressasse o que sentia, e ela disse que se sentia como uma criança abandonada, e que gostaria de sentir-se acolhida pela comunidade nessa hora difícil. Um dos moradores mais antigos dispôs-se a iniciar um movimento para auxiliar nessa situação. As práticas de si, como essas representadas, eram exercícios constantes na comunidade. A estratégia para manter a ecovila era o autoconhecimento e o controle dos indivíduos sobre si mesmos.

O governo nesta ecovila visava direcionar a conduta de cada habitante para o seu autogoverno (Foucault, 2010) e para melhorar as relações interpessoais. Como visto nessas duas passagens, mesmo que os assuntos dissessem respeito a situações ligadas ao coletivo, os processos eram guiados para que cada um olhasse para aquilo que lhe dizia respeito, individualmente, nas situações e não julgar a postura dos outros.

A terceira ecovila, localizada no sudeste do Brasil, foi criada por um grupo de amigos, que já realizavam muitas atividades de caráter comunitário em conjunto. Em determinado momento eles resolveram estudar o modelo de vida das ecovilas, que expandia mundialmente.

A ideia original era criar a comunidade e, ao mesmo tempo, produzir diversos eventos, que aconteceriam tanto dentro da comunidade, como fora dela, facilitando a interlocução com a sociedade no entorno. Os membros gostariam de criar um modelo no qual conseguissem morar na ecovila e se sustentar do trabalho desenvolvido por eles ali mesmo. Esse trabalho teria a função de sensibilizar as pessoas para uma nova visão de mundo. Uma das moradoras mais recentes disse: “O centro de vivências foi a nossa última missão que a gente conseguiu delinear. Um centro de vivências que vai reunir para criar vínculo entre cidade e campo. Era alguma coisa assim e sensibilizar para um novo mundo”.

A ecovila encontra-se em uma área de preservação ambiental (APA). O terreno é de 46 hectares e fica a 16 km do centro de uma cidade de aproximadamente 5.000 habitantes. O acesso à ecovila é via carro, pois não há rua pavimentada na APA. O caminho é repleto de mata virgem e a comunidade tem uma nascente de água em seu terreno. Os membros da ecovila decidiram transformar nove hectares do terreno em uma Reserva Particular de Patrimônio Nacional (RPPN) e eram obrigados a preservar totalmente a área.

O terreno foi dividido em três círculos. O mais baixo era a parte comum, onde se encontravam a entrada, a área de *camping*, a cozinha comunitária, a hospedaria e os plantios. No

segundo círculo, faixa intermediária do vale, ficavam as moradias. No terceiro círculo não havia interferência humana, pois é topo de montanha e a legislação proíbe qualquer modificação.

O grupo que criou a ecovila estabeleceu que todas as decisões seriam feitas por acordos, evitando a estrutura de um contrato escrito. Tudo o que fossem realizar, que interferisse de alguma forma no coletivo e na estrutura física da comunidade, precisava ser acordado anteriormente. Uma das mais antigas moradoras disse: “A nossa estrutura inclui os nossos acordos, que são diretrizes do que a gente pode fazer no espaço coletivo, nas áreas coletivas e que vai incluir desde o que a gente compra, o quanto a gente pode gastar em determinadas coisas”. Nos acordos também são incluídos o material de construção de moradias e as árvores a serem plantadas, por exemplo.

Durante a pesquisa, a comunidade tinha oito moradores. A maioria deles tinha mais de quarenta anos e havia também uma criança. No ano anterior, eles chegaram a ter 23 moradores, sendo nove deles crianças e 14 adultos. Porém, por motivos particulares, tais como cuidado com filhos e finanças, decidiram se mudar da ecovila.

Para além dos moradores, diversas pessoas visitavam a comunidade ao longo do ano. Todos os meses, eles realizavam pelo menos um evento, que, dependendo da sua natureza, podia receber de 10 a 60 pessoas. Eles também recebiam visitas de pessoas que queriam apenas conhecer a ecovila ou mesmo tirar um tempo para descansar.

Um dos principais eventos promovidos pela comunidade era o *Gaia Education*. Esse curso era realizado uma vez por mês, de quarta-feira a domingo, durante cinco meses, em outras cidades. O curso visava transmitir os conhecimentos das quatro dimensões de sustentabilidade (social, cultural, econômica e ecológica) propostos pela *Global Ecovillage Network* – GEN, além de desenvolver junto aos participantes uma visão de mundo que integrasse todos os elementos presentes nas quatro dimensões.

Quando moravam mais crianças na ecovila, eles mantiveram uma escola Waldorf e depois estabeleceram o processo de ecoalfabetização de Fritjof Capra. A escola recebia apenas crianças da

comunidade. A ideia era aprender a partir da experiência prática com o meio ambiente. Com a saída da maioria das crianças, a escola foi desativada.

Os processos sociais visavam não apenas os aspectos práticos do cotidiano da comunidade, mas também o desenvolvimento individual e das relações interpessoais. Quando havia mais residentes ou quando era realizado algum evento na comunidade, os residentes promoviam encontros regulares visando seu autodesenvolvimento, no mesmo estilo da comunidade do norte da Suíça.

Durante um estágio do *Gaia Education* foi possível vivenciar a técnica do Fórum. Durante o encontro uma pessoa que se sintia impelida a falar, vai ao centro e expõe seus sentimentos, pensamentos e vivências. Em seguida, três pessoas vão ao centro voluntariamente, uma de cada vez, para dizer como a fala reverberou nela, com o intuito de coletivizar os sentimentos e as vivências. Também foram realizadas vivências de caminhada e reflexão na mata e cachoeira, para que as pessoas pudessem experimentar-se enquanto parte da natureza e refletir sobre si neste contexto. Além disso, cada encontro era um momento para discutir sobre a sustentabilidade de cada ação humana, como: alimentação, construção, autocuidado, educação, finanças, entre outras. Seja em um almoço, em um passeio ou na visita à casa de alguém.

A ecovila utiliza diversas estratégias para conseguir transformar o comportamento dos moradores. A comunidade estruturava-se com preceitos também adotados nas ecovilas anteriores. Eles utilizam acordos e regras para normatizar a vida comunitária, como na primeira ecovila. Também usavam da bioconstrução. Adicionavam a isso as práticas de si presentes no segundo caso estudado.

Por sua vez, essas práticas de si não se davam somente no nível reflexivo e interpessoal, mas no contato direto com o ambiente que os circundavam. É sabido que a conexão com a natureza promove tanto o bem-estar pessoal quanto comportamentos pró-ambientais (Martin et al., 2020).

Foi possível identificar como cada ecovila criou um modelo de lidar com as questões ambientais a partir dos ideais do grupo original e da estrutura física disponível. A primeira tratava o tema de forma mais técnica e normativa. Eles se preocupavam com a construção e utilizavam normas e prescrições para promover os comportamentos pró-ambientais. A segunda ecovila não tinha a preservação do meio ambiente como foco principal, preferindo o desenvolvimento de cada indivíduo, enquanto sujeito mais reflexivo. Apontaremos à frente os efeitos colaterais desse processo na preservação ambiental. Já a terceira ecovila focava tanto na preservação do meio ambiente como no autodesenvolvimento dos moradores: tinha abordagem técnica de bioconstrução e de preservação do meio ambiente, além de promover a autorreflexão tanto no que dizia respeito ao autoconhecimento, quanto à relação com a natureza.

Quadro 2

Características das três ecovilas

Características	Ecovila 1	Ecovila 2	Ecovila 3
Localização	Oeste da Suíça	Norte da Suíça	Sudeste do Brasil
Acesso aos centros urbanos	Transporte público	Transporte particular, mas é próximo	Transporte particular, mas é distante
Construção	Casa construída para ser uma ecovila	Castelo do século XVIII, difícil de reformar	Casas construídas ao longo do terreno de 46 hectares
População	16	57	8
Língua falada	Francês	Alemão	Português
Grupo que a constituiu	Cooperativa	Grupos espirituais (Seguidores do Tantra de Osho, Contact improvisation, Budista, Sifi-Islã, espiritualistas sem um guia específico)	Grupo de amigos que vivia de forma comunitária e estudava sobre ecovilas

Abordagem para a promoção de comportamentos pró-ambientais	Abordagem técnica de bioconstrução e comportamental	Efeitos secundários vindos da autorreflexão	Abordagem técnica de bioconstrução e incentivo à autorreflexão para promover interações com o meio ambiente
--	---	---	---

Fonte: dados da pesquisa

5.2.2 *Processos de subjetivação e comportamentos pró-ambientais*

Nesta sessão serão analisados quais processos de subjetivação emergiram na vida nas ecovilas, quais comportamentos pró-ambientais foram promovidos e os consequentes resultados para o meio ambiente.

Na primeira ecovila, a redução do impacto ambiental estava intimamente ligada à estrutura física da construção. A casa era construída basicamente de madeira. Apenas o primeiro andar era construído com concreto, devido às exigências de segurança do cantão. O restante das construções era norteado pelos preceitos da bioconstrução. O aquecimento da casa era feito à base de *pelets* (grãos de madeira), que utiliza menos recursos naturais que o aquecimento fornecido pelo cantão, que era à base de óleo e energia nuclear. Como a casa possuía muitos vidros em sua estrutura, isso aumentava o isolamento térmico, não sendo necessário ficar com os aquecedores ligados o dia inteiro no inverno. Com essa estrutura, a casa recebeu o rótulo suíço de sustentabilidade (Minergie).

No que dizia respeito ao comportamento pró-ambiental, as opiniões dos moradores divergiam. Para alguns, a estrutura criada pela cooperativa permitia que se sentissem mais ecológicos. Isso porque consumiam alguns alimentos em conjunto e de produtores locais, além de proporcionar o uso mais otimizado dos espaços físicos.

A logística proposta pela cooperativa incluía a compra de legumes orgânicos de uma fazenda local. Os legumes eram comprados por um preço menor do que o de mercado, pois eram os vegetais que seriam descartados por não estarem bonitos o suficiente para serem vendidos nas

grandes redes de supermercado. Esses legumes eram comprados a partir de um caixa comum e poderiam ser consumidos por todos que estivessem na casa, tanto os moradores quanto os cooperados em serviço. E como a casa também era utilizada como espaço de trabalho, seja pela cooperativa, seja pelas pessoas que trabalhavam em *home office*, os espaços comuns eram sempre ocupados por alguém.

Neste sentido, um dos moradores que era arquiteto disse: “Aqui eu me sinto mais ecológico, pois compartilhamos os legumes e compramos a comida orgânica de um fazendeiro local”. Ele ainda acrescentava que: “O uso do espaço aqui é muito inteligente. Aqui não tem muito espaço obsoleto. A casa inteira é usada o dia inteiro. Enquanto em nosso apartamento na cidade, ele pode ficar obsoleto por 10 horas no dia”.

Para outro morador, que também trabalhava na construção da casa, a bioconstrução da ecovila era exemplar. Ele afirmou que “Aqui eu aprendi muito sobre bioconstrução. Eu pretendo usar os conhecimentos para fazer a minha própria comunidade com alguns amigos”.

Por outro lado, no que diz respeito ao comportamento pró-ambiental individual dos moradores, a opinião era o contrário. Isso porque o consumo individual de alimentos e meios de transporte permanecia semelhante ao que possuíam antes de entrarem na comunidade. Um dos moradores, que era engenheiro dizia que “Aqui não é o top de sustentabilidade. Existem projetos melhores. Aqui cada um tem seu carro. Além de que consumimos como fazíamos antes, sem nos preocuparmos com a sustentabilidade”.

Uma opinião era muito compartilhada pelos habitantes. Eles achavam a estrutura luxuosa. O que por um lado era muito agradável, não incentivava que reduzissem o consumo ou que o fizessem de forma mais responsável. A cozinheira da cooperativa dizia: “Isso aqui é um luxo. Não precisava disso tudo para ser sustentável. Bastava que a vida fosse mais simples, sem muitas regras e restrições”. Essa opinião era reforçada por outro morador: “Esse projeto é legal. É um bom esforço,

mas é difícil reduzir o consumo aqui na Suíça. Dava para ser mais ecológico, mas tem muito luxo na estrutura e na alimentação”.

Podemos analisar que o modelo de governo fundado em uma construção ecologicamente eficiente (baseada no certificado Minergie), normatividades e ausência de práticas de si promoveram o que denominaremos de subjetivação pró-ambiental passiva-estrutural. Com isso afirmamos que a estrutura da ecovila promove uma plataforma em que as pessoas não precisam refletir para ter comportamentos pró-ambientais em seu cotidiano, visto que a estrutura é energeticamente eficiente. Contudo, os comportamentos que dependiam da reflexão e escolha individual não eram alterados, visto que as pessoas não eram levadas a refletir sobre a própria atitude e comportamento dentro de tal estrutura.

Na segunda ecovila, mesmo tendo o desenvolvimento pessoal e social como o foco principal da comunidade, o desenvolvimento ecológico aparece como um preceito da ecovila e apresenta seus efeitos e resultados.

A estrutura física dos edifícios era um dificultador para a renovação estrutural, visando o uso mais eficiente dos recursos naturais. Eles desejavam criar captação de água de chuva e mudar a forma de aquecimento dos prédios, mas não tinham recurso financeiro suficiente para fazê-los. Por outro lado, a vida comunitária, com os processos de autorreflexão promovidos pelas práticas de si, facilitava a criação de projetos ambientalmente sustentáveis. Eles criaram em conjunto a horta de permacultura que atendia aos moradores e um pequeno mercado de comida orgânica dentro da própria comunidade, voltado para o consumo interno.

Em nível individual a vida comunitária produzia três efeitos, no que diz respeito ao consumo. O primeiro remete à tendência da comunidade em atrair pessoas que compartilhem de preceitos ecológicos semelhantes. Na maioria das entrevistas realizadas, os participantes relataram que já consumiam poucos recursos, antes mesmo de morar na comunidade. Como afirma uma das

fundadoras: “Você sabe, eu sempre fui alguém que vivi com pouco, como você pode ver. Eu nunca vivi com muito dinheiro ou consumo”.

Segundo, mesmo considerando-se consumidores de poucos recursos, muitos diziam que a vida em comunidade os tornava mais críticos sobre seu consumo. Eles diziam comprar menos por impulso e mais pela necessidade que tinham. Conforme um dos fundadores da comunidade:

Eu estive na cidade hoje. Tinha a ideia de que “preciso de mais calças ou de calças novas”. Acho que a última coisa que comprei foi há dois anos ou algo assim. E eu percebi que tudo meu é assim, você sabe, rasgado. Por outro lado, há uma parte de mim que quer ser mais adequado ou algo assim e então eu reconheci que era hora de comprar algo. É 'Sommerschlussverkauf' (liquidação de verão) você sabe, as lojas jogam tudo fora antes da nova coleção de inverno. Mas eu cheguei tarde demais. Então o que sobrou foram calças com tamanhos grandes. Eu estava realmente olhando em volta por um tempo e em determinado momento pensei: 'você está perdendo seu tempo, você não encontrará nada'. Ou você compra coisas caras, como coisas realmente novas, sem redução no preço ou você apenas deixa. Então você fica com as coisas antigas. Eu apenas desisti. Eu não preciso disso.

Segundo os entrevistados, essa postura deve-se tanto pelo nível de contentamento com a vida e ressignificação do propósito de cada coisa quanto pela menor necessidade de se apresentar de forma impecável para as outras pessoas. Uma das moradoras mais recentes disse: “Então, quando você está contente com as coisas, não é importante como elas são. Agora eu realmente comecei a apreciar as coisas pelo seu propósito”. Durante o período de observação, ninguém foi visto chegando com compras, além de alimentos. E muitas das coisas antigas, como pequenos objetos e roupas, eram postas no hall de entrada de um dos prédios para que outros moradores pudessem se servir à vontade para pegá-las.

Ter uma horta de permacultura e o mercado na comunidade, também promovia novas experiências. A ida à cidade tornava-se menos necessária, diminuindo o consumo de combustível e de produtos industrializados. A responsável pela horta de permacultura conta essa experiência:

Primeiro de tudo, a horta de permacultura mudou muito o meu consumo. Agora é bem diferente. Eu me questiono, será que eu venho e como aqui o que eu coleteo ou será que eu saio para comprar alguma coisa? Eu percebi também que não fazia sentido comprar algo que vinha de tão longe para comer no inverno. Então eu fiquei mais consciente sobre a alimentação.

Ainda assim, algumas pessoas sentiam que a vida em comunidade havia alterado pouco o seu consumo. Nessas situações elas preferiam preservar a sua individualidade e focar na preservação do seu próprio estilo, como aponta uma das moradoras: “Meus hábitos não mudaram muito. Na minha lista de prioridade está a aparência do meu apartamento. Nós o reformamos e pintamos novamente, deixando tudo bonito e chique”. Mesmo com a horta de permacultura, nem todos utilizavam essa possibilidade. A responsável pelo projeto se surpreendia: “Não entendo alguns moradores. Eles até investem financeiramente no projeto, mas nunca os vi aqui para pegar alguma verdura. Ao menos eles ajudam aos outros que precisam mais”. Mesmo com posturas distintas quanto ao modelo de consumo, isso não se tornava conflito entre os moradores. A tendência da maioria era a reflexão maior sobre seus comportamentos em direção à redução do impacto ambiental, respeitando a individualidade de cada pessoa.

Como aponta Han-Pile (2016), durante as práticas de si, como os círculos de reflexão, os períodos intensivos promovidos pela comunidade e as atividades comunitárias, como o cultivo coletivo da horta e a limpeza e organização dos prédios, exercita-se a crítica ou autocrítica. Ela permite a desidentificação com uma forma de subjetividade, promovendo a construção de novas formas de existência. No caso da presente ecovila, as práticas de si fizeram com que os habitantes superassem em certa medida as influências das normas e da identidade social em seus

comportamentos pró-ambientais (Steg & Groot, 2018). As emoções (Sahakian, Godin & Courtin, 2020) e a moral (Rezvani, Jansson & Bengtson, 2017) individual ganharam mais relevância nas tomadas de decisões, fazendo com que criticassem e reduzissem suas necessidades de consumo.

Apesar das intensificações de comportamentos pró-ambientais promovidas pela vida em comunidade, os sentimentos e opiniões dos moradores quanto à sustentabilidade ambiental da ecovila divergiam. Alguns moradores, ao comparar seu estilo de consumo de recursos com o realizado nos centros urbanos da Suíça, eles consideravam que estavam fazendo um bom trabalho. Uma das moradoras disse: “Muitos aqui dizem que não somos ecológicos, mas quando nos comparo com as pessoas que moram nas cidades, eu acho que fazemos um trabalho excelente”. Por outro lado, um dos atuais gestores da comunidade, que era engenheiro agrônomo, não achava que eles podiam se denominar de ecovila, devido ao gasto energético que têm:

Onde morávamos antes, eu e toda a minha família emitíamos cerca de metade do CO₂ da energia que consumimos aqui. Do meu ponto de vista é uma piada querermos nos chamar de ecovila. Não existe ecovila de forma alguma. E o pior é que usamos 60.000 litros de gásóleo por ano. Em um dia de sol, quando abro a torneira, uso gásóleo para aquecer a água em vez de energia solar.

As críticas em relação aos gastos energéticos dirigiam-se principalmente para as imposições colocadas pela estrutura prévia da construção. A dificuldade de angariar recursos impedia a mudança no sistema de aquecimento, mas a arrecadação de dinheiro já era um projeto iniciado. Também reclamavam da necessidade de terem um carro para o transporte. Um dos habitantes mais recentes disse: “Não gosto muito daqui no ponto de usar carro. O transporte público não é tão próximo daqui. Então se você tem que ir de bicicleta, de ônibus ou de trem por exemplo, é uma longa viagem e também ir até a cidade não é assim tão fácil”. Podemos verificar que mesmo com

intenção de aprimorarem seus comportamentos pró-ambientais, a estrutura atual da construção impunha limites a essas mudanças.

Constatamos que a estrutura de governo da presente ecovila baseava-se nas práticas de si (reuniões semanais e trimestrais para autorreflexão e atividades comunitárias regulares), principalmente no que tange às relações sociais e autoconhecimento. Esse exercício teve como efeito colateral a mudança no comportamento pró-ambiental dos habitantes. O modelo promoveu o que denominamos de *subjetivação pró-ambiental ativa-individual*. Com isso afirmamos que, nesse contexto, os comportamentos pró-ambientais estão ligados à autorreflexão, autocrítica e decisões pessoais. Não queremos dizer que todo o comportamento dependa apenas da iniciativa individual, mas que, mesmo com as limitações das estruturas, os sujeitos se põem a refletir sobre seu comportamento, na construção de uma vida ética, compatível com a moral ambiental que eles desejam seguir.

Já os moradores da terceira ecovila diziam seguir os preceitos da permacultura. Isso significa dizer que procuravam utilizar os recursos naturais com o intuito de não os esgotar, preservando-os ou mesmo regenerando-os. Nesse preceito incluíam as relações intra e interpessoais, considerando-as como parte da natureza. Em entrevista, uma das moradoras disse: “Então, saber ponderar essas coisas é um aprendizado do dia a dia, né? Então, cada coisa dessa você se questiona a sua relação com você mesmo, a sua relação com seus companheiros, com seu filho, com a comunidade”. Outra moradora expandiu essa reflexão para a relação indivíduo e natureza:

Viver na ecovila é viver num lugar que tem um modelo pensado para ser integrado com a natureza. Modelo em que a gente se vê como parte da natureza. Então, tudo aquilo que a gente consome a gente devolve para a natureza de uma forma limpa, o máximo possível, em comparação ao nosso mundo contemporâneo.

Na visão dos entrevistados, a criação da ecovila visava refazer um sistema de vida que responsabilizasse seus moradores no que tange à preservação da natureza e proporcione aprendizado. Nesse novo sistema, eles eram utilizadores mais reflexivos dos recursos naturais e da estrutura física. Para eles, o modelo de vida que criaram era um processo de problematização constante das próprias ações. Eles gostariam de criar um sistema que fosse exemplo para outras pessoas. Essa reflexão constante levava-os a desnaturalizar seu modelo de consumo, compreendendo que era possível criarem modos de vida mais sustentáveis ecologicamente, como abordam dois moradores:

É conseguir estar mais responsável pela minha própria pegada ecológica, mais consciente dela, né? Eu saio, eu me retiro de um sistema onde eu compulsoriamente tenho que utilizar de coisas que eu não acredito e não concordo. Vou buscar uma minimização de impacto e acho que a gente que está aqui tem muito um perfil da educação junto, de buscar experimentar coisas para que isso seja olhado e replicado.

Tinha coisas muito boas de viver na ecovila. Tinha essa problematização constante do que a gente estava fazendo. Como é um grupo pequeno, então a gente problematizava tudo. O que tinha na cozinha? O que a gente comprava? Como que a gente ia lidar com o resíduo do que a gente fazia? E questionava todas as dinâmicas sociais que pareciam meio naturais. Por exemplo, o tratamento do lixo. Deixa o lixo ali que ele desaparece. Eu dou descarga no banheiro, o cocô vai embora e eu não penso mais sobre isso. Tudo que a gente fazia, a gente problematizava. Então é muito aprendizado.

Como realizado na ecovila Cloughjordan/Irlanda (Cunningham & Wearing, 2013), o constante questionamento da sustentabilidade das práticas levava à transformação na forma de refletir a relação com a natureza e no comportamento pró-ambiental. No caso da presente ecovila,

esse questionamento promovia um processo de desaprendizagem e reaprendizagem, ou seja, de desidentificação com uma forma de subjetividade para a construção de outra mais coerente com o projeto (Han-Pile, 2016). Eles criaram subjetividades que se viam como parte da natureza, e não mais sujeitos distintos do meio natural, consumidores de recursos.

Alguns entrevistados apontavam que a relação com a terra não era exclusivamente técnica. Eles sentiam uma interação de alimentação mútua. A educadora da comunidade disse que: “Interagindo com ela [terra], ela tá produzindo alimento para mim. Eu tô alimentando a terra. Eu tô cuidando da terra nessa interação também. É superinteressante de fazer”.

Os moradores da ecovila utilizavam diversas estratégias para promover comportamentos pró-ambientais. Eles utilizavam de normas e dos princípios de permacultura para definir o que seria mais ecológico para a comunidade e para regerem a vida comunitária, e realizavam práticas de si (como encontros e diálogos – seja em sala, seja em contato com o meio ambiente), tanto em nível reflexivo como prático (Luxon, 2008). Esse modelo promoveu resultados ambientais perceptíveis, como a mudança de hábitos de consumo e a preservação e a regeneração da vegetação no entorno, além de modificar a noção de existência dos habitantes, que se sentiam parte constituinte da natureza. Uma das mais antigas moradoras dizia: “somos o elemento autorreflexivo da natureza”.

Esse processo unindo estrutura e práticas de si promoveu impactos substanciais no comportamento e no ambiente. A consequência mais visível foi a regeneração do terreno. Quando compraram os 46 hectares de terra, o terreno era utilizado como pasto. Após 12 anos, o terreno estava reflorestado com vegetação nativa.

O consumo de alimentos e insumos era outra área abordada pela comunidade, no intuito da sua redução e conscientização. Parte da própria alimentação era produzida por eles. As plantações eram orgânicas. Porém, o plantio nem sempre compensava, por conta do alto custo do tratamento ecológico da terra. Era mais econômico comprar alimentos orgânicos dos produtores próximos do que plantar.

Outros insumos eram consumidos direto do ambiente. Esse era o caso da água, pois eles tinham uma fonte no próprio terreno. Muitas frutas eles colhiam direto das árvores, variando segundo a estação. O que não colhiam da terra eles compravam na cidade mais próxima.

Quem morava na ecovila repensava também seu consumo de produtos manufaturados. Alguns habitantes faziam certos produtos eles mesmos. Esses produtos eram roupas, sabonete, desodorante e outros biocosméticos. Por outro lado, a geografia local exigia que comprassem outros produtos que não precisariam se morassem na cidade. Por exemplo, para uma melhor locomoção, um casal precisou comprar um carro com tração nas quatro rodas para suportar a estrada de terra e as subidas do terreno. Precisavam de mais roupa de frio, pois com a floresta, a temperatura era muito menor do que na cidade. E alguns que não tinham telefone celular precisaram comprá-lo, pois era a única forma de comunicação possível no início da comunidade. E o sinal só funcionava no interior das residências dos moradores. Contudo, esse consumo era muito pontual para situações específicas e por necessidade.

As construções também eram alvo de intensa reflexão. Para entender se valia a pena ou não utilizar um produto de bioconstrução ou se seria melhor comprar direto da indústria de construção eles realizavam diversos estudos. Um dos primeiros moradores disse: “Tem a pegada ecológica relativa. Não sei como ver. Mas tem toda uma dificuldade de você chegar a uma realidade exata do que realmente é fundamental e do que não é.”

Os estudos de sustentabilidade da construção iam desde os alicerces e paredes que eram prioritariamente de madeira e tijolos crus, ao sistema de tratamento de águas negras. Esse sistema era o esgoto, no caso das cidades. Eles criavam, em cada casa, a própria forma de captação dos rejeitos dos banheiros, que após o tratamento, seriam reutilizadas no cultivo das árvores. Não utilizavam nas hortas por receio de contaminarem a plantação de legumes e verduras com alguma bactéria que poderiam ingerir depois.

As relações com os outros animais também eram pontos de questionamento. Eles não permitiam a presença de animais domésticos morando na ecovila, para evitar que interferissem no ciclo natural dos animais nativos. Porém, eles também aprenderam que a floresta não deveria ser intocada. Eles precisavam manter uma distância entre suas casas e a mata, pois, com a decisão de não usarem veneno para eliminar os animais que poderiam lhes perturbar, corriam o risco de encontrar animais peçonhentos em seus cômodos. Isso se estendia às aves também, pois elas comiam os alimentos que plantavam. Como disse uma entrevistada: “A gente tem que lembrar que não é só o ser humano que come frutas, verduras e legumes”. Em um de seus acordos, eles seguiam uma alimentação ovolactovegetariana. Eles não consumiam nenhum tipo de carne no interior da comunidade e muitos estendiam esse comportamento para o exterior da ecovila.

Por fim, cabe ressaltar que a estrutura física da comunidade dificultava a permanência dos moradores na ecovila. O difícil acesso, a distância dos serviços de saúde e escola, além dos desafios para gerar renda, levavam alguns moradores a buscarem centros mais urbanos para morar.

Do cotidiano da terceira ecovila emergiu o que denominamos de subjetivação pró-ambiental ativa-estrutural. Por um lado, os comportamentos pró-ambientais estão ligados a uma estrutura que exige de seus moradores determinadas ações e reflexões sobre o tema da sustentabilidade ambiental. Por outro, o funcionamento desta estrutura depende da autorreflexão e da autoexperimentação dos habitantes em interação direta com o meio ambiente (Luxon, 2008). Entretanto, mesmo atingindo bons resultados na redução da pegada ecológica, morar nesse sistema se mostrou um desafio, por conta da ausência de estrutura de saúde, educação e trabalho acessível a todos os moradores da ecovila.

A comparação dos três modos de subjetivação que emergiram no cotidiano das ecovilas, ressaltou a importância das práticas de si na transformação dos comportamentos pró-ambientais. As estruturas físicas e de governo se apresentaram como facilitadoras ou dificultadoras da execução dessa modalidade de comportamento. Entretanto, foram os exercícios dos habitantes das ecovilas

sobre si mesmos que possibilitaram a mudança de atitude e comportamento individuais em prol da preservação e recuperação do meio ambiente.

5.3 Discussão

Com a análise conseguimos destacar três diferentes processos de subjetivação que emergiram nas ecovilas a partir das suas estratégias para preservação do meio ambiente. São elas: 1) *subjetivação pró-ambiental passiva-estrutural*; 2) *subjetivação pró-ambiental ativa-individual*; e 3) *subjetivação pró-ambiental ativa-estrutural*. Cada um desses processos apresentou seus prós e contras.

No modo de subjetivação pró-ambiental passivo-estrutural, a ecovila se preocupava em construir sua estrutura a partir de modelos eco-eficientes, no intuito de receber certificação de eficiência energética. Por um lado, as estratégias baseadas em regras e estrutura faziam com que os habitantes tivessem vidas que impactassem menos o meio ambiente, sem exigir reflexões e transformações subjetivas dos habitantes. Por outro lado, a falta de espaço para realizarem práticas de si e questionarem o próprio comportamento fazia com que os moradores não transformassem os comportamentos que dependessem dos próprios indivíduos, além de dificultarem a vinculação deles com o projeto.

No modo de subjetivação pró-ambiental ativo-individual, a comunidade instalou-se em um edifício previamente construído, pouco eficaz energeticamente. O foco principal da comunidade era o desenvolvimento pessoal e social de seus moradores a partir de práticas de si. Por um lado, esse contexto fazia com que o consumo energético da comunidade fosse maior do que o desejado por eles. Por outro lado, a autorreflexão e a vinculação social promovida pelas práticas de si permitiam que os indivíduos questionassem as suas posturas e criassem projetos pró-ambientais. Entretanto, as mudanças não atingiam a todas as pessoas, dependendo da intenção de cada um.

Por fim, temos o modo de subjetivação pró-ambiental ativo-estrutural, no qual a comunidade tinha como premissa, tanto o investimento em infraestrutura e regras que conduzissem à preservação do meio ambiente, quanto o investimento em práticas de si, visando o desenvolvimento pessoal e coletivo, e a vinculação dos seres humanos com a natureza. As práticas iam além da reflexão, utilizavam também a experimentação junto ao meio circundante. Esses processos promoviam transformações subjetivas, nos quais eles passaram a se considerar parte da natureza e os fez com que, inclusive, regenerassem o meio ambiente em que viviam.

Contudo, para estar próximos a florestas e rios, eles precisavam morar distante de centros urbanos. Isso dificultava o acesso a serviços de saúde e educação, e criação de atividades que gerassem renda. Estes fatores eram empecilhos para que algumas pessoas continuassem morando na ecovila, fragilizando o projeto.

As práticas de si possibilitaram a criação de um espaço em que os sujeitos que a realizavam pudessem se distanciar do seu modo de pensar prévio e refletir qual caminho desejam trilhar a partir de então. Nesse sentido, se alcança mais autonomia, se subjugando menos às normas já estabelecidas. Como acompanhamos na vida das ecovilas, a presença das práticas de si empoderavam os sujeitos para decidirem sobre a forma que desejariam agir em relação à preservação do meio ambiente. Os moradores conseguiam ressignificar as normas de consumo que carregavam consigo, para promoverem novas formas de estar no mundo, entendendo que as suas ações foram naturalizadas e agora poderiam ser reflexivas.

5.4 Conclusão

O presente artigo provê evidências de que as práticas de si são fatores relevantes para que os habitantes de ecovilas desenvolvam comportamentos pró-ambientais. Os dois fatores analisados, estrutura e práticas de si, apresentam potenciais na indução de consumo de recursos de forma mais conscientes e menos ofensiva ao meio ambiente. Contudo, as práticas de si é que se mostraram

eficazes no desenvolvimento de subjetividades preocupadas com a preservação do meio ambiente. Por outro lado, a união das práticas de si com estruturas voltadas para comportamentos pró-ambientais, potencializaram as transformações subjetivas e a preservação e regeneração do meio ambiente.

Podemos afirmar também que as práticas de si, associadas ao contato contínuo com o meio ambiente, alteravam não só a reflexão, mas o modo de se ver no mundo. A relação com a natureza era ressignificada, impulsionando a vontade de tomar atitudes que preservassem o meio ambiente e consequentemente a si mesmos.

Constatamos também que a ausência de práticas de si gerou entraves na vida comunitária de projetos que visam a sustentabilidade ambiental. As práticas pró-ambientais, quando trabalhadas de forma exclusivamente normativa, limitam a liberdade de seus moradores. Sendo assim, mesmo que o projeto consiga resultados na preservação do meio ambiente, ele não consegue a vinculação das pessoas e nem promover nelas o interesse de transformarem o seu comportamento pró-ambiental.

Conclui-se que o presente trabalho lança novas luzes sobre a discussão em torno dos comportamentos pró-ambientais, abrindo uma nova área de discussão que são as práticas de si. Os resultados também são úteis para o desenvolvimento de projetos comunitários que visem a preservação do meio ambiente. As práticas de si se mostram instrumentos efetivos para a boa execução dos projetos e para que eles atinjam os objetivos desejados.

A pesquisa apresenta limitações em relação a sua generalização por tratar de observações participantes. Os resultados precisam ser analisados a partir de seus contextos. Por isso torna-se importante que esse modelo de pesquisa sobre práticas de si e os processos de subjetivação pró-ambiental seja replicado para testar sua validade e aplicabilidade em outros contextos.

6 Considerações finais

Após a realização das observações participantes nas três ecovilas, e analisar e comparar os processos de subjetivação que se desenvolvem nelas, conseguimos alcançar novas compreensões e desenvolvimentos teóricos no que tange à vida comunitária e aos comportamentos pró-ambientais das pessoas que decidem assumir esse novo modelo de vida.

Esta tese apresenta uma nova perspectiva teórica para abordar a vida em comunidade, a partir dos conceitos foucaultianos de governo, práticas de si e cuidado de si, e dos processos de subjetivação que emergiram de cada contexto. As análises realizadas mostram que tanto a organização de governos mais ou menos participativos nas ecovilas, quanto a presença ou ausência de práticas de si, influenciaram fortemente as vidas comunitárias e os comportamentos pró-ambientais dos moradores.

No que diz respeito à vida comunitária, a estratégia de governo mais verticalizada que não gerava espaços para que os sujeitos refletissem sobre as suas subjetividades, ações e relacionamentos, exacerbava os conflitos e aumentava a rotatividade de moradores. Os habitantes se sentiam menos comprometidos com a vida comunitária e com menos espaços para se expressarem.

Quando a estratégia de governo era mais horizontalizada, e com encontros regulares para refletir sobre si mesmo e a relação com os outros, os moradores dispunham-se mais às mudanças de posturas e a escutar os posicionamentos dos outros.

Neste último modelo, as práticas de si tornavam-se mais presentes. Os sujeitos trabalhavam sobre suas próprias subjetividades, na busca de transformarem-se em prol de um desenvolvimento pessoal sustentável e da manutenção da vida em conjunto. Os moradores celebravam mais o compartilhamento da vida e mostravam-se mais abertos às diferenças. Isso não significa dizer que a vida se tornava plena de sentido e sem conflitos. A presença de questionamentos sobre a solidão, a própria subjetividade e os conflitos permaneciam.

Mesmo morando perto, as pessoas sentiam-se distantes em diversos momentos. As relações interpessoais não eram suficientes para atingir a plenitude idealizada na comunidade. Eles se

colocavam limites, pois, enquanto um desejava a companhia, outro preferia resolver suas questões individuais. Por fim, ocorriam conflitos entre a individualidade e a coletividade. As regras das comunidades e os desejos individuais nem sempre eram congruentes. Para alguns, esses conflitos eram o suficiente para que deixassem as ecovilas. Para outros, o espaço de reflexão possibilitava a transformação tanto das subjetividades individuais quanto dos direcionamentos da comunidade como um todo.

Cabe ressaltar que os desafios estruturais também foram um condicionante significativo desses processos de subjetivação individuais e coletivos. A proximidade maior ou menor de recursos de saúde, educação, transporte e trabalho, ou uma estrutura de moradia mais adaptada para receber crianças e idosos interferiam nas condições objetivas de vida. Isso influenciava a vontade de morar em comunidade, com o intuito de criar uma ética de vida que valorizasse relações intensas com os companheiros de comunidade e a preservação da natureza. O difícil acesso à estrutura de apoio, ou a acessibilidade das moradias representavam limites para muitos que gostariam de assumir esse novo modo de vida.

Quanto aos comportamentos pró-ambientais, os modelos de governo e a presença ou ausência de práticas de si também produziam diferentes processos de subjetivação, mas em sentido diverso ao apresentado sobre a vida comunitária. As organizações mais diretivas e que não promoviam espaços de autorreflexão (seja individual ou em conjunto) acabavam por produzir subjetividades que não transformavam a relação do indivíduo com a natureza. Mesmo que o consumo reduzisse, isso se devia mais pela estrutura física e de governo da comunidade, do que de uma mudança reflexiva pessoal sobre o próprio comportamento. Alguns hábitos que impactavam negativamente o meio ambiente – tais como o consumo de alimentos, bens duráveis ou automóveis, que tivessem impacto significativo no meio ambiente – mantinham-se, sem que os moradores refletissem mais profundamente sobre o assunto.

Já a presença de modelos de governo mais horizontais, que propunham a preservação do meio ambiente e promoviam espaços de práticas de si, integravam o cuidado com o meio ambiente com o cuidado de si. O desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais não ocorriam apenas por conta da estrutura da comunidade. Em alguns momentos isso acontecia apesar das limitações impostas pela estrutura física. O que era transformado era o engajamento de cada um. Eles passavam a questionar o modelo de construção, de produção e consumo de alimentos, bem como o consumo de bens duráveis. Não que cessasse o consumo, mas ele passou a ser feito de forma mais consciente, na maioria dos casos. Os moradores também desenvolveram projetos, tais como horta comunitária e modelos de compras de alimentos orgânicos.

Outra constatação é que as práticas de si unidas à vivência direta com um meio ambiente mais preservado promoviam mudanças tanto no comportamento, quanto na noção de relação entre seres humanos e o meio ambiente. Nesse desenho, os moradores não se viam apenas consumidores de recursos naturais, mas sentiam-se como parte da própria natureza. Os ritmos biológicos, o autocuidado, a circularidade da vida, tudo isso era pensado de forma integrada com a natureza. Até mesmos as intervenções no ambiente entorno tornavam-se mais cautelosas, para que todos os seres pudessem ter seus espaços respeitados.

Por fim, podemos concluir que as vidas em ecovilas apresentam potencial para contrapor o isolamento social vivido em grandes centros urbanos e a degradação do meio ambiente que promovemos na atualidade. Entretanto, isso se torna efetivo a partir das estratégias de governo das comunidades, da possibilidade e disponibilidade de os moradores trabalharem as suas subjetividades e relações com os outros, além da organização física de cada local. Com atenção a esses aspectos é que se torna possível rever a própria atitude e redirecioná-la, o que permite que as relações entre as pessoas, as comunidades e o meio ambiente se sustentem.

Dada a metodologia utilizada ao longo da pesquisa, os dados apresentam limitações quanto à generalização. Ao se pensar em ecovilas, os modelos aqui apresentados restringem-se às

comunidades intencionais e em contextos específicos. Entretanto, mesmo sendo insuficiente para atingir a todas as comunidades, o fato de terem sido realizadas observações participantes em três contextos diferentes permitiu análises comparativas que demonstraram relativa abrangência, capaz de serem utilizadas como ferramenta de reflexão para outros locais e culturas.

Dado o escopo dessa pesquisa que se direcionou para os processos de subjetivação que emergiram da vida comunitária e da preservação do meio ambiente, não foi possível avaliar a influência da economia neste processo, mesmo ela tendo aparecido como atravessamentos ao longo das análises. Essa se mostra uma área essencial para a vida comunitária, mas que ainda recebe pouca atenção dos pesquisadores, merecendo estudos mais aprofundados.

Referências:

- Aagaard, J., & Matthiesen, N. (2015). Methods of materiality: Participant observation and qualitative research in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 13(1), 33–46. <https://doi.org/10.1080/14780887.2015.1090510>
- Anantharaman, M. (2018) Critical sustainable consumption: a research agenda. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, 8, p. 553–561. <https://doi.org/10.1007/s13412-018-0487-4>
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante* (Tradução: José Fonseca). Artmed Editora SA.
- Ayres, J. (2012). Power and love: a theory and practice of social change. *Community Development*, 43(2), 278–279. <https://doi.org/10.1080/15575330.2012.681503>
- Barr, A. (2005). The contribution of research to community development. *Community Development Journal*, 40(4), 453–458. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsi091>
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences.*: SAGE Publications Ltd.
- Becker, H. S. (2014). *What about Mozart? What about murder? Reasoning from cases.* The University of Chicago Press.
- Boyer, R.H.W. (2016). Achieving one-planet living through transitions in social practice: a case study of Dancing Rabbit Ecovillage. *Sustainability: Science, Practice & Policy*, 12(1).<https://doi.org/10.1080/15487733.2016.11908153>
- Brombin, A. (2015). Faces of sustainability in Italian ecovillages: food as ‘contact zone’. *International Journal of Consumer Studies*, 39, 468–477. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12225>
- Brown, M. E. & Baker, B. L. (2019). “People first”: Factors that promote or inhibit community transformation, *Community Development*, 50(3), 297–314. <https://doi.org/10.1080/15575330.2019.1597911>
- Buikstra, E., Ross, H., King, C. A., Baker, P. G., Hegney, D., McLachlan, K., Rogers-Clark, C. (2010) The components of resilience — Perceptions of an Australian rural community, *Journal of Community Psychology*, 38(8), 975–991. <https://doi.org/10.1002/jcop.20409>
- Burke, B. J. & Arjona, B. (2013). Creating Alternative Political Ecologies through the Construction of Ecovillages and Ecovillagers in Colombia. In: Lockyer, J & Veteto, J. R. (Eds.) *Environmental Anthropology Engaging Ecotopia: Bioregionalism, Permaculture, and Ecovillages.* (pp. 235-250) Berghahn.

- Candiotto, Cesar (2008). Subjetividade e verdade no último Foucault [Subjectivity and truth in the last Foucault]. *Trans/Form/Ação*, 31(1), 87–103. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732008000100005>
- Casey, K, Lichrou, M. & O'Malley, L. (2017). Unveiling Everyday Reflexivity Tactics in a Sustainable Community. *Journal of Macromarketing*, 37(3), 227–239. <https://doi.org/10.1177/0276146716674051>
- Castro-Gomes, S. (2016). *Historia de la gubernamentalidad II: filosofía, cristianismo y sexualidad en Michel Foucault*. Siglo del Hombre Editores.
- Cavalcanti, A. D. L. (2019). O mal-estar do coletivo: uma análise sobre as liberdades individuais dentro de uma ecovila. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 14(2).
- Chavis, D. M. (2001). The Paradoxes and Promise of Community Coalitions. *American Journal of Community Psychology*, 29(2), 309–320. <https://doi.org/10.1023/A:1010343100379>
- Chitawere, T. (2017). *Sustainable Communities and Green Lifestyles: Consumption and Environmentalism*. Routledge.
- Coelho, F., Pereira, M. C., Cruz, L., Simões, P. & Barata, E. (2017). Affect and the adoption of pro-environmental behaviour: A structural model. *Journal of Environmental Psychology*, 54, 127–138. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.10.008>
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre as cinco abordagens*. Artmed.
- Crowley, T. (2013). Climbing mountains, hugging trees: A cross-cultural examination of love for nature, Emotion. *Space and Society*, 6, 44–53. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2011.10.005>
- Cunningham, P.A. & Wearing, S.L. (2013). The Politics of Consensus: An Exploration of the Cloughjordan Ecovillage. *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, 5(2).
- Davies, A. R. and Doyle, R. (2015). Transforming Household Consumption: From Backcasting to HomeLabs Experiments. *Annals of the Association of American Geographers* 105(2), p. 425–436. <https://doi.org/10.1080/00045608.2014.1000948>
- Denegri-Knot, J., Nixon, E. & Abraham, K. (2018) Politicising the study of sustainable living practices. *Consumption Markets & Culture*, 21(6), 554–573. <https://doi.org/10.1080/10253866.2017.1414048>
- Desmond, M. (2014). Relational ethnography. *Theory and Society*, 43, 547–579. <https://doi.org/10.1007/s11186-014-9232-5>
- DeWalt, K. M., & DeWalt, B. R. (2011). *Participant observation: A guide for fieldworkers*. Lanham: Altamira Press.

- Diniz, R. F. (2016). Permacultura como um estilo de vida sustentável: o olhar da psicologia ambiental. *INTERthesis*, 13(2). <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n2p106>
- Ergas, C. (2010). A Model of Sustainable Living: Collective Identity in an Urban Ecovillage. *Organization & Environment*, 23(1), 32-54. <https://doi.org/10.1177/1086026609360324>
- Esteves, A.M. (2017). Radical Environmentalism and “Commoning”: Synergies Between Ecosystem Regeneration and Social Governance at Tamera Ecovillage, Portugal. *Antipode*, 49(2), 357–376. <https://doi.org/10.1111/anti.12278>
- Feldman, M. S. & Orlikowski, W. J. (2011) Theorizing Practice and Practicing Theory. *Organization Science*, 22(5), 1240–1253. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0612>
- Ferreira-Neto, J. L. (2017). A analítica da subjetivação em Michel Foucault [The analysis of subjectivity in Michel Foucault]. *Polis e Psique*, 7(3), 7–25. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.76339>
- Fornara, F., Carrus, G., Passafaro, P. & Bonnes, M. (2011). Distinguishing the sources of normative influence on proenvironmental behaviors. *Group processes & intergroup relations*, 14(5). <https://doi.org/10.1177/1368430211408149>
- Fornet-Batencourt, R., Becker, H., Gomez-Müller, A & Gauthier, J. D (1987). The ethic of care for the self as a practice of freedom: An interview with Michel Foucault on January 20, 1984. *Philosophy & Social Criticism*, 12(2–3), 112–131. <https://doi.org/10.1177/019145378701200202>
- Foucault, M. (1978). *O que é a crítica? Crítica e Aufklärung*. (G. Borges, Trad.) Recuperado a partir de <http://portalgens.com.br/portal/imagens/stories/pdf/critica.pdf>
- Foucault, M. (1983). On the genealogy of ethics: an overview of work in progress. In Rabinow, P. & Dreyfus, H. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago, Il: University of Chicago Press (pp. 231–249).
- Foucault, M. (1987). The ethic of care for the self as a practice of freedom: an interview with Michel Foucault on January 20, 1984. *Philosophy & Social Criticism*, 12(2–3), 112–131. <https://doi.org/10.1177/019145378701200202>
- Foucault, M. (1995). Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In Rabinow, Dreyfus. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* (pp. 231-249). Tradução: Vera Portocarrero. Barueri: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1997a). What is critique. In: *The politics of truth* (pp. 41-81). S. Lotringer (ed.) Los Angeles, EUA: Semiotext(e).
- Foucault M. (1997b). *Ethics: Subjectivity and Truth. Essential Works of Michel Foucault, 1954–1984*. Vol. 1. New York, EUA: New Press.

- Foucault, M. (1998). *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2000). *O que são as Luzes? Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Ditos e escritos II*. (E. Monteiro). Barueri: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2000). *O que são as Luzes? [What are the lights?] In: Ditos e escritos II [Sayings and Writings II]*. Barueri: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). *A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005). *The Hermeneutics of the Subject: Lectures at the Collège de France 1981–1982*. Translate: Graham Burchell. London: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (2007). *Security, territory, population: Lectures at the Collège de France 1977–78*. London: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território e População: Curso dado no Collège de France 1977–78*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *The government of self and others: Lectures at the Collège de France 1982–1983*. London: Palgrave Macmillan.
- Gilman, R. (1991). The ecovillage challenge: The challenge of developing a community living in balanced harmony—with itself as well as nature—is tough, but attainable. *In Context*, 29, 10–14.
- Ginev, D. (2019). Conceptualizing the human body within practice theory. *Social Science Information*, 58(1). <https://doi.org/10.1177/0539018419836847>
- Global Ecovillage Network – GEN (2020). What is an Ecovillage? Pesquisado em <https://ecovillage.org>. Acessado 13 de abril de 2020.
- Gonzales, P. A. & Dans, E. P. (2018). From intentional community to ecovillage: tracing the Rainbow movement in Spain. *GeoJournal*, 1-19. <https://doi.org/10.1007/s10708-018-9917-9>
- Graham-Rowe, E., Jessop, D. C. & Sparks, P. (2019) Self-affirmation theory and pro-environmental behaviour: Promoting a reduction in household food waste, *Journal of Environmental Psychology*, 62, (pp. 124-132). <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.02.003>.
- Grønhøj, A. & Thøgersen, J. (2017). Why young people do things for the environment: The role of parenting for adolescents' motivation to engage in pro-environmental behaviour, *Journal of Environmental Psychology*, 54, . 11-19. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.09.005>
- Hall, R. (2015). The ecovillage experience as an evidence base for national wellbeing strategies. *Intellectual Economics*, 9(1), 30–42. <https://doi.org/10.1016/j.intele.2015.07.001>

- Han-Pile, B. (2016). Foucault, normativity and critique as a practice of the self. *Continental Philosophy Review*, 49, 85–101. <https://doi.org/10.1007/s11007-015-9360-2>
- Hargreaves, T. (2011). Practice-ing behaviour change: Applying social practice theory to pro-environmental behaviour change. *Journal of Consumer Culture*, 11(1), 79–99. <https://doi.org/10.1177/1469540510390500>
- Hong, S. & Vicdan, H. (2015). Re-imagining the utopian: Transformation of a sustainable lifestyle in ecovillages. *Journal of Business Research*, 69, 120–136. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2015.07.026>
- Huning, S. M. & Scisleski, A. C. (2018). Ressonâncias de uma epistemologia foucaultiana em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*. 30, 1–10, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i170632>
- Hustedde, R. J. & Ganowicz, j. (2002). The Basics: what's Essential about Theory for Community Development Practice?, *Journal of the Community Development Society*, 33(1), 1–19. <https://doi.org/10.1080/15575330209490139>
- Hyman, D., Higdon, F. X. & Martin, K. E. (2001). Reevaluating Community Power Structures in Modern Communities. *Journal of the Community Development Society*, 32(2), 199–225. <https://doi.org/10.1080/15575330109489678>
- Johannes, B. (2017). Living degrowth - a transformative endeavour?: investigating practices, motivations and challenges of living for a new era. In: *Master Thesis Series in Environmental Studies and Sustainability Science*, Lund, Suécia: Lund University Press.
- Kirby, A. (2003). Redefining social and environmental relations at the ecovillage at Ithaca: A case study. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 323–332. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(03\)00025-2](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00025-2)
- Labanca, N. & Bertoldi, P. (2018). Beyond energy efficiency and individual behaviours: policy insights from social practice theories. *Energy Policy*, 115, 494–502. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.01.027>.
- Lawford, H. L., & Ramey, H. L. (2017). Predictors of early community involvement: Advancing the self and caring for others. *American Journal of Analytical Psychology*, 59, 133–143. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12120>
- Lea, J. (2009). Liberation or Limitation? Understanding Iyengar Yoga as a Practice of the Self. *Body & Society*, 15(3), 71–92. <https://doi.org/10.1177/1357034X09339100>
- Lefebvre, A. (2017). The End of a Line: Care of the Self in Modern Political Thought. *Genealogy*, 1,(2). <https://doi.org/10.3390/genealogy1010002>

- Lemke, T. (2002). Foucault, Governmentality, and Critique. *Rethinking Marxism*, 14(3), 49-64. <https://doi.org/10.1080/089356902101242288>
- Litfin, K. T. (2014). *Ecovillages: Lessons for Sustainable Community*. Cambridge, UK: Polity.
- Lopez, L. S. & Prada, D. F. S. (2015). El movimiento de ecoaldeas como experiencia alternativa de Buen Vivir. *Polis*, 14(40), 209–231. <https://doi.org/10.4067/S0718-65682015000100011>
- Luxon, N. (2008). Ethics and Subjectivity: Practices of Self-Governance in the Late Lectures of Michel Foucault. *Political Theory*, 36(3), 377–402. <https://doi.org/10.1177/0090591708315143>
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social [Psychology and the production of care in the field of social well-being]. *Psicologia Sociedade*, 21(3), 293–300. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300002>
- Markle, E. A., Rodgers, R., Sanchez, W. & Ballou, M. (2015). Social support in the cohousing model of community: a mixed-methods analysis. *Community Development*, 46(5), 616–631. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1086400>
- Martin, L., White, M. P., Hunt, A., Richardson, M., Pahl, S. & Burt, J. (2020). Nature contact, nature connectedness and associations with health, wellbeing and pro-environmental behaviours. *Journal of Environmental Psychology*, 68. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101389>
- Martinez-Cosio, M. & Bussel, M. R. (2012). Private foundations and community development: differing approaches to community empowerment. *Journal of the Community Development Society*, 43(4), 416–429. <https://doi.org/10.1080/15575330.2012.705869>
- Maton, K. I. (2008). Empowering community settings: Agents of individual development, community betterment, and positive social change. *American Journal of Community Psychology*, 41, 4–21. <https://doi.org/10.1007/s10464-007-9148-6>
- Mendes, K.D.S., Silveira, R.C.C.P. & Galvão, C.M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 17(4), 758–764. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Merz-Benz, P-U. (2006). Beyond the Individualism, the Theorem of Community and Society – Ferdinand Tönnies and Communitarianism. *Swiss Journal of Sociology*, 32(1), 27-52.
- Muñoz-Villarreal, E. M. (2018). Ecoaldeas en Colombia transitando hacia el buen vivir. *Entramado*, 14(2), p. 114–131. <https://doi.org/10.18041/1900-3803/entramado.2.4754>
- Mychajluk, L. (2017). Learning to live and work together in an ecovillage community of practice. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 8(2), 179–194. <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.rela9092>

- Myers, E. (2008). Resisting Foucauldian ethics: Associative politics and the limits of the care for the self. *Contemporary Political Theory*, 7, 125–146. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpt.2007.25>
- O’Neil, D.W. (2018). A Good Life For All Within Planetary Boundaries. Pesquisado em: <https://goodlife.leeds.ac.uk/countries/#Switzerland>. Acessado em 25 de setembro de 2019.
- Orlikowski, W. J. (2007). Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. *Organization Studies*, 28(09), p. 1435–1448. <https://doi.org/10.1177/0170840607081138>
- Pelto, P. J. (2013). *Applied ethnography: guidelines for field research*. London and New York: Routledge.
- Pickerill, J. (2015). Cold Comfort? Reconceiving the Practices of Bathing in British Self-Build Eco-Homes. *Annals of the Association of American Geographers*, 105(5), p. 1061-1077. <https://doi.org/10.1080/00045608.2015.1060880>
- Pigg, K. E. (2002) Three Faces of Empowerment: Expanding the Theory of Empowerment in Community Development. *Journal of the Community Development Society*, 33(1), 107–123, <https://doi.org/10.1080/15575330209490145>
- Prado Filho, K., & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s) [Subjectivity as an object of psychology]. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14–19. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>
- Prado Filho, Kleber, & Martins, Simone. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14–19. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>
- Pratt, K. (2012). Rethinking community: Conservation, practice, and emotion, Emotion. *Space and Society*, 5(3), 171–185. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2011.08.003>
- Randall, J., & Munro, I. (2010). Foucault’s care for the self: A case from mental health work. *Organization Studies*, 31(11), 1485–1504. <https://doi.org/10.1177/0170840610380809>
- Reckwitz, A. (2002). Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5(2), 243–263. <https://doi.org/10.1177/13684310222225432>
- Renzaho, A. M. A., Richardson, B., & Strugnell, C. (2012). Resident well-being, community connections, and neighbourhood perceptions, pride, and opportunities among disadvantaged metropolitan and regional communities: Evidence from the neighbourhood renewal project. *Journal of Community Psychology*, 40(7), 871–885. <https://doi.org/10.1002/jcop.21500>
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault. Conceitos essenciais*. Trad: Filho, C. P. & Milanez, N. Editora Claraluz.

- Revell, P. & Dinnie, E. (2020). Community resilience and narratives of community empowerment in Scotland. *Community Development Journal*, 55(2), 218–236. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsy038>
- Rezvani, Z., Jansson, J. & Bengtsson, M. (2017). Cause I'll Feel Good! An Investigation into the Effects of Anticipated Emotions and Personal Moral Norms on Consumer Pro-Environmental Behavior, *Journal of Promotion Management*, 23(1), 163–183. <https://doi.org/10.1080/10496491.2016.1267681>.
- Rocha, B. B. & Martins, J. F. G. (2019). Identidade e o sentido do trabalho em comunidade autossustentável. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 6(5), 77–88.
- Rose, N., O'Maley, P. & Valverde, M. (2006). Governmentality. *Annual Review of Law and Social Science*, 2, 83–104. <https://doi.org/10.1146/annurev.lawsocsci.2.081805.105900>
- Rouse, J. (2007). Practice Theory. *Philosophy of Anthropology and Sociology*, p. 639–681. <https://doi.org/10.1016/B978-044451542-1/50020-9>
- Roux-Rosier, A., Azambuja, R. & Islam, G. (2018). Alternative visions: Permaculture as imaginaries of the Anthropocene. *Organization*, 25(4), 550–572. <https://doi.org/10.1177/1350508418778647>
- Roysen, R. (2018). O corpo e a adoção de práticas sustentáveis: estudo de caso em uma ecovila. *Psicologia & Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30164236>
- Roysen, R. & Mertens, F. (2016). Difusão de práticas sociais sustentáveis em nichos de inovação social de base: o caso do movimento das ecovilas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 39, 275–295. <https://doi.org/10.5380/dma.v39i0.46673>
- Roysen, R. & Mertens, F. (2016). Difusão de práticas sociais sustentáveis em nichos de inovação social de base: o caso do movimento das ecovilas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 39, 275–295. <https://doi.org/10.5380/dma.v39i0.46673>
- Roysen, R. & Mertens, F. (2019). New normalities in grassroots innovations: The reconfiguration and normalization of social practices in an ecovillage. *Journal of Cleaner Production*, 236. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.117647>
- Ruepert, A. M., Keizer, K. & Steg, L. (2017). The relationship between Corporate Environmental Responsibility, employees' biospheric values and pro-environmental behaviour at work, *Journal of Environmental Psychology*, 54, p. 65–78. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.10.006>
- Sahakian M, Godin L. & Courtin I. (2020). Promoting 'pro', 'low', and 'no' meat consumption in Switzerland: the role of emotions in practices. *Appetite*. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2020.104637>

- Sahakian M. (2019). 'More, bigger, better' household appliances: Contesting normativity in practices through emotions. *Journal of Consumer Culture*. <https://doi.org/10.1177/1469540519889983>
- Sahakian, M. & Bertho, B. (2018). Exploring emotions and norms around Swiss household energy usage: When methods inform understandings of the social. *Energy Research and Social Sciences*. 45: 81–90. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2018.06.017>
- Sahakian, M. & Wilhite, H. (2014). Making practice theory practicable: towards more sustainable forms of consumption. *Journal of Consumer Culture*, 14(1), 25–44. <https://doi.org/10.1177/1469540513505607>
- Schatzki, T. R. (1996). *Social Practices: a Wittgensteinian approach to human activity and the social*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Scheer, M. (2012). Are emotions a kind of practice (and is that what makes them have a history)? A Bourdieunian approach to understanding emotion. *History and Theory*, 51(2):193–220. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2303.2012.00621.x>
- Schiffer, S. J. (2018). "Glocalized" Utopia, Community-Building, and the Limits of Imagination. *Utopian Studies*, 29(1), 67-87. <https://doi.org/10.5325/utopianstudies.29.1.0067>
- Shove, E. & Pantzar, M. (2005). Consumers, Producers, and Practices: Understanding the invention and reinvention of Nordic walking. *Journal of Consumer Culture*, 5(1), 43–64. <https://doi.org/10.1177/1469540505049846>
- Shove, E. et al. (2012). *The dynamics of social practice: everyday life and how it changes*. California: Sage Publications.
- Shove, E., and G. Walker. 2007. "Caution! Transitions Ahead: Politics, Practice, and Sustainable Transition Management". *Environment and Planning A*, 39 (4): 763–770. <https://doi.org/10.1068/a39310>
- Skalen, P. (2009). Service marketing and subjectivity: the shaping of customer-oriented employees. *Journal of Marketing Management*, 25(7–8), 795–809. <https://doi.org/10.1362/026725709X471631>
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>
- Speers, P. W. & Hughey, J. (1995). Community organizing: An ecological route to empowerment and power. *American Journal of Analytical Psychology*, 23(5), 729–748. <https://doi.org/10.1001-0627/95/1000-0729507.50>
- Spreadly, J. P. (2016). *Participant observation*. Long Grove, Il: Waveland Press.

- Steg, L. (editor) & Groot, J. I. M. de (consulting editor). (2018). *Environmental Psychology: an introduction*. Wiley-Blackwell.
- Steg, L., & Vlek, C. (2009). Encouraging pro-environmental behaviour: An integrative review and research agenda. *Journal of Environmental Psychology*, 29, p. 309–317. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2008.10.004>
- Suh, J. (2018). Agriculture and sustainable communities: Reflections from a comparative case study. *Community Development*, 49(1), 34–49. <https://doi.org/10.1080/15575330.2017.1388264>
- Tennant, M. (2006). Adult education as a technology of the self. *International Journal of Lifelong Education*, 17(6), 364–376. <https://doi.org/10.1080/0260137980170603>
- Toomey, A. H. (2011). Empowerment and disempowerment in community development practice: eight roles practitioners play. *Community Development Journal*, 46(2), 181–195. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsp060>
- Trigg, D. (2020). The role of atmosphere in shared emotion. *Emotion, Space and Society*, 35. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2020.100658>
- Vicdan, H. & Hong, S. (2018). Enrollment of space into the network of sustainability. *Marketing Theory*, 18(2), 169–187. <https://doi.org/10.1177/1470593117732456>
- Volo, L. B. (2009). Participant-Observation, Politics, and Power Relations: Nicaraguan Mothers and U.S. Casino Waitresses. In: Schatz, E. (2009) *Political Ethnography: what immersion contributes to the study of power*. Chicago Press, (pp. 217–236).
- Warde, A. (2005). Consumption and theories of practice. *Journal of Consumer Culture*, 5(2), 131–153. <https://doi.org/10.1177/1469540505053090>
- Warde, A. (2014). After taste: Culture, consumption and theories of practice. *Journal of Consumer Culture*, 14(3), 279–303. <https://doi.org/10.1177/1469540514547828>
- Warde, A. (2017). *Consumption: a sociological analysis*. Palgrave Macmillan.
- Warde, A.; Cheng, S.; Olsen, W. & Southerton, D. (2007). Changes in the Practice of Eating: A Comparative Analysis of Time-Use. *Acta Sociologica*, 50(4), 363–385. <https://doi.org/10.1177/0001699307083978>
- Welzer, H. & Leggewie, C. (2009). *Das Ende der Welt, wie wir sie kannten: Klima, Zukunft und die Chancen der Demokratie*. Fischer Verlag.
- Wetzel, D. J. (2016). New Aesthetico-Political Forms of Community? “Occupy” and the “Sharing Economy” as examples, in: Claviez, Thomas (ed.), *Poetics of Community*. Fordham University Press (pp. 159–173).

- Whitaker, V. A., Souza, M. F., Whitaker, D. C. A. (2016). Paradoxos emergentes da ruralidade. *Retratos de assentamentos*, 19(2), 375–405. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.250>
- White, M., & Hunt, A. (2000). Citizenship: Care for the self, character and personality. *Citizenship Studies*, 4(2), 93–116. <https://doi.org/10.1080/13621020050078041>
- Zembylas, M., & Fendler, L. (2007). Reframing emotion in education through lenses of parrhesia and care for the self. *Studies in Philosophy and Education*, 26(4), 319–333. <https://doi.org/10.1007/s11217-007-9042-6>